



ANA CAROLINA BALBINO

**O exílio em manchete: O retrato dos exilados na imprensa argentina
durante a redemocratização (1982-1984)**

Campinas

2015



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

ANA CAROLINA BALBINO

**O exílio em manchete: O retrato dos exilados na imprensa argentina
durante a redemocratização (1982-1984)**

Orientador: Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestra em História, na área de concentração Política, Memória e Cidade.

Campinas

2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

B185e Balbino, Ana Carolina, 1987-
O exílio em manchete : o retrato dos exilados na imprensa argentina durante a redemocratização (1982-1984) / Ana Carolina Balbino. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: José Alves de Freitas Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Exílio - Argentina. 2. Imprensa - Argentina. 3. Argentina - Política e governo - 1976-1983. I. Freitas Neto, José Alves de, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: El exilio en titulo : el retrato de los exiliados en la prensa argentina durante la democratización (1982-1984)

Palavras-chave em inglês:

Exile - Argentina

Press - Argentina

Argentina - Politics and government - 1976-1983

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

José Alves de Freitas Neto [Orientador]

Caroline Silveira Bauer

Luana Saturnino Tvardovskas

Data de defesa: 16-03-2015

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 16 de março de 2015, considerou a candidata ANA CAROLINA BALBINO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Jose Alves De Freitas Neto

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "J. A. F. Neto".

Profª. Dra. Caroline Silveira Bauer

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "Caroline Silveira Bauer".

Profª. Dra. Luana Saturnino Tvardovskas

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "Luana Saturnino Tvardovskas".

Resumo

A última ditadura militar argentina (1976-1983) provocou o exílio de milhares de cidadãos, impactando sobremaneira a sociedade e criando enormes feridas que não se fecham facilmente. Porém, por maior que tenha sido a importância do desterro nos anos 1970, sua voz foi silenciada na memória dos anos ditatoriais.

Essa dissertação visa compreender a colaboração da imprensa nesse silenciamento. No momento da redemocratização – quando a história e a memória do regime militar ainda engatinhavam – a mídia teve importante papel na construção do conhecimento a respeito do *Processo de Reorganização Nacional*. Dessa forma, analisamos as notícias veiculadas sobre o exílio pelos jornais *Clarín* e *La Nación*, percebendo como a imagem elaborada por eles ajudou a macular a figura dos desterrados perante a sociedade, relegando-os a uma espécie de limbo historiográfico e memorialístico.

Observando o vocabulário utilizado pelos meios de comunicação para adjetivar os exilados, assim como os personagens identificados por eles como exemplos desse fenômeno, além da relação criada em suas páginas entre desterro, anistia e guerrilha, objetivamos entender um pouco mais sobre as motivações que levaram ao silenciamento do exílio argentino, colaborando no reposicionamento dessas vítimas diante de sua sociedade e, principalmente, de sua história.

Palavras-chave: Exílio argentino; ditadura militar; imprensa

Abstract

The last Argentine military dictatorship (1976-1983) caused the exile of thousands of citizens, creating great impact in society and huge wounds that do not easily close. However, great as it has been the importance of exile in the 1970s, his voice was silenced in memory of dictatorial years.

This thesis aims to understand the collaboration of the press in this silencing. At democratization – when the history and memory of the military dictatorship still were crawling – the media played an important role in the building of the *National Reorganization Process*'s knowledge. Thus, we analyze the transmitted news about exile by *Clarín* and *La Nación*, realizing how the image drawn by them helped to tarnish the figure of the outcasts in society, relegating them to a kind of historiographical and memorialistic limbo.

Analyzing the vocabulary used by the newspapers to describe the exiles, as well as the characters identified by them as examples of this phenomenon, besides the relation established in its pages between expatriates, amnesty and guerrilla, we aim to understand a little more about the motivations that led to the silencing of the Argentine exile, collaborating on the repositioning of the victims before their society and especially in their history.

Key-words: Argentine exile; military dictatorship; press

Sumário

Resumo.....	vii
Agradecimentos.....	xiii
Lista de Abreviaturas.....	xv
Introdução.....	01
Capítulo 1: Exilado: figura histórica e suas invisibilidades.....	09
1.1 O exilado argentino dos anos 1970.....	10
1.2 O exílio dos anos 1970: vivência, união e represália.....	14
1.3 Entre retornos e permanências, o diálogo com a Argentina.....	22
1.4 O Processo de Reorganização Nacional e seus alvos.....	29
Capítulo 2: Os espaços da memória e a questão dos exilados.....	43
2.1 CONADEP: uma opção de memória.....	45
2.2 A invisibilidade do exilado.....	52
2.3 A recuperação do exilado.....	58
Capítulo 3: <i>Clarín</i> e <i>La Nación</i>: a representação do exílio argentino, da agonia das Malvinas à chegada da democracia (1982-1983).....	65
3.1 As palavras e expressões: vocabulário utilizado pelos jornais para adjetivar o exílio.....	67
3.2 A imprensa cria um rosto para o exílio.....	79
3.3 Anistia a quem?.....	91
Capítulo 4: <i>La Nación</i> e <i>Clarín</i>: A representação do exílio, de Alfonsín ao <i>Nunca Más</i> (1983-1984).....	107
4.1 As palavras que acompanham: adjetivações do exilado na democracia.....	108
4.2 Os <i>Montoneros</i> e Firmenich: o exílio terrorista e o julgamento.....	118
4.3 Os bons e os maus: separando os exilados.....	130
Conclusão.....	141
Bibliografia.....	145
Lista de Fontes.....	153

Agradecimentos

Esse trabalho é o desenvolvimento de uma pesquisa iniciada em 2009, como projeto de Iniciação Científica. Nesse tempo, contei com a colaboração imensa de diversas pessoas, mas queria agradecer em primeiro lugar ao meu orientador Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto. Nossas conversas foram fundamentais não apenas para a realização dessa pesquisa, como para me ajudar a encontrar minha paixão na história. Obrigado pela confiança e por me manter calma nas tantas vezes que recorri a você.

Também agradeço às Professoras Dras. Margareth Rago e Luana Saturnino Tvardovskas pelas considerações na banca de qualificação, assim como as Professoras Dras. Silvina Jensen e Maria Soledad Lastra, de Buenos Aires, pelas indicações feitas em congressos e pelas conversas que colaboraram imensamente no meu caminhar.

Depois agradeço a minha família, especialmente meus pais Ana e Joaquim, minha irmã Ana Paula e minha tia Leni. Sem a colaboração e compreensão de vocês não teria sido possível dedicar tanto tempo à pesquisa. Obrigado por me incentivarem, por aguçarem mais a minha curiosidade e por me mostrar que sempre é possível buscar novos caminhos e novas perguntas.

Da mesma forma deixo meu agradecimento aos meus amigos Aline, Isabel, Tania, Laura, Irene, Danilo, Rafael e Diego. As conversas que tivemos foram fundamentais para esclarecer ideias, decidir caminhos e perseverar. Quem tem pessoas como vocês na vida, não fica sozinho em momento algum.

Aos colegas do grupo de América da Unicamp e do programa de pós-graduação em História, meu muito obrigado. Discutir tantos temas diferentes com vocês foi enriquecedor e fundamental no desenvolvimento da historiadora que me torno a cada dia.

Registro ainda o meu agradecimento aos tantos alunos que passaram pela minha vida nos últimos anos. Mesmo tão longe da área de pesquisa, o interesse e a motivação de vocês com a história me mostraram que nada do que fazemos é em vão.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento do projeto.

Lista de Abreviaturas

ACNUR: Alto Comissionado das Nações Unidas para Refugiados

CADH: Comissão Argentina de Direitos Humanos

CONADEP: Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas

DD.HH.: Direitos Humanos

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ESMA: Escola Superior de Mecânica da Armada

FF.AA.: Forças Armadas

PEN: Poder Executivo Nacional

PRN: Proceso de Reorganización Nacional

PRT-ERP: Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario

Popular

Triple A: Alianza Anticomunista Argentina

UCR: União Cívica Radical

Introdução

Essa dissertação analisa a figura do exilado argentino nas páginas dos jornais *Clarín* e *La Nación*. O exílio¹ produzido pela última ditadura militar (1976-1983) instalada no país relaciona-se a outros temas complexos da política de memórias e das interpretações em torno do Terrorismo de Estado² implantado durante o *Proceso de Reorganización Nacional*.

Apesar de ser difícil quantificar com exatidão, a onda de desterro dos anos 1970 foi numerosa, tornando-se impossível defini-la apenas de uma forma, já que se mostrou como um fenômeno plural vivido de diferentes maneiras por cada uma das vítimas. No entanto,

¹ O exílio iria além da saída forçada da Pátria – seja por força de uma lei ou devido ao medo instalado na sociedade –, significando a perda da cidadania e, portanto, de todos os direitos inerentes a ela. Baseando-se em Hannah Arendt, Martín Plot afirma que o exilado não se vê privado apenas de sua vida, liberdade ou propriedade, já que esses direitos podem ser violados por uma comunidade. O exilado é aquele que está fora de uma comunidade, perdendo assim o direito a ter direitos.

Para mais informações, ver: PLOT, Martín. “Exílio y desaparición como categorías políticas” in BURELLO, Marcelo G.; ROMANDINI, Fabián Ludueña; TAUB, Emmanuel (editores). **Políticas del Exilio. Orígenes y vigencia de un concepto**. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011, pp. 209-216.

Apesar, portanto, da diferenciação dos conceitos de exílio, desterro e emigração, utilizaremos essas palavras como sinônimos a partir de sua presença na bibliografia e nas fontes trabalhadas.

² O uso da violência pelo Estado é legitimado em uma democracia quando se trata de defender as fronteiras nacionais ou mesmo de salvaguardar a coexistência pacífica, impedindo a violência entre grupos e indivíduos da sociedade no momento em que os canais de diálogo já se esgotaram.

Contudo, quando os setores dominantes constatarem uma ameaça – real, potencial ou imaginária – aos seus objetivos, passam a legitimar o uso da violência do Estado para além dos limites consentidos pela legislação interna ou internacional. Nesses casos, o Estado deixa de julgar e punir para semear o terror.

“(…) O recurso o terror de Estado e a intensidade de sua implantação estão diretamente relacionados à dimensão da percepção da ameaça a que se vêem expostos os setores dominantes, ante o questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe. Ou seja, parte integral da luta de classes, o objetivo do terror de Estado tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas.

O Terror de Estado (TDE) aplicado na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, através das orientações da DSN e na forma de guerra contrainsurgente, é um terrorismo de grande escala, dirigido a partir do centro do poder estatal, *dentro* ou *fora* de suas fronteiras. (...)

A essência da análise sobre o TDE não está na comprovação da discriminação da tortura ou censura, por exemplo, e sim na compreensão da abrangência, da multiplicidade e da complementação das iniciativas repressivas que, sob hipótese alguma, podem ser reduzidas à violência física, e que compõe esse quadro opressivo, ‘cinzento’, resultante da dinâmica de aplicação do terror de Estado. Terror de Estado que, mesmo respeitando as especificidades, se mostrou abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial.” – PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas” in FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samatha Viz (organizadores). **Ditadura e Democracia na América Latina. Balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 153-154.

Para mais informações, ver: PADRÓS, Enrique Serra. *Como en Uruguay no hay... Terror de Estado e Seguridad Nacional. Uruguay (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar*. (tese de doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

nos é possível ver algumas similitudes entre tantas experiências. Em primeiro lugar, o exílio foi sentido dentro de uma chave dualista que mesclou a dor do abandono forçado da Pátria, da família, dos amigos e, muitas vezes da própria vida; com a alegria de sentir-se livre, de ver-se em segurança após o pavor vivido no território natal³.

Em segundo lugar, os exilados afirmaram a necessidade de encontrar, no país de acolhida, um sentido para continuarem vivos. Mesmo longe, era preciso sentir-se próximo da Argentina, lembrando aqueles que ainda viviam o horror implantado no Cone Sul. Daí grande parte dos desterrados terem engajado-se nos movimentos de Direitos Humanos e na luta antiditatorial em diferentes partes do mundo⁴.

A campanha para divulgar o que ocorria no território argentino foi o grande amálgama de união dos exilados. Era preciso desvendar a repressão de Estado, impedindo a continuidade do massacre que se havia instalado no país. Diante da enorme quantidade de nacionais que deixavam a Nação do Cone Sul e da magnitude das denúncias, a palavra dos emigrados ganhou força internacional, juntando-se à das organizações de Familiares de desaparecidos, que agiam em solo nacional, como as *Madres de la Plaza de Mayo*.

Com o desterro alcançando certo destaque, inclusive dentro do país, as FF.AA. passaram a divulgar uma ampla campanha de difamação dessas vítimas: não se tratavam de exilados, mas sim de “subversivos” que, derrotados na guerra interna, buscavam promover uma ampla “campanha antiargentina”. Se esse discurso parecia estapafúrdio para os que se encontravam no exterior, acabou reverberando pela sociedade, ganhando adeptos e criando raízes. Dentro da Argentina, os desterrados não tiveram grande respaldo social⁵.

³ FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008, p. 72.

⁴ Ibidem, p. 90.

Parte da historiografia do exílio argentino dedicou-se ao estudo da mobilização dos desterrados pelo mundo. Além da obra de Marina Franco, dedicada aos argentinos residentes na França, podemos citar: JENSEN, Silvina. **Los Exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**. Buenos Aires: Sudamericana, 2010; YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2010; SANJURJO, Liliana Lopes. **Narrativas do exílio argentino no Brasil: Nação, memórias e identidades**. Campinas, SP [s.n.], 2007. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

⁵ Para referências a respeito do discurso da ditadura militar sobre o exílio, ver: FRANCO, Marina. **El Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**. JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)** (Tese de Doutorado). Universitat Autònoma de Barcelona. Abril de 2004. JENSEN, Silvina. **Los Exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**. ULANOVSKY, Carlos. **Seamos felices mientras estamos aquí**.

O enfraquecimento do *PRN* na década de 1980, principalmente após a derrota nas Malvinas, pareceu ser a oportunidade de retorno que os exilados tanto esperavam. Entretanto, quando os primeiros argentinos voltaram ao país, percebeu-se que a propaganda negativa do exílio feita pelas Juntas havia deixado resquícios. Os desterrados foram recebidos de forma fria e desconfiada por uma sociedade que se perguntava se seriam eles realmente vítimas, ou apenas “subversivos” que desestabilizariam o país.

Agravando a situação, a *Teoria dos Dois Demônios*⁶ deixou clara que não se culpabilizava apenas as FF.AA. pela situação vivida, já que os guerrilheiros seriam tão responsáveis pela violência quanto os repressores. Como havia uma desconfiança quanto à participação dos desterrados nas guerrilhas, os *Dois Demônios* também macularam sua imagem.

As atitudes tomadas pelos dois primeiros governos democráticos agravaram a situação, já que acabaram por reconhecer a responsabilização da esquerda armada na instalação da repressão, além de desconsiderar o exílio como forma de violência utilizada pelos militares. Aos desterrados, não se dedicava nenhum espaço na memória da ditadura argentina, e não à toa encontramos, nos anos 1980, um profundo silêncio a respeito dessa violência e suas vítimas.

Os debates em torno do tema da ditadura e da repressão foram retomados na Argentina a partir de meados dos anos 1990. A demanda de diferentes movimentos que se mobilizaram contra a ditadura e uma série de novos elementos, como a abertura de processos no exterior contra os militares argentinos, o aparecimento de novos depoimentos e da segunda geração de familiares de vítimas deram fôlego às celebrações do 20º aniversário do golpe, reinstalando as discussões sobre Direitos Humanos no país.

Esse momento significou não apenas a ampliação de manifestações e a exigência da reversão das legislações de perdão, mas também um *boom* nos trabalhos historiográficos

Crónicas del exilio. Buenos Aires: Debolsillo, 2011. YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983.**

⁶ Durante o *PRN*, a propaganda criada pelos militares afirmou ser a guerrilha a responsável pela necessidade da guerra suja. No final do *PRN* e início da democracia, essas afirmações culminaram na criação e instalação da chamada *Teoria dos Dois Demônios*, que considerava que a Argentina havia sido atingida por duas violências de igual intensidade e equiparáveis: a guerrilheira e a militar. A limitação da responsabilidade pela violência política às cúpulas desses dois grupos propunha a ideia de uma sociedade alheia e vítima de ambas.

sobre o período militar argentino. Se essa situação permitiu que o exílio fosse retirado de seu limbo memorialístico, não reverteu demasiadamente a situação, já que os debates em torno dele se deram em função dos mesmos tópicos abordados na década anterior: *liberdade x repressão, medo x privilégio*. Decorridos 20 anos da instalação do *Proceso* e mais de 10 anos da redemocratização, muitos desterrados ainda viam-se tendo de justificar as motivações que os levaram a deixar o país.

Entretanto, a ampliação dos estudos sobre o *PRN* nos anos 2000 levaram muitos pesquisadores a pensar as demais vítimas, até aquele momento silenciadas. Associados às políticas do casal Néstor e Cristina Kirchner (2003-2015), esses trabalhos colaboraram para que o exílio começasse a ganhar voz e contornos, estabelecendo sua presença na história do país, apesar de ainda serem demasiadamente poucos para dar conta da amplitude do fenômeno estudado. O desterro argentino ainda tem muito a dizer, e a história é, certamente, uma colaboradora fundamental nessa tarefa.

A principal questão que se colocou nos novos estudos sobre o exílio foi o porquê do seu silenciamento por quase 30 anos. Entendendo que a imagem criada sobre essa forma de violência foi fundamental para que ela fosse relegada a um lugar menor na história, e sabendo que o nascimento desse imaginário remonta ao governo das Juntas, buscamos compreender os resquícios do discurso militar na sociedade argentina ao final do período ditatorial e início da democracia.

Para tal, trabalhamos com os dois principais veículos de mídia escrita do país: *Clarín* e *La Nación*. Além de considerarmos a imprensa um importante ator político, já que essa se coloca como guia da sociedade, buscando respaldar e conduzir o pensamento da população sobre as questões estampadas em suas páginas; vemos o papel central exercido nos anos 1970 e 1980 pelos meios de comunicação escritos na Argentina, com grande circulação em todas as camadas sociais e uma enorme ampliação de seu poderio econômico e político ao longo dos anos. A partir daí, acreditamos que o mapeamento dos discursos referidos por esses jornais sobre o exílio entre o fim da Guerra das Malvinas, em 1982 –

momento em que o regime começa a se enfraquecer – e o lançamento do *Nunca Más*, em 1984 – quando se instala uma memória oficial da ditadura – pode colaborar no entendimento dos silêncios em torno do tema.

Ao escolhermos o trabalho com a imprensa, optamos pelos jornais citados por sua ampla circulação em todo o país, atingindo assim um grande número de leitores. Entretanto, ao analisarmos a grande mídia nos deparamos com algumas dificuldades, como a impossibilidade de mapear os nomes de todos os jornalistas responsáveis pelos textos e suas possíveis familiarizações ou discordâncias com o discurso editorial produzido.

Além disso, temos que considerar que embora haja uma pretensão de imparcialidade, os jornais são produtos comerciais que devem levar em conta as preferências de seus leitores, além do momento político vivido pela sociedade. As mudanças nos discursos proferidos em suas páginas não nascem apenas de sua vontade, mas tem múltiplos elementos que passam inclusive por aqueles que o leem. Mas, apesar desses percalços, o estudo dos grandes veículos de comunicação nos permite acessar debates que ganharam espaço na sociedade.

Ao mapearmos os discursos sobre o exílio no *Clarín* e no *La Nación*, percebemos que nem sempre as notícias falavam diretamente do desterro, utilizando-se de caminhos diversos para expressar opiniões e julgamentos sobre essa forma de violência. Assim, além de analisarmos o vocabulário empregado pelos periódicos para qualificar o desterro argentino, também nos debruçamos sobre os personagens identificados pelos jornais como exilados – figuras que nem sempre estiveram associadas a essa violência por quem a viveu – e sobre as relações estabelecidas em suas páginas entre exílio, anistia e guerrilha.

Apesar da abordagem recente, os estudos sobre o exílio argentino vêm crescendo, buscando compreender as formas de integração dos desterrados nas sociedades de acolhida, sua luta pelos Direitos Humanos e, principalmente, as razões que propiciaram tamanho silenciamento sobre o tema. Se esse último incômodo é o que mais nos preocupa nesse trabalho, nos afastamos dos vieses literário e memorialístico utilizados pela maioria das pesquisas sobre o assunto. Ao trazer à tona a imprensa, procuramos interligar diferentes pontos, abordando a memória do exílio para além de romances e depoimentos.

Portanto, temos duas questões maiores nessa dissertação: qual a imagem do exílio construída e difundida pela imprensa argentina durante a redemocratização? Essa construção colaborou para a exclusão do desterro da memória do regime militar? Acreditamos que ao responder esses pontos contribuímos não apenas na inclusão do tema na historiografia, mas também nos debates acerca da memória/desmemória existentes na Argentina.

Dividimos essa dissertação em quatro capítulos. No primeiro, tratamos o exilado como figura histórica, expondo a pluralidade do fenômeno, além das formas de vivência e sobrevivência, objetivando fazer um breve panorama do desterro. Ainda mapeamos os mecanismos utilizados pelos emigrados para dialogar com a Argentina, e também os discursos e práticas do *Proceso de Reorganización Nacional*.

No segundo capítulo, olhamos para os espaços da memória da ditadura, tratando mais a fundo o silenciamento do exílio. Assim, trabalhamos primeiramente com a opção feita pela CONADEP para contar a história do regime. Depois, analisamos as políticas tomadas pelos primeiros governos democráticos e seu impacto sobre o desterro. Por fim, buscamos compreender a recuperação dos exilados pela historiografia, indicando as condições que possibilitaram que esse grupo retomasse sua voz.

Os dois capítulos restantes trazem as análises das fontes propriamente ditas. No capítulo três olhamos para ambos os jornais ainda no período ditatorial, ou seja, do final da Guerra das Malvinas até a posse de Alfonsín. Aqui, iniciamos debatendo a linguagem utilizada pelos eles para adjetivar o exilado, percebendo as modificações e continuidades em relação ao discurso militar. Depois identificamos quais personagens os matutinos associaram ao exílio, criando um rosto que pudesse ser identificado pelo leitor ao fenômeno emigratório. Por fim, olhamos para o debate em torno da chamada *Ley de Pacificación Nacional* – lei de autoanistia –, buscando compreender como as práticas do regime foram lidas pela imprensa e reproduzidas na chave do desterro. Nosso objetivo aqui é identificar

qual imagem do exílio os dois principais veículos de comunicação do país passaram aos seus leitores no momento de enfraquecimento do governo militar.

O último capítulo aborda os discursos dos periódicos após a posse de Alfonsín até o lançamento do *Nunca Más*, em novembro de 1984. Novamente, começamos pelo debate do vocabulário empregado pelos jornais na qualificação dos exilados, em busca de modificações em relação à fase anterior. Posteriormente, passamos a ver quais figuras os matutinos optaram por relacionar ao desterro, também observando se a chegada de Alfonsín ao poder havia significado alterações ou continuidades na construção da imagem do desterrado. Por fim, mapeamos os debates feitos pelos jornais no intuito de ajudar seus leitores a separar os “bons” dos “maus” exilados, identificando aqueles que poderiam retornar à Argentina e aqueles que deveriam ser proscritos para sempre. Essas análises nos ajudam a compreender como a grande imprensa argentina modelou a imagem do exílio nos momentos em que a memória do regime militar ainda estava em construção, buscando compreender qual a colaboração desta com o silenciamento do tema por tantos anos.

Nesse trabalho, o estudo sobre a representação do exilado é um convite a pensarmos os instrumentos de reinterpretação do passado, os circuitos de transmissão da memória e a pluralidade de questões aparentemente resolvidas na sociedade argentina.

Capítulo 1: Exilado: figura histórica e suas invisibilidades

“(...) El exilio es como nacer de nuevo. Y no tenés porque aprender a renacer. Nos han matado algunos a revólver y a otros mandándonos al exilio”⁷

A imagem de que a Argentina é um país em trânsito habita o imaginário sobre aquele território: local de recepção de imigrantes, também foi uma fonte de exílios. Desde a sua formação como Nação, o país do Cone Sul foi visto como terra prometida por estrangeiros, mas acabou por mostrar-se inóspito para seus próprios filhos. As disputas políticas geraram, ao longo de sua história, diversas ondas de exílios, que acabaram por criar no imaginário social o perfil de um “exilado ideal”.

Contudo a onda de desterros dos anos 1970 diferenciou-se das demais: massiva, atingida por um grau de violência nunca antes vivido e composta por ações individuais – o que nos permite entendê-la como fenômeno polifônico, mas também como vivência única de dor e sofrimento, da qual se tirou forças para continuar dentro do possível –, acabou por constituir-se como uma experiência nova dentro de um país acostumado a um histórico de perseguições. Dessa forma, o expulsado dos anos de chumbo não se encaixou no modelo de exilado presente no imaginário da população, não obtendo o mesmo *status* dos perseguidos de outras épocas. Compreender essas diferenciações ajuda a perceber o silenciamento do desterro do final do século XX na memória dos anos ditatoriais.

Também as mudanças políticas vivenciadas pelo país podem enfatizar ou modificar o imaginário em torno do exílio, determinando os caminhos dos diálogos mantidos entre a Pátria e aqueles que sofreram com essa violência, tenham ou não voltado a viver em solo nacional.

Por fim, identificar a ideologia e a metodologia repressiva do *Proceso de Reorganización Nacional* colabora para compreendermos como esse foi capaz de gerar a maior onda de exílios vivida pela Argentina em toda sua história.

⁷ PARCERO, Daniel, HELFGOT, Marcelo e DULCE, Diego. **La Argentina Exiliada**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985, p. 25.

1.1 O exilado argentino dos anos 1970

A Argentina foi um país de imigração. Desde sua independência, milhares de europeus adentraram as fronteiras, formando um contingente de mão-de-obra e ocupando os vazios populacionais. Entre o final do século XIX e o início do XX, o país do Cone Sul foi uma das nações receptoras do mundo contemporâneo.

“(...) Em 1914, cerca de um terço de seus quase oito milhões de habitantes (...) haviam nascido no exterior [...] é importante assinalar, ademais, que pelo menos um quarto da população era constituída de descendentes de imigrantes das duas gerações anteriores”⁸

Porém, o mesmo país também sofreu com a violência, especialmente nas relações políticas, convivendo assim com grandes ondas de emigração. Diante de crises institucionais e econômicas, o país habituou-se ao trânsito de pessoas, o que delineou a argentinidade.

Apesar de acostumada com as ondas migratórias, o país do Cone Sul assustou-se diante do fenômeno do exílio dos anos 1970, especialmente após a instalação do *Proceso de Reorganización Nacional*. Diante da maior onda de emigração de sua história, a Argentina transformou-se em Nação expulsora.

É difícil quantificar o desterro argentino da última ditadura militar. Estudos feitos pelo *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos* afirmaram que no decênio 1975-1984 abandonaram a Nação 334.126 pessoas, o que representou quase metade dos emigrados entre 1950 e 2003⁹. Essa massividade, explicada pelo grau de violência perpetrado pelo Estado, foi um dos maiores diferenciais entre o exílio vivido durante o regime daquele encontrado em outros momentos¹⁰.

Essa última onda exílica não teve rosto, profissão ou idade definidos. Tratou-se de um fenômeno plural, constituído pelos mais diversos setores do país, arrastados ao desterro

⁸ ARCHETTI, Eduardo P. “O “Gaúcho”, o Tango, Primitivismo e Poder na Formação da Identidade Nacional Argentina”. Rio de Janeiro: In *Mana* 9(1), 2003, p. 11 apud SANJURJO, Liliana Lopes. **Narrativas do exílio argentino no Brasil: Nação, memórias e identidades**. p. 38.

⁹ YANKELEVICH, Pablo. “Exilio y Dictadura” in LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (compiladores). **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de Estado**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008, p. 211

¹⁰ Idem. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**, p. 23.

devido ao que chamavam de “medo fundado”, ou seja, o temor de que a repressão os transformasse em desaparecidos.

“(…) En resumen, no todos fueron militantes, ni perseguidos o encarcelados por la violencia criminal, pero todos quienes tomaron la decisión de exiliarse tenían ‘temores fundados’ de que esa violencia podría convertirlos en ‘detenidos-desaparecidos’”¹¹.

Segundo a *Comisión Argentina de Derechos Humanos* (CADH) de Madri, o exílio nutriu-se de quadros médios e superiores das organizações armadas, alguns poucos políticos dos partidos tradicionais, e majoritariamente de intelectuais, profissionais liberais e artistas diretamente ameaçados ou angustiados com a situação de violência e a falta de liberdade que vivia o país¹².

“En resumen, un hecho que caracterizó al exilio argentino y marcó su peculiaridad respecto al exilio republicano español o incluso a exilios latinoamericanos como el chileno, fue el carácter desordenado, en el que ninguna fuerza política dio la orden de emprenderlo y por lo tanto respondió a una suma de decisiones individuales que se materializaron especialmente en los primeros años de la dictadura. (...)”¹³

No seu estudo sobre os exilados argentinos no México, Pablo Yankelevich traçou um perfil demográfico sobre os que deixaram o país nos anos ditatoriais. Por mais que os números apresentados sejam restritos ao acolhimento mexicano, nos permitem entender melhor quais grupos puderam optar pela saída como forma de fugir da repressão. O autor nos mostra uma quase equidade na presença de homens e mulheres no México entre 1974-1983 (55% de homens e 45% de mulheres), cuja faixa etária concentra-se entre 20 e 40 anos, sendo que 73% eram casados. A grande maioria veio da Capital ou de cidades importantes do interior, como Córdoba¹⁴.

Ainda que contenha representantes de toda a sociedade argentina, o exílio foi marcadamente uma opção para a classe média. Essa seletividade se deu pela necessidade de custear a viagem ou, ao menos, possuir contatos que permitissem preparar a saída¹⁵. Isso não significa afirmar que operários e sindicalistas não encontraram espaço nos países de

¹¹ YANKELEVICH, Pablo. *Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de Estado*. p. 215.

¹² JENSEN, Silvina. *Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura.*, p. 22

¹³ JENSEN, Silvina. *Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)*.

¹⁴ Para acesso a todas as informações quantitativas do exílio argentino no México, ver: YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983*, pp. 27-41.

¹⁵ JENSEN, Silvina. *Op. cit.* [2004], p. 284

acolhida, mas o número de representantes dessas categoriais foi infinitamente menor, especialmente se comparados ao seu percentual de desaparecidos¹⁶.

Dessa forma, o fluxo migratório argentino desses anos foi formado especialmente por pessoas com qualificação profissional. A chegada desses contingentes coincide com um momento de expansão nas Universidades e outros setores em países como Brasil, Venezuela e México, reflexo de um *boom* econômico¹⁷. Assim, os argentinos que se exilaram nesses países concentraram-se em atividades ligadas à vida acadêmica e científica, em cargos públicos e profissões liberais.

Essa situação levou, muitas vezes, a consolidação da ideia de que o desterro foi o caminho buscado essencialmente por intelectuais. Tal visão advém do histórico de exílios vivido no país do Cone Sul. Desde a *Geração de 1837*, desterrada devido a sua oposição ao governo Rosas, até os exílios do Peronismo e da *Revolução Argentina*, via-se o abandono do Pátria natal como uma possibilidade de crescimento intelectual e manutenção da pureza dos ideais¹⁸.

Entretanto, nem todos encontraram nos países de acolhida situação propícia para a reconstrução da vida profissional. Muitos não conseguiram validar seus títulos ou terminar os estudos, o que dificultou uma recolocação profissional. Apesar do discurso que afirma a possibilidade de crescimento trazida pelo exílio, nem todos os argentinos tiveram boas oportunidades, além de conviverem com as marcas da violência sofrida.

“En ocasiones los exiliados tomaban el primer trabajo que le ofrecían, aun cuando no estuviera relacionado con su profesión o habilidades, en espera de encontrar algo más adecuado. Hubo quién vendió refacciones, ropa típica de su país y hasta ‘fayuca’, es decir, diversos objetos de contrabando traídos del exterior. Otros más

¹⁶ Enquanto o *Nunca Más* mostra que 30,2% dos desaparecidos eram operários, Yankelevich aponta que somente 8% dos exilados no México vem dessa profissão, contrastando com os 40% de argentinos desterrados com grau universitário.

Para mais informações, ver: **Nunca Mas - Informe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas**. 14ª edição, Buenos Aires: EUDEBA, 1986, p. 296 e YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**, p. 33 e pp. 40-41.

¹⁷ SANJURJO, Liliana López. **Narrativas do exílio argentino no Brasil: Nação, memórias e identidades**, pp. 73-74.

¹⁸ Para mais informações sobre o histórico de exílios na Argentina, ver: JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, pp. 45-198.

preparaban comida para vender, daban clases particulares o se metían en toda suerte de giros comerciales.”¹⁹

A perseguição política também chegou, dentro da Argentina, ao campo econômico, obrigando muitos profissionais a buscar uma forma de sobrevivência fora do país.

““En abril del '76 me echaron con una patada en el culo. Me echaron con una amiga mía, compañera de trabajo, que era radical, por el artículo 5º: ‘potencialmente peligroso’. Yo ya tenía una hermana presa porque estaba vinculada a gente del *P.R.T.* Y mi hermano más chico estaba metido también un poco con los ‘*Montos*’, pero alejado. Yo alejado de la política desde principios del '74, ya no militaba más. Pensaba lo que pensaba y decía lo que decía, pero no militaba más. [...] Me echaron. No queríamos irnos. Bueno, me echaron con una patada en el culo y entonces el Senador Bracesco, que era abogado de mi padre me dijo: ‘¡sos un muerto civil con esto! No vas a conseguir más laburo [trabajo]’”.”²⁰

Mesmo que não tenha sido composto por um número significativo de membros de partidos tradicionais ou do governo derrocado, o exílio argentino constituiu-se como fenômeno político. Além de serem vistos como inimigos pelo regime militar, aqueles que abandonaram o país acabaram por aderir, no exterior, às campanhas de denúncia de violações de Direitos Humanos, transformando-se em personagens ativos da sociedade argentina.

Embora não exista uma única personalidade capaz de representar a diversidade do exílio argentino dos anos 1970, os militares, assim como os meios de comunicação, enfatizaram a presença de certas personalidades no exterior. Daí personagens de proeminência política, como a ex-presidente Isabelita ou líderes da esquerda como Mario Eduardo Firmenich e Fernando Vaca Narvaja transformarem-se, aos poucos, no rosto de exílio, colaborando na criação de um imaginário que relacionou o desterro à “subversão”²¹.

¹⁹ MEYER, Eugenia; SALGADO, Eva. **Un Refugio en la Memoria. La experiencia de los exilios latinoamericanos en México**. México: Editorial Oceano de México, 2002 p. 182

²⁰ Entrevista a V.A., Barcelona, 5/12/1996 citada em JENSEN, Silvina. **Op. cit.** [2004], p. 253.

Todas as entrevistas citadas nesse trabalho foram retiradas da bibliografia. Porém, avisamos que na maior parte dos textos a que temos acesso, as entrevistas somente foram concedidas sob condição de anonimato, o que deu maior liberdade aos entrevistados para falar sobre o passado. Essa situação nos permite inferir que o estigma sobre o exilado continua como um grande peso para aqueles que o viveram.

²¹ A relação entre exílio e comunismo começou a ganhar força na Argentina a partir dos anos 1930, com a chegada dos perseguidos do Franquismo. Durante a *Revolução Argentina*, na qual já se percebia a influência da *DSN*, as perseguições contra simpatizantes do pensamento de esquerda aumentaram, atingindo em cheio a Universidade. Entretanto, essas ondas exílicas acabaram por não carregar o estigma dos desterrados dos anos 1970, especialmente por ainda serem vistas como um “êxodo de cérebros”.

1.2 O exílio dos anos 1970: vivência, união e represália.

O início do desterro dos anos 1970 se deu no governo de María Estela Martínez de Perón. A escalada da violência, com as ações da esquerda e da *Triple A*, levou muitos argentinos a buscarem refúgio no exterior. Essa primeira onda foi integrada especialmente por artistas e intelectuais.

“Después de que le pidieron la renuncia al rectorado de la Universidad de Buenos Aires, seguimos viviendo en Buenos Aires, hasta que sucedió la amenaza real de la Triple A. Rodolfo fue incluido en una lista de la Triple A; en esa lista estaban Ortega Peña, Julio Troxler, Atilio López, Silvio Frondizi, todos los que fueron cayendo. En julio de 1974 empezamos a escondernos, ya no habitamos más nuestra casa, salimos de Buenos Aires y en ese momento asesinaron a Silvio Frondizi, y un poco antes asesinaron a Atilio López [...] Finalmente volvíamos a Buenos Aires y a fines de septiembre a Rodolfo los compañeros le dijeron que nos fuéramos [...] entonces, desde un teléfono público hablé al embajador de México preguntando si nos daba asilo, eran las once de la noche más o menos, nos dijo que sí. Yo lo pasé a buscar a Rodolfo en un taxi [...] Llegamos sin nada a la Embajada de México que estaba toda iluminada, por supuesto había policías armados, pero, tan inesperado fue que todos entramos. (...)”²²

A instalação do *PRN* fez o exílio intensificar-se. No biênio 1976-1978, momento mais tenso da repressão, milhares de argentinos, amedrontados com as perseguições, lançaram-se ao desterro. A despeito de uma maior concentração de saídas nos anos iniciais do regime, essas aconteceram durante todo o período militar, inclusive em seu final, quando a situação parecia mais calma²³.

Apesar de sua massividade, esse exílio se compôs de decisões individuais. Não houve ajuda de organizações internacionais ou partidárias, nem mesmo dos grupos mais

Para mais informações sobre a perseguição estudantil e o êxodo de cérebros dos anos 1960, ver: CALVELO, Laura. **La emigración argentina y su tratamiento público (1960-2003)** apresentado no *III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP*. Córdoba: 24 a 26 de setembro de 2008.

Disponível em: http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos_prv25/9_la_emigracion_argentina_y_su_tratamiento_publico.pdf, acessado em 01/04/2014.

²² Entrevista a Delia Carnelli realizada por Pablo Yankelevich, Buenos Aires, 9 de agosto de 1999, APELM-UNAM, PEL/2-A-3, pp. 4-6 citada em YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**, p. 52

²³ “Reconocer que hubo exilios a lo largo de toda la dictadura no es un dato menor, porque mientras los que salieron en el primer momento eran en buena parte los que habían logrado eludir la maquinaria represiva, los exilios tardíos de la dictadura fueron mayoritariamente los que salieron de los campos de concentración, fueron beneficiados por la ‘opción’ o habían logrado subsistir en la clandestinidad o el exilio interno antes de salir del país.” Actis et al, 2001, p. 171 apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**. p. 263.

afetados pela repressão estatal. Os exilados deixavam o país com recursos próprios, de maneira individual ou familiar, e sem consulta à organização de militância quando essa existia. Tratou-se de um exílio a conta-gotas, iniciado por volta de 1974 e que duraria cerca de uma década, afetando os mais diferentes setores sociais²⁴.

A saída do país normalmente se deu de forma clandestina. Para os militares, o combate à “subversão” não incluía sua expulsão e sim o extermínio. Em poucos casos, quando o prisioneiro era considerado menos perigoso ou devido à pressão internacional – como o dos sobreviventes da ESMA ou de Jacobo Timerman – foi dado o *dereito de opción*, uma maneira para expulsar os “indesejáveis”²⁵.

“Más allá de las limitaciones al derecho de ‘opción’, los militares también usaron el exilio como una forma de expulsar a los ‘cuerpos enfermos’ de la Nación. En tal sentido, sobre los ‘opcionados’ pesaba la promesa de persecución si regresaban al país. Más aún, la legislación castrense estipuló penas de hasta cuatro años de cárcel para los ‘opcionados’ que decidieran regresar a la Argentina. La ‘opción’ funcionó como pena de destierro”.²⁶

Para a grande maioria dos desterrados o exílio nasceu do medo, e não por serem atingidos diretamente pela violência das FF.AA. Esse temor tinha diferentes motivos: a participação em grupos oposicionistas, o parentesco ou proximidade com vítimas do PRN, ameaças diretas ou a familiares, o trabalho em meios de comunicação visados ou em

²⁴ YANKELEVICH, Pablo. **Op. cit.** [2010], p. 24; YANKELEVICH, Pablo. **Exilio y Dictadura**, p. 209; JENSEN, Silvina. **Op. cit.** [2004], p. 265

²⁵ *Dereito de Opção*: garantido constitucionalmente, dava àqueles que haviam sido presos por motivos políticos a opção de sair do país ao invés de cumprir pena.

O primeiro caso citado refere-se aos detidos da *Escuela Superior de Mecánica da Armada* levados à Europa em 1979 após ordens do Almirante Massera. O objetivo do militar era que os ex-prisioneiros colaborassem com sua propaganda, mostrando a moderação do comandante e o ajudando a ganhar apoio internacional para alçar-se à presidência. Os planos de Massera foram frustrados quando os prisioneiros deram testemunhos sobre as violações de Direitos Humanos cometidas na ESMA. Para maiores informações, ver: JENSEN, Silvina. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**, pp. 122-124.

O segundo caso refere-se à Jacobo Timerman, proprietário do jornal *La Opinión*, preso juntamente com o subdiretor Enrique Jara devido ao seu suposto envolvimento com David Graiver, financista acusado de colaborar com os *Montoneros*. O diretor foi absolvido das acusações ainda em 1977, contudo não se revogou nem sua prisão, nem a apropriação de seus bens. Sua esposa comandou uma ampla campanha internacional para sua libertação que ganhou adesões importantes, levando ao decreto de prisão-domiciliar em 1978 e, finalmente, à sua expulsão da Argentina como apátrida em 1979. Para mais informações sobre o caso Timerman, ver: RUIZ, Fernando J. “El choque de los paradigmas y la muerte del diario La Opinión de Jacobo Timerman. Una historia que continúa.” In SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo. (coordenadores). **Voces y Silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983**. Buenos Aires: EUDEBA, 2011 pp. 136-149

²⁶ YRIGOYEN, Hipólito Solari. “Habrà respaldo socialista”, **Clarín**, 12/12/1983, p. 92, apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, pp. 246-247

profissões consideradas “subversivas”, a perda do emprego por motivações políticas ou a simples percepção do que ocorria no país tornaram a permanência na Pátria insustentável:

“Como consecuencia de la imposición de dictaduras militares, los golpes de Estados y la sistemática violación de derechos humanos en varios países de América, miles de hombres y mujeres que habrían mostrado abierta oposición a los gobiernos en turno, que tenían relaciones familiares o amistosas con disidentes, o simplemente que se ocupaban de profesiones o actividades culturales que los gobierno dictatoriales consideraban peligrosas para la sociedad, se enfrentaron con una realidad inevitable: la necesidad de abandonar sus países para preservar sus vidas, su libertad, su dignidad y, en general, sus derechos.”²⁷.

Entretanto, sem provas materiais de que a saída do país era necessária foi bastante difícil aos argentinos conseguir a ajuda de organizações internacionais, fazendo com que pouquíssimos obtivessem o *status* oficial de exilado político. Na grande maioria das vezes deixava-se o país como imigrante comum ou turista, chegando-se a cruzar ilegalmente a fronteira. Apesar da tensão da fuga, os maiores problemas vinham posteriormente: a possibilidade de reconstruir a vida conflitava-se com a saudade e a reflexão sobre o que acontecia na Pátria natal. No exterior, o exílio foi visto como violência.

Escolher o país de acolhida também não foi tarefa tranquila. Alguns locais, por mostrarem-se receptivos ou pela tradição democrática – como México e França – chamavam a atenção. Porém, era preciso avaliar as condições financeiras para a viagem, além da necessidade de documentação, o que levou alguns desterrados a lugares não imaginados:

“F.P. antes de llegar con su familia a Barcelona vivió 6 años en Israel. Su ascendencia judía y la falta de papeles de su marido le impusieron un destino que no era de su agrado.

F.P. y L. – su marido – militaban en P.R.T. En 1976 comenzaron a evaluar la urgencia de salir del país. Como L. no tenía pasaporte tuvieron que asentarse en Brasil. Allí se acercaron a una organización de ayuda a los ‘judíos en peligro’ con sede en Río de Janeiro. Si bien la organización daba todas las facilidades para viajar a Europa, no proporcionaba documentación. Entonces, Israel fue su única alternativa.”²⁸

Nas ondas exílicas do século XIX, a América Latina foi o principal destino dos desterrados argentinos: a proximidade geográfica, associada às facilidades da viagem e a

²⁷ MEYER, Eugenia; SALGADO, Eva. **Un Refugio en la Memoria. La experiencia de los exilios latinoamericanos en México.** p. 85

²⁸ JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...),** pp. 357-358.

sensação de não afastamento da vida nacional foram fatores importantes para os proscritos. Contudo, segundo Silvina Jensen, essa América não se mostrou tão receptiva nos anos 1970. Assolada por ditaduras baseadas na *Doutrina de Segurança Nacional*²⁹, os países latino-americanos não pretendiam receber os inimigos uns dos outros. Ao contrário, da sua cumplicidade nasceu uma aliança repressiva cujo objetivo era identificar, prender, deportar ou desaparecer com aqueles que fugiam do país pátrio. A chamada *Operação Condor* espalhou o pânico entre os que ficaram na América do Sul, pois a distância física não impedia que o *Terrorismo de Estado* os alcançasse³⁰.

Para Marina Franco, no entanto, o entendimento do perigo representado pela permanência na América Latina não veio rapidamente. Inicialmente, os argentinos buscavam os países vizinhos devido à proximidade territorial, facilidade da saída e esperança de que o desterro fosse breve. Entretanto, ao chegar a esses locais, percebiam a falta de condições de segurança, buscando então refúgio em países mais longevos³¹.

²⁹ A Doutrina de Segurança Nacional – DSN – foi criada nos EUA na década de 1950, visando o abandono da chamada “guerra total”, e privilegiando uma “guerra limitada”, que permitiria uma resposta mais flexível e o controle do “inimigo interno”. Assim, os norte-americanos passaram a difundir a ideia de que o continente latino-americano lutava em uma guerra que exigia métodos não convencionais. A intervenção direta, o apoio logístico, o financiamento, além da formação de militares – com a colaboração de instrutores franceses especializados na “guerra contrarrevolucionária” e em metodologias “antisubversivas” – foram estratégias utilizadas pelos EUA para a preservação das fronteiras ideológicas na América. Adotada por praticamente todos os governos de exceção que dominaram os países latino-americanos entre as décadas de 1960 a 1980, a DSN exigia que fossem tomadas todas as atitudes necessárias à preservação dos “valores ocidentais e cristãos”, impedindo que ideias “apátridas” como o comunismo continuassem a fazer adeptos nas fronteiras nacionais.

Todavia, como afirmam Roniger e Sznajder, é preciso atenção às especificidades internas de cada país: “É importante refletir sobre esta variabilidade em relação à diferente interpretação da Doutrina de Segurança Nacional partilhada pelos *establishments* militares (...). Como já analisamos, tal doutrina sugere uma guerra abrangente contra as forças de subversão, para a defesa da nação e de seus valores ‘orgânicos’, concebidos em termos católicos, nacionalistas e antimarxistas. Entretanto, a doutrina foi interpretada de forma ligeiramente distinta nos vários países. Na Argentina, serviu de diretriz para eliminar os inimigos da nação; os termos empregados foram organicistas e projetaram um discurso ‘medicalizado’ que exigia a ‘extirpação de tecidos doentes’ do órgão nacional.” RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 37

Paraguai, Brasil Uruguai, Chile e Argentina adotaram governos baseados na DSN após os anos 1950.

³⁰ Para maiores informações sobre a *Operação Condor*, ver: MARIANO, Nilson. **As Garras do Condor. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003. e QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul**. (Tese de doutorado). Niterói, Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2005.

³¹ “Sin embargo, una buena parte de los argentinos que llegaron a Francia lo hicieron pasando antes por otros países, especialmente Brasil y Uruguay. La salida por tierra era una opción más sencilla y económica, porque

As estatísticas apontadas por Jensen mostram a importância de EUA, Israel, Espanha, Venezuela e México como destinos do exílio argentino. Além disso, a autora aponta como países de recepção França, Itália, Alemanha e Suécia, além de Cuba³². Marina Franco, no entanto, ressalta a importância do Brasil para que os argentinos conseguissem deixar sua terra natal. Apesar de ainda estar sob controle militar, o país vizinho já passava por uma distensão comandada pelo general Ernesto Geisel. Dessa forma, havia se transformado em um espaço de circulação para refugiados latino-americanos, especialmente pela presença de uma sede da ACNUR no Rio de Janeiro, que permitia a busca por refúgio em outros países³³.

“Pero la experiencia brasileña no fue vivida como un simple pasaje o una escala; para muchos argentinos fue un primer espacio para ‘respirar’, en el que recuperaron actividades y espacios políticos previos. Para los que provenían de una militancia activa, Brasil fue – fuera de las urgencias de la supervivencia

había menores controles fronterizos, especialmente cuando no se tenían documentos o éstos eran falsos, pero también permitía no alejarse demasiado de la Argentina, dado que la mayoría pensó la emigración como transitoria y breve. Sin embargo, al llegar a esos países vecinos, estos emigrantes advertían pronto que las condiciones de seguridad eran inciertas – o inexistentes – y mucho optaron por buscar otros destinos más lejanos y seguros. (...)” – FRANCO, Marina. **El Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, p. 54.

Países	1970	1980
EUA	44.803	68.887
Paraguay	27.389	43.670 (*40.414)
Brasil	17.213	26.633
Israel		22.916 (*20.318)
Chile	13.270	26.633 (*18.656)
Venezuela	4.481	11.541 (*10.835)
Espanha	7.784	7.665 (*13.077)
México	1.585	5.503

Países con mayor volumen de argentinos: Argentinos censados // *Argentinos censados y estimados – SCHKOLNIK, Susana. “Volumen y características de la emigración de argentinos a través de los censos extranjeros” in LATTES, Alfredo y OTEIZA, Enrique (Coords.) “Dinámica migratoria argentina (1955-1984): democratización y retorno de expatriados”. Buenos Aires: C.E.A.L., vol.1, 1987, pp. 98-99, apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 352 – nota.

“Más allá de la información estadística y teniendo en cuenta la producción de testimonios de exiliados o valorando los enclaves geográficos que concentraron la más enérgica denuncia antidictatorial, podemos afirmar que la cartografía del exilio argentino de los setenta tuvo como destinos privilegiados en Europa a España, Francia, Italia, Alemania y Suecia. Al mismo tiempo, Israel atrajo a buena parte de los judíos argentinos que partieron al exilio. En América Latina, además de México y Venezuela, fueron Brasil y en menos medida Cuba los lugares de residencia de los desterrados de la dictadura. La proporción de exiliados que ingresaron en EE.UU. y Canadá no fue muy significativa. Si EE.UU. aparece en un lugar destacado en las estadísticas fue porque, al menos desde los años ’50, había sido un país de aspiración para técnicos, ingenieros, médicos y otros profesionales (...)” – *Ibidem*, p. 352.

³³ FRANCO, Marina. **El Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, pp. 54-55

inmediata – un espacio de tensas discusiones políticas o de reflexión individual, en el que empezaron a revisarse opciones políticas o personales.”³⁴

Entretanto, alguns locais de recepção ganharam mais destaque devido aos personagens que receberam: quanto maior o engajamento na luta antiditatorial, mais o país ganhou ênfase no imaginário social.³⁵ Dessa forma, apesar de não ser o país com maior número de exilados argentinos, a França tem um espaço importante dentro dos estudos acerca do desterro dos anos 1970. Da mesma maneira, México e Espanha chamam a atenção da sociedade argentina como locais de recepção, enquanto países como Brasil, Israel e mesmo Cuba tem menor atenção.

Tanto Marina Franco quanto Silvina Jensen apontam o fato de que o exílio não era uma opção na perspectiva das organizações da esquerda armada. Visto como ato de covardia e “traição à causa”, a decisão de deixar o país era individual ou familiar, sendo muitas vezes submetida a julgamentos dentro do próprio partido. Muitos desterrados consideraram sua saída como uma vergonha, mesmo após anos no exílio.³⁶ Todavia, conforme as desapareições passaram a fazer parte do cotidiano, até mesmo as principais lideranças entenderam que a emigração era a única forma de salvar suas vidas, ainda que tenham mantido o discurso de permanência para os demais membros³⁷.

Seja para os militantes ou para aqueles que nunca pegaram em armas, o exílio teve sabor de derrota. Os planos, convicções e esperanças foram abandonados, e a reconstrução da vida num cotidiano completamente alheio não se mostrou tarefa fácil. Foi preciso readequar-se a uma nova sociedade, e o dia-a-dia lembrava que não se estava ali por opção.

³⁴ **Ibidem**, p. 55.

³⁵ Para mais informações, ver: JENSEN, Silvina. **Op. cit.** [2004], pp. 351-357; FRANCO, Marina. **Op. cit.** [2008], pp. 89-90; YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**, pp. 26-49.

³⁶ FRANCO, Marina. **El Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, pp. 52-53 e JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 319.

³⁷ “(...) Algunas organizaciones sólo tomaron la decisión de salir cuando ya estaba bien avanzada la dictadura: los líderes Montoneros lo hicieron en 1977, sin autorizar oficialmente la salida del resto de los militantes; el PRT-ERP decidió la salida de sus miembros a comienzos de 1977, cuando ya prácticamente el partido había sido destruido; las organizaciones maoístas no propiciaron la salida y fueron partidarias de ‘quedarse a resistir’; el grupo trotskista Política Obrera preparó la salida de algunos de sus militantes – al menos de la sección rosarina – en 1977, mientras que en el comité central del partido había negado el uso del derecho de opción a sus militantes encarcelados antes del golpe.” – FRANCO, Marina. **Op. cit.** [2008], pp. 52-53.

Problemas práticos se interpunham a todo o momento: a língua, por exemplo, foi um degrau a transpor, mesmo para os que viveram em países de idioma espanhol:

“(…) Los que elegimos ir a vivir a un país hispanoparlante no sospechábamos que la versión local del castellano tendría tantas diferencias y que estas diferencias nos podrían en dificultades a la hora de necesitar del idioma para enfrentar algún compromiso profesional o para resolver algún requerimiento de tipo doméstico. Al poco tiempo de instalarme aquí [México], mi amiga Norma le dio instrucciones a su ayudante doméstica: ‘En la heladera hay choclos, zapallitos y batatas. Lo pone todo a hervir para hacer un pucherito’. Cuando volví de su trabajo no había ni atisbos de cena porque (...) heladera se dice refrigerador, el choclo es el elote, el zapallito es calabaza, la batata es el camote y el puchero es el cocido.”³⁸

Da mesma forma os costumes, a comida, as formas de diversão traziam à tona as lembranças da vida que se havia abandonado, dificultando a integração. Por mais que o tempo tenha diminuído as diferenças, elas não deixaram de lembrar ao exilado o motivo de sua vinda.

Dentro dos países de acolhida foi importante aos argentinos buscar o reconhecimento de seu *status* de vítima, o que tornaria possível a ajuda aos conterrâneos e facilitaria a solidariedade. Contudo, a tradição golpista de seu país associada à violência do governo Isabelita e às campanhas que associaram “exílio e subversão” tornaram mais difícil a eles conseguir o apoio internacional. Aos países de recepção era mais fácil a simpatia com chilenos, uruguaios e brasileiros, cujos golpes derrubaram presidentes com mais prestígio que a senhora de Perón, e cujos exilados não eram associados à violência.

“A diferencia de Chile o Uruguay, la mayoría de los militantes exilados argentinos, pertenecían a las organizaciones revolucionarias, especialmente *Montoneros* y en menor número del *P.R.T.-E.R.P.* y no a partidos políticos que operaban por dentro del sistema democrático. Este hecho sumado a las peculiaridades de la política argentina dificultó la construcción de solidaridades político-ideológicas y sobre todo la impuso al heterogéneo exilio argentino un esfuerzo más intenso y mayor tiempo para concitar el apoyo internacional. (...)”³⁹

“(…) frente a su propio país y frente a las fuerzas militares, las organizaciones de exiliados se vieron en la necesidad de construir una visibilidad y un tipo de denuncia que los alejara de toda posible asociación con las figuras del terrorismo. En definitiva, este implicó, ante todo, silenciar la militancia política previa o las

³⁸ ULANOVISKY, Carlos. **Seamos felices mientras estamos aquí. Crónicas de un exilio.**, p. 95.

³⁹ Entrevista a A.A., Barcelona, 8/5/1996 apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 472

identidades político-partidárias pasadas o presentes que pudieron ser consideradas ‘sospechosas’.⁴⁰

Nesse sentido a união dos desterrados se impôs como necessidade para legitimar sua condição e agir contra o regime expulsor. Construindo um discurso homogêneo e simples, especialmente ligado aos Direitos Humanos, os asilados argentinos pretendiam o reconhecimento dos países receptores. Dessa coesão nasceram organizações importantes, que atuaram na ajuda aos recém-chegados e na denúncia ao regime⁴¹. Seguindo modelos previamente utilizados pelos exilados latino-americanos, tais grupos buscavam desmascarar as campanhas publicitárias do Estado e as atrocidades cometidas no país – especialmente os desaparecimentos – procurando sensibilizar a opinião pública internacional e conseguir condenações ao regime argentino.

Embora tenham encontrado dificuldades, as denúncias dos exilados ganharam repercussão internacional. Buscando evitar que essas falas gerassem prejuízos, os militares esforçaram-se em campanhas para macular a imagem daqueles que viviam fora do país, afirmando serem esses “subversivos em fuga” que orquestravam uma “campanha antiargentina” a partir do “exílio dourado”⁴². Segundo Pablo Yankelevich, essa situação foi fundamental para o silenciamento a respeito do desterro após a redemocratização:

“(…) Circunstancias que en gran medida recogía el eco de una insistente campaña propagandística orquestada por la dictadura, señalando a los exiliados como responsables de la violencia política que azotó al país, así como de haber fraguado en el extranjero una ‘campana antiargentina’, frente a la cual, los publicistas de los militares gestaron lo ignominioso lema: ‘los argentinos somos derechos y humanos’. Tan profundamente calaron esas imágenes, que a partir de 1984 los primeros gobiernos constitucionales en poco contribuyeron al reconocimiento del exilio. (...) De suerte que a mediados de los ochenta, todo aquel que regresaba del exilio no dejó de sentir el peso de la sentencia ‘por algo

⁴⁰ FRANCO, Marina. **El Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, p. 122.

Ver também: JENSEN, Silvana. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura.**, pp. 41-45; YANKELEVICH, Pablo. **Exilio y Dictadura**, p.223

⁴¹ Entre as diversas organizações de exilados argentinos, podemos citar as mexicanas *COSPA* (Comité de Solidaridad con el Pueblo Argentino), *MPM* (Movimiento Peronista Montonero), e *CAS* (Comisión Argentina de Solidaridad); as francesas *CADHU* (Comisión argentina de derechos humanos), *CAIS* (Comité argentino de información y solidaridad), *CO.SO.FAM.* (Comisión de solidaridad de familiares de presos y desaparecidos en la Argentina), *COBA* (Comisión de boicot al Mundial de fútbol en Argentina); e as catalãs *Casa Argentina en Cataluña* e *CO.SO.FAM. de Barcelona* (Comisión de Familiares de desaparecidos, muertos y presos políticos)

⁴² FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, pp. 219-220; JENSEN, Silvana. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, pp. 539-563; JENSEN, Silvana. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**, pp. 55-56

habrá sido’, con la que sectores significativos de la sociedad argentina mal escondieron su silencio con las políticas criminales de las Fuerzas Armadas. (...).”⁴³

Diferentemente dos exilados de outras décadas, os dos anos 1970 não encontraram espaço na instalação da memória sobre o período em que sofreram com a repressão. Afinal, para a sociedade que os recebeu de volta, eles não podiam ser igualados aos perseguidos políticos que buscaram derrocar tiranias, como a *Geração de 1837* e os asilados dos anos 1930; nem aos opositores do peronismo ou os intelectuais dos anos 1960. Os exilados dos anos de chumbo não deixaram de ser vistos como “subversivos” com a chegada da democracia, o que não lhes possibilitou escrever um capítulo sobre si nas páginas da história do país. Assim, a memória sobre o período da ditadura militar, dada oficialmente a partir do *Nunca Más*, fez do exílio um grande silêncio.

1.3 Entre retornos e permanências, o diálogo com a Argentina.

O fim da guerra das Malvinas criou condições para que os exilados pensassem no retorno, sonho instalado desde o momento em que se cruzou a fronteira⁴⁴. Porém, quando esse pareceu realizar-se, os desterrados viram que ficar no país de acolhimento era, de fato, uma possibilidade real. Muitos ficaram entre o retorno e a permanência; decisão que se mostrou dura e exigiu um balanço dos anos vividos fora da pátria natal.

“(...) tuve que pensarlo (...) porque el retorno implicaba el abandono de un atractiva posición profesional y que mucho me había costado alcanzar. Durante los meses previos a la partida tuvimos que deshacer la vida atada durante los últimos seis años, abandonamos cientos de objetos, transferimos, prestamos y regalamos otros tantos, (...) tuvimos que seleccionar una enorme cantidad de cosas que habíamos decidido que nos acompañarían en nuestro regreso. En estos últimos meses en México, una palabra de origen inglés dominó el contenido de nuestras charlas más íntimas: *container*. (...) en esa gigantesca casa portátil, se acomodaron bibliotecas enteras, artesanías mexicanas, vajillas, miles de discos, cuadros, enciclopedias, muebles, sábanos, frazadas, almohadas y hasta colchones. (...)”⁴⁵

Depoimentos colhidos por historiadores e cientistas sociais mostram que muitos desterrados consideraram o retorno como uma questão de lógica, de continuidade na luta

⁴³ YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**, pp. 17-18.

⁴⁴ YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983** pp. 182-183

⁴⁵ ULANOVSKY, Carlos. **Seamos felices mientras estamos aquí. Crónicas de un exilio**, pp. 15-16.

iniciada. Para eles, não era possível manter-se longe da Pátria a qual não escolheram abandonar, como mostra a entrevista citada por Marina Franco:

“(…) la cuestión de la vuelta cada uno la definió personalmente, digamos, aquel que dijo tengo miedo, o mis chicos están escolarizados, o buscaba un pretexto o... este... (…). Y a mí en lo particular, yo siempre decía ‘No quiero’. Bueno, lo que a mí más me pesaba de estar allá [Francia] era tener a mis viejos acá. Y... este... que no quería bajo ningún punto de vista que les pasara algo a ellos y yo estar tan lejos... Y por otro lado, yo veía que yo tenía poco futuro en lo que a mi especialidad se refería en Francia. (...) Incluso en ese momento y ya podía sacar la ciudadanía, y no, no me interesaba... Yo reconozco todo lo que Francia nos dio – yo siempre digo que es mi segundo hogar – pero qué sé yo... Cuando ya los chistes tenés que explicarlos... no, no”⁴⁶

Existiram diversas maneiras de participação nessa nova etapa. Alguns escolheram a política partidária como, por exemplo, o ex-senador Hipólito Solari Yrigoyen⁴⁷, que anunciou sua vontade de retornar ao país e ajudar a UCR a reerguer a Argentina. As ações do político radical foram acompanhadas com afínco pelos dois principais jornais da capital, que sem fazer grandes ressalvas relataram desde o pedido à Corte Suprema de Justiça – que visava garantir que Yrigoyen tivesse seus direitos constitucionais assegurados – até a confirmação do retorno. Como ex-exilado, o político transformou-se em embaixador itinerante do governo alfonsinista, com a função de visitar os países de acolhida, demonstrando aos argentinos radicados no exterior que a Pátria natal oferecia segurança, que as lideranças democráticas preocupavam-se com sua situação, assim como pretendiam sanar as dificuldades para o retorno.

Outros regressados, contudo, não viram os partidos como a chance de mudar o país, mas nem por isso deixaram de atuar politicamente, buscando mostrar, no seu dia-a-dia, as

⁴⁶ Entrevista a W.M., 14/8/2002, Buenos Aires, apud FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, p. 272.

⁴⁷ Hipólito Solari Yrigoyen era figura conhecida na política argentina. Sobrinho do ex-presidente Yrigoyen, o congressista foi vítima da repressão estatal: preso político dos anos Onganía, sofreu atentados da *Triple A* em 1973 e 1975. Esses precedentes lhe valeram a perseguição da ditadura militar, que o acusava de participação em “atividades subversivas”, entre elas de ser advogado do sindicalista marxista Augustín Tosco e de ter assinado uma nota de solidariedade com o governo de Salvador Allende, do Chile. Em 17 de agosto de 1976 um grupo do Quinto Corpo do Exército sequestrou Solari Yrigoyen juntamente com outro ex-legislador radical, Mario Abel Amaya. Conduzido ao Batalhão 181 de Comunicações de Bahía Blanca, Yrigoyen foi torturado, ficou desaparecido, sendo posteriormente colocado à disposição do Poder Executivo. Solto após intensa pressão internacional, deixou o país com o “direito de opção”. Yrigoyen viveu em diversos locais, voltando à Argentina em junho de 1983, após todas as acusações que pesavam contra ele serem retiradas.

diversas violências cometidas nos últimos anos. Carlos Ulanovsky⁴⁸, por exemplo, retornado em 1983, aproveitou-se da experiência como jornalista para narrar os embates internos vividos no exílio. A obra *Seamos felices mientras estamos aquí*, iniciada ainda durante a estadia no México, relatou em linguagem cotidiana os contrastes psicológicos, as dificuldades e as pequenas alegrias vividas no desterro. O autor, que não pretendeu fazer nenhum estudo sociológico, contribuiu com um dos primeiros relatos sobre a vida fora da Argentina nos anos de chumbo.

“La edición inicial apareció en noviembre de ese año [1983], en un momento en que el registro periodístico y literario sobre el tema del exilio no era nada común. Probablemente, estas humildes, íntimas y sinceras crónicas de exilio llegaron para ocupar un lugar todavía vacante. (...)”⁴⁹

Nos anos seguintes Ulanovsky continuou a luta pelo não esquecimento da violência e suas consequências nefastas. Os estudos sobre a imprensa, realizados por ele, ajudaram a entender o papel social desses grupos e sua ligação com os diversos poderes argentinos.

Mesmo sem grandes atuações sociopolíticas, muitos exilados consideraram seu retorno como um ritual de purificação necessário. Poder pisar novamente na Pátria que os expulsou, acompanhar de perto o processo e o *Julgamento das Juntas*, falar a própria língua, relembrar sabores de infância eram uma forma de mostrar que os violadores dos Direitos Humanos não haviam vencido, mesmo sabendo que a Argentina para a qual retornavam já não era a mesma que haviam deixado.

“(...) ya era agosto del 83, y ya había la presión fuerte desde Montoneros para que los compañeros que no tenían causas legales volvieran al país. (...) ¡Yo sentía que si yo decía que no, yo no estaba recuperaba, me habían ganado el enemigo!, yo tenía que dar todo el tiempo explicación de que no, ¡no podía mostrar debilidad! Entonces dije: ‘Bueno...’ Yo creo que fui la primera, fui a la Oficina de Naciones Unidas, fui a decir: ‘Bueno, yo quiero ser repatriada’ (...)”⁵⁰

“(...) En el 84, y por el otro lado poder vivir la etapa de los juicios a los militares, de las grandes movilizaciones, todo eso a mí me gustó, me gustó mucho, yo lo

⁴⁸ Ulanovsky foi um jornalista e escritor argentino que desde 1963 trabalhou em importantes meios de comunicação do país. Teve dois exílios no México: o primeiro, entre outubro de 1974 e janeiro de 1976; e o segundo, mais duradouro, entre abril de 1977 e janeiro de 1983. Nesse país, também trabalhou na imprensa. Como escritor, publicou livros de ensaios, biografias e história dos principais meios de comunicação argentinos.

⁴⁹ ULANOVSKY, Carlos. **Seamos felices mientras estamos aquí**, p. 11.

⁵⁰ Entrevista a F.A., 21/08/2003, Buenos Aires, apud FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, p. 271.

sentí como muy importante en ese momento, muy lindo pero... qué sé ¡uno vuelve al país de uno pero que es el país de uno a medias! (...)"⁵¹

Contudo, sem uma política governamental de retorno, aqueles que pretendiam voltar ao país tinham de arcar com as despesas de viagem, além de enfrentar dificuldades para conseguir a documentação necessária – especialmente quando a saída se deu de forma clandestina –, o reconhecimento da nacionalidade dos filhos e a permissão de entrada de cônjuges estrangeiros⁵². Todavia, a pior notícia era a péssima recepção que muitos tinham ao chegar ao país.

Após sete anos de regime militar, as campanhas de difamação dos exilados haviam encontrado ressonância na sociedade. Repetidas pelos meios de comunicação e setores mais conservadores do país, deixavam no ar suspeitas e acusações em torno daqueles que pretendiam viver novamente em solo natal. Vistos como responsáveis pela imagem ruim da Argentina no exterior, os exilados não tinham reconhecido seu papel na luta pela democracia.

“Desde Barcelona, algunas figuras emblemáticas del exilio prefiguraron el retorno como difícil. Para Héctor Borrat, Osvaldo Bayer y Julio Cortázar esta dificultad no sólo tenía que ver con la no desarticulación del aparato represivo o la situación económica del país, sino con la impronta dejada por la prédica dictatorial que convirtió al término ‘exiliado’ en una ‘mala palabra’.”⁵³

As suspeições giravam principalmente em torno das possíveis relações com a guerrilha armada. Essa correlação, já citada nesse trabalho, foi feita durante todo o período militar. Por mais que tal ideia fosse contestada pelo asilo de intelectuais, políticas, jornalistas, entre outros, não foi completamente rejeitada pela população. Daí todo aquele que havia abandonado o país durante o regime deparar-se com a necessidade de provar sua inocência frente à sociedade.

⁵¹ Entrevista a A.G., 14/08/2004, Buenos Aires, apud **Ibidem**, p. 274.

⁵² Algumas entidades internacionais, ligadas à Anistia Internacional e à ONU iniciaram um processo de ajuda aos exilados argentinos que voltavam ao país. Contudo, a falta de empenho do governo Alfonsín não permitiu a criação de um programa massivo de apoio ao retornado argentino.

⁵³ BAYER, Osvaldo. “El regreso de los intelectuales” in **Testimonio Latinoamericano**, Barcelona, ano IV, nº 15-16, Julio/Octubre 1982, p. 34 apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 759

As atitudes tomadas pelo governo alfonsinista nos seus primeiros meses agravaram a situação. Sem o reconhecimento de que sofreram com a violência estatal, muitos argentinos deixaram o país novamente, enquanto outros preferiam calar-se.

“(…) hubo retornos que no funcionaron y dieron lugar a reemigraciones permanentes (...) En esos casos, en general, la explicación parece estar ligada a las dificultades económicas de reinserción en la Argentina o de readaptación emocional al país.”.⁵⁴

“En los primeros años de la Transición, los silencios sobre el exilio presentaban una densidad simbólica no sencilla de desvelar. Hubo silencios constituidos sobre la culpa por haber sobrevivido. Otros eran productos del rencor por las preguntas que se entendían acusadoras y construidas sobre la trama costo/beneficio. Finalmente, estaban aquellos que remitían a la vergüenza del exiliado por no estar a la altura de los que imaginaban como figuras emblemáticas de nuestro destierro político del siglo XIX (Alberdi, Sarmiento) o de los que creían imposible comparar su condición de ‘exiliados del miedo’, con los casos paradigmáticos de perseguidos-expulsados, tales como Solari Yrigoyen o Cámpora. En este sentido, el silencio sobre el exilio fue invisibilización de su dimensión política o su desnaturalización en la difusa categoría de los desplazados o los ‘argentinos del exterior’, categoría que los ubicaba junto a los emigrantes económicos, los viajeros existenciales o la ‘fuga de cerebros’.”⁵⁵

Houve ainda os exilados que optaram por adotar de vez o país de acolhida como nova Nação. Pesaram nessa decisão os empregos estáveis, filhos adaptados às condições sociais ou novas famílias iniciadas. Voltar à Argentina significaria um novo rompimento, especialmente para a geração mais jovem⁵⁶. Ademais, a situação da Pátria natal não era convidativa: além das péssimas condições econômicas, as dificuldades de readaptação e a péssima acolhida transformavam a permanência no exterior em uma alternativa apreciável:

“Las convicciones no se perdieron, por el contrario, en muchos casos se consolidaron. De modo que quienes volvieron se encontraron con un ambiente distante y hostil, pues ‘hubo rencillas, resquemores y demás, porque... los que se quedaron en la Argentina se sentían que, buenos, ahí vienen los de México... estos que estuvieron afuera, que no tuvieron que sufrir las cosas de adentro (...).”⁵⁷

Assim, para muitos desterrados o retorno foi adiado e acabou por nunca concretizar-se. Adaptados aos meios que os receberam, tornaram-se imigrantes, vivendo longe de seus

⁵⁴ FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura** [2008] p. 273.

⁵⁵ JENSEN, Silvina **Op. cit.** [2004], pp. 766-767

⁵⁶ FRANCO, Marina. **Op. cit.** [2008], p. 275 e JENSEN, Silvina. **Op. cit.** [2004] p. 739.

⁵⁷ Entrevista com Ricardo Nudelman, realizada por Bertha Cecilia Guerreiro, de 23/10/1997 a 13/01/1998 na Cidade do México, PEL/1/A-14, p. 70 apud MEYER, Eugenia e SALGADO, Eva. **Un Refugio en la Memoria. La experiencia de los exilios latinoamericanos en México**, p. 272.

pares em busca de melhores condições de vida. O passado não foi apagado, mas deixou de determinar cada passo que davam.

Contudo, viver longe da Argentina não significou deixá-la para trás. Muitos exilados continuaram a dialogar com a sua sociedade, especialmente no que tangia às questões relativas à construção da memória da ditadura. Para os que permaneceram no exterior, não era menos importante o reconhecimento de seu sofrimento e a necessidade de ver-se incorporados à história como vítima da repressão.

Assim, muitas vezes, continuou havendo a necessidade de falar sobre o exílio. Pessoas que nunca depuseram diante de órgãos estatais argentinos, faziam-no sem maiores problemas perante a imprensa estrangeira ou de estudiosos do regime militar. A possibilidade de ver sua história contada de uma maneira diferente daquela feita na Pátria natal foi agarrada por diversos ex-desterrados.

Nesse caso, a literatura mostrou-se um campo extremamente fértil. Dialogando com as políticas e práticas da Argentina em relação aos Direitos Humanos, literatos que haviam deixado o país devido à repressão buscaram na sua arte uma forma de sanar o amargo sabor do silenciamento de questões tão caras a si. Foi após os indultos de Menem, por exemplo, que Luiza Valenzuela⁵⁸ lançou a obra *Romance Negros com Argentinos*⁵⁹. Nesse livro, a autora nos apresenta à Roberta e Augustín, escritores argentinos vivendo em Nova York. Ela, já radicada há cinco anos, e ele recém-chegado.

Um dia Augustín compra um revólver, afirmando ser apenas por segurança. Após o desenrolar de algumas poucas cenas, o escritor mata, sem qualquer motivo aparente, uma atriz que tinha acabado de conhecer. Esse ato inexplicável obriga os dois argentinos a confrontarem-se com suas memórias, fazendo com que a repressão ditatorial seja o pano de fundo da narrativa.

⁵⁸ Luiza Valenzuela, escritora argentina, viveu na Europa entre 1958 e 1975, retornando ao país num de seus momentos mais conturbados. Nessa época, produziu suas obras mais famosas: *Aquí Pasan Cosas Raras* (1975) e *Como en la Guerra* (1977). Em 1979, após ameaças a si e sua família, a autora foi para o exílio, estabelecendo-se nos EUA. Valenzuela decidiu não retornar ao país com a redemocratização, mas nunca deixou de retratar a realidade argentina em suas obras.

⁵⁹ Para uma análise mais pormenorizada sobre a obra citada de Luisa Valenzuela, ver: BALBINO, Ana Carolina. **Escrevendo lá fora: Luiza Valenzuela e a literatura de exílio**. Encontro de Graduação da Unicamp, 2012. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/Ana%20Carolina%20Balbino.pdf>

Na busca por uma resposta ao crime, Augustín e Roberta se deparam com sua condição de exilados e com as memórias da repressão internalizada:

”Tempos anteriores à cena do tiro, na qual já não queria se deter. Esquecê-la, clausurá-la. Não lhe dar mais lugar em sua memória. Desaparecê-la. Aqui não houve nada. Eu, argentino. Pondo em prática as frases de ordem, aquelas muito anuladoras e habituais.”⁶⁰

Durante toda a obra, Valenzuela confronta o leitor com os sentimentos confusos daqueles que vivem longe da Pátria natal: Augustín e Roberta aparecem entre a nostalgia e o abandono, a alegria e o medo internalizado, a possibilidade da escrita livre e a paralização dessa. Dessa forma, a obra aborda o problema da identidade, a qual afeta sobremaneira aqueles que foram obrigados a abandonar toda sua vida. Essa questão, tão bem colocada na literatura de Valenzuela, também emerge em diversos depoimentos de desterrados dos anos 1970:

“ – Agora chegou a hora, acho que não tem outra solução, se você quiser sair na rua. E você quer, não é? Você quer saber o que aconteceu realmente, não é?
- É claro, quero saber tudo. Por que aconteceu, por que eu, tudo. Mas não sei o que a barba tem a ver com isso.
- Não quero que você seja reconhecido. Você vai atuar com mais liberdade se se sentir diferente. Como outra pessoa.”⁶¹

“(…) ‘No había tiempo para hacer comparaciones... no, porque estábamos ensimismados... el exilio es como quedarse vacío, entonces hay que reconstruirse’ (...)”⁶².

“Yo sufrí horrores. Horrores. Horrores, horrores. Yo... yo... había veces que salía a las ocho de la mañana a caminar, a caminar, a caminar, a caminar y buscaba en la gente un rostro... conocido... un punto de referencia que me hiciera... sentir algo de hallá. Encontrar lo que me faltaba. (...)”⁶³

A narrativa literária ainda aborda questões como o medo internalizado e a paralização da escrita, o trauma carregado pelo corpo e a inadequação a um lugar ao qual nunca pertenceriam completamente. Sem poder retornar, por conta da violência vivida,

⁶⁰ VALENZUELA, Luiza. **Romance Negro com Argentinos**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Rios Ambiciosos/Autêntica, 2001, pp. 137-138.

⁶¹ VALENZUELA, Luiza. **Op. cit.**, p.46

⁶² Entrevista con Regelio de la Fuente, realizada por Renée Salas en 1 de octubre de 1997 en la ciudad de México, México, PEL/1/CH-15, p. 32, apud MEYER, Eugenia e SALGADO, Eva. **Un Refugio en la Memoria. La experiencia de los exilios latinoamericanos en México**, p, 153.

⁶³ Entrevista com R.H., 09/05/2003, Paris, apud FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, pp. 73-74

Augustín e Roberta acabam representando o exílio de si mesmos, daqueles que não se encontram em lugar algum:

“- Não somos daqui, disse Roberta, o que você quer que a gente tenha? Um dos dramas do exílio, ou ao menos da vida errante, é que ela impede o acúmulo. Há tantas coisas que eu gostaria de ter e depois me pergunto o que fazer com elas na próxima mudança. A gente nunca sabe onde vai parar. (...) Uma vida descartável, não é engraçado.

Bill perguntou

- O que é o exílio?

- O exílio é saber que você nunca mais vai voltar ao lugar ao qual você pertence.

- Mas vocês podem voltar ao seu país. Não há mais problemas, que eu saiba. É uma democracia, agora.

- Poder, podemos, agora, claro, mas não sei se há retorno possível. As coisas mudam. Nem todos os caminhos podem ser desandados.”⁶⁴

Uma das marcas dessa obra de Valenzuela é a dupla dimensão em que se coloca: ser ao mesmo tempo língua e experiência do exílio, viver sua dimensão história e geográfica, mas também mostrar-se como possibilidade de escrita e denúncia. Dessa forma, a autora cria uma tênue fronteira entre ficção e testemunho, fazendo com que a literatura dê conta de alguns dos silêncios que a memória oficial do regime escondia.

Bem recebido nos EUA, o romance teve pouca repercussão numa Argentina que se propunha a abandonar seus “monstros” e olhar somente para o futuro. As leis de Indulto de Menem relegavam as violações de Direitos Humanos a um passado distante, enquanto a escritora que não havia retornado ao país trabalhava para evitar o silenciamento dessas. Valenzuela, assim como outros escritores, jornalistas e argentinos comuns levantaram suas vozes contra o véu de esquecimento que parecia impor-se sobre a violência que viveram, contribuindo para que o exílio nunca fosse definitivamente soterrado.

1.4 O Processo de Reorganização Nacional e seus alvos

O golpe de Estado de 1976 não foi o primeiro na vida política argentina. Durante o século XX, o país do Cone Sul conviveu com sucessivas quebras constitucionais: desde a que derrubou Hipólito Yrigoyen da UCR em 1930, à *Revolução Argentina*, as FF.AA. tiveram papel central na política.

⁶⁴ VALENZUELA, Luisa. **Romance Negro com Argentinos**. p. 151.

Se os primeiros governos militares na Argentina tiveram por objetivo garantir os interesses das elites e evitar a participação popular nas decisões, a subida de Perón ao poder deu novas características a essas intervenções. O governo do líder Justicialista, marcado pela imagem de protetor das camadas baixas e atrelado aos setores trabalhistas, reconfigurou os poderes políticos no país, trazendo à tona diversos setores antes marginalizados.

Não à toa, a *Revolução Libertadora* de 1955 teve como principal objetivo eliminar o Peronismo da Argentina, daí a violência com que foram perseguidos seus simpatizantes, além do envio de Perón para um longo exílio em Madri. Entretanto, a proscrição dos Peronistas das eleições de 1958 não impediu a influência de seu líder na política: seus aliados ocupavam cargos, e os partidos tradicionais necessitavam de alianças com o ex-presidente para alçar o poder.

Essa situação fez com que a *Revolução Argentina*, instalada por Onganía em 1966 e baseada na DSN, tivesse que lidar com questões mais plurais do que a luta entre a esquerda marxista e a direita capitalista⁶⁵. A enorme influência do Peronismo no país, aliada à participação política da classe trabalhadora – reunida em torno dos sindicatos e bastante combativa – dificultavam o controle pelas classes mais altas e faziam da sociedade um campo aberto para conflitos profundos.

Apesar das promessas feitas pelas FF.AA., a situação argentina em 1973 era de insurreição popular: as organizações armadas de esquerda faziam ações espetaculares, e os encontros multiplicavam-se⁶⁶. Sem conseguir frear a situação, os militares convocaram eleições democráticas nas quais Héctor Cámpora, representante do Justicialismo, saiu vencedor. A primeira ação do novo governo foi decretar uma ampla lei de anistia, permitindo o retorno de Perón. Porém, ao chegar ao país, o ex-presidente retirou o apoio ao novo mandatário, que já abalado pela oposição, renunciou. Dessa forma, o caminho abriu-

⁶⁵ A visão de que a *Revolução Argentina* seria fruto unicamente dos embates entre a direita capitalista e a esquerda marxista floresceu na historiografia pela tentativa de enquadrá-la nos conflitos típicos da Guerra Fria. Porém, é preciso levar em conta as especificidades do país, com elementos menos nítidos, mas de extrema importância nesse contexto.

⁶⁶ Para maiores informações sobre as guerrilhas surgidas na década de 1960, ver: ALTAMIRANO, Carlos. “Peronismo y cultura de izquierda en la Argentina (1955-1965)” in **Peronismo y Cultura de Izquierda**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, pp. 61-97.

se para mais um mandato de Perón, que teve como vice sua terceira esposa María Estela Martínez de Perón.

No seu último governo, o líder Justicialista enfrentou a ação das organizações guerrilheiras representadas especialmente pelo *ERP* e pelos *Montoneros*. A repressão se deu pela *Triple A*, organização de caráter paramilitar financiada pelo Estado.

“(…) se fue estructurando el terrorismo para estatal conocida como la Alianza Anticomunista Argentina (Triple A), organización parapolicial que contaba con los fondos y armamentos que le proporcionaba el Ministerio de Bienestar Social, a cargo de José López Rega. Lo integraban oficiales de las Fuerzas Armadas y policías en actividad, ex policías dados de baja por antecedentes delictivos, delincuentes de frondoso pasado, matones sindicales, miembros de la Juventud Sindical Peronista y de la Juventud Peronista de la República Argentina. Si bien, eran reclutados bajo un imperativo ideológico, cada asesinato o atentado era suculentamente pagado con fondos reservados del Estado. En enero de 1974 la Triple A difundió una lista negra de personalidades que debían ‘ser ejecutadas inmediatamente donde se las encuentre’”⁶⁷

Antes da adoção do *Terrorismo de Estado*, a *Triple A* foi responsável pela desarticulação e desmobilização das forças políticas e sindicais da Argentina⁶⁸. A ação da extrema direita adiantou métodos que seriam posteriormente adotados pelo Estado, como a clandestinidade e o uso das ameaças, torturas, assassinatos e “desaparecimentos”⁶⁹.

Os enfrentamentos entre a *Triple A* e a esquerda armada geravam temor entre a população, mas a morte de Perón em 1974, aliada à ascensão de Isabelita à presidência pioraram a situação. A crise econômica agravou-se e a impopularidade do governo aumentou, levando setores importantes da sociedade a defenderem uma nova intervenção das FF.AA. no país.

“... Isabel Perón logra permanecer hasta Marzo de 1976, en que las Fuerzas Armadas tomaron el poder. No fue su habilidad política la que logró esa supervivencia de casi 20 meses. Los militares necesitaron todo ese tiempo para preparar sus planes, según algunos observadores. Sin embargo, en verdad los planes ya estaban preparados. Los militares necesitaban algo que resultaría mucho más importante: que la situación se pudiera lo suficiente como para que toda la población – la prensa, los partidos políticos, la iglesia, las instituciones civiles – considerara inevitable la presión militar. Necesitaban aliados, para luego convertirlos en cómplices. Necesitaban que el Miedo por la seguridad personal,

⁶⁷ SERVETTO, Alicia. “Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista)” in *Antíteses*, vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008, p. 7. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1596>, acessado em 18/03/2014.

⁶⁸ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*, p. 105

⁶⁹ SERVETTO, Alicia. *Op. Cit.* p. 7-8

por la crisis económica, por lo desconocido, fuera tan grande como para que tuvieron el margen de tiempo, de contemplación, de pasividad, necesario para desarrollar lo que consideraban la única solución al terrorismo de izquierda: el exterminio.”⁷⁰

A tensa situação social abriu caminho para que os militares voltassem a ser protagonistas da cena política, levando a cabo um dos mais planificados projetos de extermínio de uma categoria já feito na América Latina. A ditadura que nasceu na Argentina em 1976 não tinha correlato na história do país, e acabaria por mudar as vidas de toda uma geração.

O *PRN* se baseou na *DSN* e foi chefiado por Juntas Militares que prometeram restabelecer a ordem, reorganizar as instituições e criar condições para uma autêntica democracia⁷¹. Para que tais tarefas fossem levadas a cabo, as FF.AA. pregavam o combate à “subversão”⁷². Utilizando-se de fala moderada, os militares pretenderam afastar-se de governos de mesma inclinação ideológica – mas que sofriam intensas condenações internacionais – como o Augusto Pinochet no Chile; além de ganhar a simpatia nacional, principalmente dos setores mais influentes como a Igreja Católica, o empresariado e a imprensa. O *Clarín*, por exemplo, não formulou qualquer crítica ao golpe em 24 de março de 1976, estampado em letras garrafais a instituição de um “novo governo”. O editorial do mesmo dia explicitou os motivos da derrubada da presidente Perón, culpabilizando o próprio governo pela necessidade da intervenção militar⁷³. Obviamente, era impossível ao

⁷⁰ TIMERMAN, Jacobo. **Preso sin nombre, Celda sin número**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1982, p.46 apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 214 (nota)

⁷¹ Diferentemente de outros governos militares na América Latina, na Argentina a ditadura não foi chefiada apenas por um membro das Forças Armadas, mas sim por uma Junta composta por um sistema de triunvirato, que incluía um nome do Exército, um da Marinha e um da Aeronáutica. Na primeira Junta, que ficou no poder entre 1976 e 1978, governaram o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emilio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti. Em 1978, devido aos conflitos existentes entre os membros das armas – especialmente Videla e Massera – foi instituída uma nova Junta, com a saída de Videla da chefia do Exército, mas sua permanência na presidência. Assim assumiram o general Roberto Eduardo Viola, o almirante Armando Lambruschini e o brigadeiro Omar Domingo Rubens Graffigna. Em 1980, Viola assumiu a presidência e a Junta foi recomposta pelo general Leopoldo Fortunato Galtieri, o brigadeiro Basilio Lami Dozo e o almirante Jorge Isaac Anaya. Após o desastre das Malvinas, a presidência foi ocupada pelo general Reynaldo Benito Antonio Bignone Ramayón, e a última Junta composta pelo general Cristiano Nicolaidis, o almirante Rubén Franco e o brigadeiro Augusto Jorge Hughes.

⁷² NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 26

⁷³ BORRELLI, Marcelo. “Escribiendo el epitafio: el diario Clarín en la antesala del golpe de estado de 1976” in **HOLOGRAMATICA – Facultad de Ciencias Sociales**, Año VII, Número 13, Vol. 2, 2010, pp. 13-14.

periódico ou qualquer outro setor da sociedade antever a enormidade da violência que se abateria sobre a Argentina.



Figura 1: Capa do periódico Clarín no dia 24/03/1976.

Com apoios importantes e contando com a desmobilização das forças político-sindicais já realizada pela *Triple A*, a ditadura não encontrou resistências para impor seu sistema de governo. A instalação da *guerra suja*⁷⁴ iniciou-se rapidamente:

“Isabel (sic), seus ministros e outras figuras destacadas do governo peronista foram presos imediatamente. Com o passar das horas, numa operação cuidadosamente planejada, as detenções se multiplicaram. Centenas de delegados sindicais, militantes peronistas e de esquerda, jornalistas e intelectuais considerados ‘suspeitos’ foram surpreendidos pelas patrulhas militares e ‘grupos de tarefas’ em seus locais de trabalho ou em seus lares. (...)”⁷⁵

A repressão iniciada em 1976 englobou os antigos agentes da *Triple A*, além de novos membros das FF.AA. e das Forças de Segurança. O objetivo era combater os chamados “subversivos”, independentemente se esses tivessem atuação direta nos grupos

Disponível em: <http://www.rehime.com.ar/escritos/documentos/idxalfa/b/borrelli/Marcelo%20Borrelli%20-%20Escribiendo%20el%20epitafio-El%20diario%20Clarín%20en%20la%20antesala%20del%20Golpe.pdf>, acessado em 28/05/2014.

⁷⁴ O nome “guerra sucia” foi usado pelos próprios militares para designar a repressão perpetrada pelo Estado. A nomenclatura visava deixar claro que a Argentina havia se envolvido numa guerra interna, com dois lados bem definidos, e que previa o uso de métodos pouco ortodoxos. Para a ditadura, a repressão foi causada pelos militantes de esquerda, e aqueles que assumiram o controle do país apenas respondiam aos atos da mesma forma.

⁷⁵ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática*, p. 28

armados ou fossem apenas “ideólogos” e simpatizantes da esquerda⁷⁶. A ação terrorista do Estado atingiu militantes políticos, intelectuais, jornalistas, sindicalistas, e muitas vezes, pessoas sem qualquer ligação com as organizações/ideário da esquerda. O horror avizinhou-se rapidamente.

“(…) Em algumas áreas, a repressão focalizava setores e pessoas visadas. Em outras, como na província de Buenos Aires, era estrategicamente orientada para uma periferia cada vez mais ampla, que incluía os aliados ideológicos dos subversivos e simpatizantes desavisados. Como se vangloriou o general ibérico Saint-Jean, governador de Buenos Aires durante o primeiro governo da junta: ‘Primeiro matamos os subversivos; depois matamos seus colaboradores; então (...) seus simpatizantes; e aqueles que permanecem indiferentes; e, finalmente, matamos os tímidos’. Tais concepções totalizantes mantinham um padrão imprevisível de repressão, segundo o qual alguns setores eram claramente visados, mas que ameaçava também indivíduos apenas tangencialmente relacionados com a esquerda e ainda outros, que estavam além da mais tênue suspeita de subversão. Algumas pessoas ‘eram desaparecidas’ enquanto trabalhavam em prol de outros detidos desaparecidos; outras eram raptadas no lugar de seus parentes, às vezes por engano; outras ainda por interesses que visavam ao proveito, ou simplesmente devido à inimizade pessoal.”⁷⁷.

Além do caráter massivo, a repressão argentina chamou a atenção pela clandestinidade. O emprego da tortura por diversos governos e os assassinatos cometidos pelos pinochetistas à luz do dia tinham gerado ampla repercussão mundial, levando as Juntas do país do Cone Sul a optarem pelos campos de concentração secretos e desaparecimentos⁷⁸. Para Silvina Jensen, a adoção desse modelo repressivo tinha objetivos claros:

“La preparación del golpe incluyó al diseño de una política represiva que reparara los ‘errores’ que otras intervenciones militares en el país o en el extranjero habían evidenciado. En primer lugar, fue evidente para la Junta Militar que la cárcel no era la solución para los ‘subversivos’. La masiva liberación de presos políticos de la anterior dictadura militar (*Revolución Argentina*) el mismo día en que asumió el gobierno democrático de Héctor Cámpora (25/5/1973) desalentaba esta metodología de represión de los opositores. Por otra parte, el cerco internacional que se cernía sobre Pinochet mostraba que los fusilamientos y las muertes sin más provocaban el inmediato escarnio internacional. En ese contexto, la planificación del sistema represivo argentino introdujo la ‘desaparición’ de personas, forma novedosa por su masividad, aunque no inédita

⁷⁶ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 107-116

⁷⁷ RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, pp. 18-19

⁷⁸ “(…) Os desaparecimentos não foram desconhecidos no Uruguai, Brasil e Chile, mas em nenhum desses casos alcançaram a significação que tiveram na Argentina. (...)” – NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **Op. cit.**, p. 139.

en la historia del país y del mundo. La ‘desaparición’ fue un mecanismo que permitió consumir un crimen, que al ‘carecer’ de cuerpo de víctima o del delito, pretendió instalar una impunidad en forma perpetua.”⁷⁹

Marcos Novaro e Vicente Palermo acrescentam ainda que a prática dos desaparecimentos traziam confusão e incerteza às organizações afetadas, dificultando a tarefa da denúncia, além de pretender impedir o protesto de familiares, já que ocultava o agressor e gerava o medo de represálias contra o desaparecido e seu círculo mais íntimo⁸⁰.

O número de vítimas cresceu a cada dia na Argentina⁸¹. Certamente essa repressão foi facilitada pela aceitação do discurso de demonização dos “desaparecidos”, vistos como culpados. Instaurava-se a ideia do *por algo habrá sido*:

“É necessário termos em vista que a sua execução não teria sido possível sem a adesão e o consenso de parte da sociedade que viu no golpe uma oportunidade de recuperação da ordem e da autoridade perdidas em um cenário de violência e de crise institucional. Para tanto, a adoção de medidas definitivas na guerra contra a subversão recebeu respostas sociais que iam do apoio explícito à indiferença em relação a algo que atingia ao outro, que havia se metido em algo, e que não lhes dizia respeito.”⁸².

Entretanto, mesmo objetivando o silêncio – de agredidos e agressores – tornou-se insustentável a manutenção da invisibilidade da repressão⁸³. Diante do horror da completa falta de informações, familiares lançaram-se em uma busca desesperada, sem cálculos de

⁷⁹ CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 1995 apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 220.

⁸⁰ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **Op. cit.** pp. 139-140

⁸¹ “O perfil das vítimas argentinas indica que os setores mais severamente afetados foram os trabalhadores de colarinho azul e amplos segmentos da classe média, especialmente estudantes, profissionais liberais e trabalhadores de colarinho branco. Profissionais liberais suspeitos de pertencer a disciplinas radicais como a psiquiatria, a psicologia, a sociologia e as ciências políticas, eram especialmente visados. Quase um terço das vítimas eram mulheres, com uma representação de donas de casa que excedia em muito os percentuais do Chile e do Uruguai.” - RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, p. 19

⁸² TOLENTINO, Marcos Oliveira Amorim. **O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA – Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (1990-1996)** (Tese de mestrado). Campinas, SP: [s.n.], 2012, p. 35

⁸³ “(...) A cadeia de comando encarregada da repressão era paralela à cadeia formal de comando das Forças Armadas. As operações contra o inimigo eram conduzidas por grupos de tarefas compostos por diferentes membros das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Um padrão de rotatividade foi estabelecido pelos altos comandos, o que resultou na delegação de responsabilidades e na difusão e deslocamento da culpa. Isso criou um ‘pacto de silêncio’ relativamente duradouro entre as Forças de Segurança, elevando os níveis de medo e de insegurança pessoal da população civil. Como numa guerra, as Forças de Segurança eram solicitadas a buscar a ‘vitória total’ contra as ‘redes esquerdistas’ e seus círculos de apoio, de modo rápido e eficiente.” - RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **Op. cit.** p. 18

risco. Rapidamente as ações deixaram de ser individuais criando laços organizativos. O crescimento de grupos de Direitos Humanos, especialmente das *Madres de la Plaza de Mayo*⁸⁴ chamaram a atenção para a situação argentina⁸⁵.

A atuação dessas organizações ganhou respaldo com o aparecimento dos primeiros sobreviventes da repressão. Normalmente vivendo no exílio, essas vítimas confirmaram as violações de Direitos Humanos, mesmo que suas declarações gerassem abalos imensos entre os depoentes e aqueles que militavam na luta antiditatorial:

“(…) la conflictividad también se manifestó en otras tensiones directamente ligadas a la tarea de derechos humanos y a la política del exilio. Entre varias situaciones muy críticas que se plantearon, un ejemplo claro fue el conflicto en torno al testimonio público que dieron tres mujeres sobrevivientes de la ESMA en la Asamblea Nacional de Francia en octubre de 1979. (...)”

El nudo del problema fue que en ese testimonio se consideraba, con algunos matices, que el ‘traslado’ de los prisioneros implicaba su probable muerte. (...) muchos rechazaban la idea de la muerte de los desaparecidos y para otros, aun si era cierto, ¿había que decirlo? (...) Los miembros del CASI, por ejemplo, impulsaran una acción alternativa para demostrar que no todos estaban muertos y que aquel testimonio era ‘una iniciativa de la Junta para terminar con la campaña de la aparición con vida’ de las Madres de la Plaza de Mayo (...)”⁸⁶

A amplitude do *Terrorismo de Estado* acabou por provocar críticas até mesmo de antigos aliados militares. A Igreja Católica, por exemplo, tornou pública sua preocupação com as perseguições, especialmente após o assassinato de sacerdotes entre 1976 e 1977. Para Novaro e Palermo, depois desses eventos a: “(...) *Santa Sé (...) iria retirar lentamente o crédito que havia conferido ao Processo, ainda que o considerando sempre um regime*

⁸⁴ As *Madres de la Plaza de Mayo* são uma associação de parentes de vítimas da repressão de Estado que, em 30/04/1977, reuniu-se em frente a Casa Rosada para pedir informações sobre os ‘*desaparecidos*’. Iniciada por 14 mulheres, cresceu demasiadamente no período do regime e ganhou projeção internacional. As *Madres* interromperam suas rondas apenas no governo de Néstor Kirchner, mas a influência do grupo, que continua a atuar na política argentina, ainda é muito grande.

⁸⁵ “(...) a sua busca por informações rapidamente deixou de ser individual, constituindo novos laços sociais e de afeto. Em um demonstrativo de que os boatos sobre os desaparecimentos circulavam pela cidade de La Plata, provavelmente facilitado pelo fato de todos se conhecerem, uma das primeiras reações dos familiares foi buscar amigos dos jovens desaparecidos. Nelva Falcone, por exemplo, acercou-se das Madres de Plaza de Mayo junto com Nora Ungaro, mãe de Horacio Ungaro, a partir das viagens que juntas realizavam ao Ministério do Interior, em Buenos Aires. Esta por sua vez carregava um pañuelo com o nome de seu filho e de Daniel Racero, sequestrados e desaparecidos juntos em sua casa, na madrugada de 16 de setembro: ‘*Mi mamá llevaba escrito en el pañuelo el nombre de mi hermano y de Daniel Racero, nosotros nunca hemos separado a los dos por haberlos secuestrado en mi casa (...).*’” – TOLENTINO, Marcos de Oliveira Amorim. **O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA – Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (1990-1996)**, pp. 90-91

⁸⁶ FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, p. 157.

católico que havia de ser ajudado a reencontrar o caminho da razão.”⁸⁷ Parte da imprensa também passou a cobrar explicações, apesar dos limites impostos pelo medo e pela autocensura. Se a maioria da mídia optou pelo silêncio, alguns jornalistas e editores juntaram-se à luta pelos Direitos Humanos.

Associadas a essas oposições estavam os descontentes com a política do Ministro Martínez de Hoz, vista como responsável pelo agravamento da situação econômica⁸⁸. A demissão do Ministério do início dos anos 1980 não arrefeceu os ânimos, afinal em cinco anos a Junta tornava-se responsável pela mais profunda crise financeira da história argentina, ganhando o descrédito e a oposição de amplos setores⁸⁹. Sem conseguir cumprir as promessas feitas em 1976, Videla deixou o governo e a segunda Junta assumiu o comando.

O general Roberto Eduardo Viola, novo presidente, pretendeu uma transição controlada para a democracia, com a participação dos partidos tradicionais ou mesmo de um herdeiro do *PRN*. Porém, tais expectativas foram extirpadas pela linha-dura, que anulou qualquer possibilidade de abertura política num futuro próximo. Além disso, o estouro definitivo da crise terminou por derrubar as pretensões de Viola⁹⁰. As oposições cresceram e até mesmo os partidos tradicionais, até então dispostos a uma transição controlada, passaram a pressionar o regime por prazos mais definidos para a redemocratização.

A criação da Multipartidária⁹¹, a situação econômica, o fortalecimento das organizações de Direitos Humanos e as denúncias sobre a repressão alteraram a conjuntura

⁸⁷ NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 132

⁸⁸ Assumindo a pasta da economia, Martínez de Hoz pretendeu transformar a Argentina num mercado de capitais capaz de atrair investidores estrangeiros. Sem as condições para implementar todas as medidas que considerava necessárias, o Ministro – que sofria oposição dentro das próprias FF.AA. – trabalhou com as possibilidades oferecidas. Em 1978, as reformas econômicas foram ampliadas, afetando em cheio o empresariado do país, que retirou seu apoio a esse setor governamental. Contudo, as modificações não surtiram os efeitos esperados, e tornou-se o principal alvo das críticas dos opositores.

Para mais informações, ver: “Matínez de Hoz acelera o passo”, “O programa econômico a partir do Natal de 1978: a primeira fuga para frente” e “O longo adeus de Videla e Martínez de Hoz” in **Ibidem**, pp. 287-300, pp. 341-362, pp. 420-453.

⁸⁹ **Ibidem**, p. 439

⁹⁰ **Ibidem**, pp. 473-480

⁹¹ A Multipartidária nasceu em julho de 1981, em plena crise de popularidade do regime. Ricardo Balbín e Arturo Frondizi começaram a iniciativa, que contou, além dos *radicais*, com o Justicialismo, a Democracia-cristã, e o Partido Intransigente. Sua formação evidenciava que um possível acordo entre os militares e os

do país. Viola foi deposto e sob o comando do general Leopoldo Galtieri a Terceira Junta, que assumiu em 1981, buscou uma causa nacional capaz de reunificar o povo em torno do governo. As ilhas Malvinas encaixavam-se perfeitamente nesse contexto⁹². Segundo Novaro e Palermo, os líderes das FF.AA. tinham ciência de que seu poderio militar não era comparável ao inglês, mas não acreditavam em um combate real:

“(…) De qualquer maneira, uma tentativa britânica de responder energeticamente à ação argentina esbarraria não apenas em Washington, mas também em Nova York: nas Nações Unidas, tendo em vista o enquadramento anticolonialista fixado pela Assembleia Geral na resolução 2065, dava-se por certo que o Terceiro Mundo se alinharia com a Argentina. Por conseguinte, o apoio de qualquer posição proposta pelos ingleses no Conselho de Segurança seria insuficiente. Mesmo em caso contrário, a União Soviética e a China, não querendo manchar suas imagens anticolonialistas, a vetariam. Em suma, a Grã-Bretanha não poderia ir além de represálias limitadas ao campo diplomático e comercial, pouco duradouras.”⁹³

A invasão veio no dia 1º de abril de 1982, a partir de decisão das cúpulas militares. Todavia, os rumos foram diferentes dos planejados: a Inglaterra teve uma vitória conclusiva na ONU, e Margareth Thatcher anunciou o envio de homens para recuperar o território. Isolada, a Argentina não tinha grandes chances, porém Galtieri sustentou a incursão, já que retirar as tropas seria assumir o erro e a culpa pelo ataque vergonhoso⁹⁴.

Ao menos no início da guerra, as FF.AA. alcançaram seu objetivo: a “causa Malvinas” criou comoção nacional, e a adesão popular arrefeceu a oposição ao regime. Para evitar manifestações, a Junta manipulou as informações que chegavam ao público: somente foram aceitos *in loco* os “meios do governo”, que transmitiam ao povo uma realidade muito diversa da real.

partidos para uma transição negociada não tinha mais grandes chances, apesar do grupo político continuar o discurso da “reconciliação nacional” evitando falar em revisão do passado, e não colocando-se como oposição aberta ao governo militar – para mais informações, ver: **Ibidem**, pp. 491-492

⁹² “A excepcional densidade política da questão Malvinas descansa, antes de qualquer coisa, em sua vastíssima popularidade: ela estava profundamente enraizada na sociedade argentina como causa nacional. Dessas raízes se alimentava a obsessão *malvineira* dos militares, para os quais a relevância da questão, assim como a perfeição da posição argentina no conflito, era simplesmente artigo de fé. (...) Em suma, a idéia de recuperar as Malvinas não era, em absoluto, artificial nem circunstancial; era um projeto de longa data, sustentado em motivações sinceras do regime militar, que, dava-se como certo, contaria com amplo apoio civil.” - NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, pp. 539-540

⁹³ **Ibidem**, p. 549

⁹⁴ CANELO, Paula. **El Proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008 p. 189 e NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **Op. cit.** p. 569

“Mientras la guerra se desarrollaba en el sur del continente, a Oscar Raúl Cardoso, periodista de *Clarín*, le tocó viajar incansablemente por Europa y Estados Unidos en busca de la información que aquí escaseaba. En 1996, refiriéndose a aquel tiempo, reconoce que cada vez que se comunicaba con Buenos Aires para pasar información el discurso de una y otra fuente se diferenciaba más. ‘Era cómico. En el mundo de aquí el portaviones Invencible estaba bajo las aguas hacía rato. En el mundo en que estaba yo, pongamos en Nova York, seguía flotando sobre la superficie. Aquellas diferencias eran grandes e irreconciliables’, explica Cardoso.”⁹⁵

Apesar da afirmação de Daniel Muchnik de que as redações tinham conhecimento do real desenvolvimento das batalhas, os principais meios de comunicação do país fizeram a vitória argentina parecer questão de tempo⁹⁶. Não à toa, houve um grande choque com a rendição em 15 de junho de 1982.

Junto com a derrota veio a queda de Galtieri e o limite para o *PRN*. Ao assumir a presidência, Bignone recebeu um governo sem legitimidade ou possibilidade de barganha com os partidos políticos. O único objetivo a ser cumprido antes da saída era impedir, a qualquer custo, uma revisão na *guerra suja*.

O *Terrorismo de Estado* ganhava cada vez mais repercussão no país. Na segunda metade de 1982 depoimentos de vítimas povoavam as páginas da imprensa. A imagem dos desaparecidos, antes questionada, foi ganhando ares de inocência. Às reivindicações de *verdade*, já presentes na sociedade há tempos, somou-se a de *justiça*. Não apenas os familiares dos atingidos, mas boa parte da sociedade exigia explicações e responsabilidades. Ainda que enfraquecidos, os militares queriam impedir a revisão, mas com o calendário eleitoral estabelecido, as moedas de troca estavam esgotadas.

Sem saída, restou à Junta buscar uma maneira dentro do governo para evitar investigações. Assim, em abril de 1983 foi lançado o *Documento Final sobre a Guerra contra a subversão e o terrorismo*, no qual se afirmou que a repressão foi realizada dentro do cumprimento de ordens próprias do serviço militar; lembrou-se a atuação do governo Isabelita na destruição da guerrilha; e justificou-se as “estratégias inéditas de luta” devido ao método guerrilheiro usado pela esquerda armada. Por último, o documento declarou que os desaparecidos que não estivessem no exílio ou na clandestinidade deveriam ser

⁹⁵ ULANOVSKY, Carlos. **Paren las rotativas 1970-2000**. Buenos Aires: Emecé, 2ª edição, 2011, p. 139.

⁹⁶ MUCHNIK, Daniel. **Aquel periodismo. Política, medios y periodistas en la Argentina (1965-2002)**. Buenos Aires: Edhasa, 2012, pp. 158-159

considerados mortos, mesmo que não se pudesse dizer o momento ou causa do óbito, nem o local de sepultura.

“Las reacciones de la opinión pública frente al Documento Final... delinearon dos bandos contrapuestos. Por un lado se encontraban aquellos que, como los organismos de derechos humanos, repudiaron la postura de las Fuerzas Armadas denunciando su ‘desprecio hacia el país y la opinión pública, su inhumanidad ante el dolor de miles de familias argentinas y su total prescindencia de los valores del ser nacional’. Por otro lado se hallaban quienes creían ver en este documento un señal de buena voluntad orientada a alcanzar la ‘reconciliación nacional’, mayoritarios dentro de la Multipartidaria y los sectores políticos, económicos, intelectuales y sindicales que habían constituido la base social del Proceso. Ante este incierto panorama, las Fuerzas Armadas se replegaron denunciando un nuevo ‘rebrote de la subversión’ que atentaba contra la ‘institucionalización del país’”⁹⁷.

Antes da entrega do poder, só faltava aos militares um passo, dado em setembro de 1983 com a *Ley de Pacificación Nacional*, ou lei de auto-anistia. Nela perdoaram-se os envolvidos da luta anti-subversiva, além de alguns poucos membros das esquerdas. Para a Junta, o capítulo da repressão encerrou-se ali.

As atitudes dos militares exigiram uma posição clara dos candidatos à presidência em relação às violações dos Direitos Humanos. Para Roniger e Sznajder, as duras condenações de Alfonsín aos documentos emitidos pelas FF.AA. e a defesa da justiça o fizeram ganhar muitos votos:

“(...) Os militares queriam evitar polêmicas a respeito dos diferentes aspectos da repressão, mas foram incapazes de encontrar setores políticos que estivessem dispostos a assumir um compromisso nessa direção. Os dois principais candidatos presidenciais adotaram enfoques diferentes. O candidato peronista, Ítalo Argentino Luder, optou por uma atitude pragmática que respeitava os argumentos centrais das Forças Armadas. Seu adversário, o candidato do Partido Radical Raúl Ricardo Alfonsín, adotou uma abordagem baseada em princípios, opondo-se a qualquer contemporização que deixasse impune as violações dos direitos humanos. A postura clara de Alfonsín o ajudou a receber 52% dos votos nas eleições gerais realizadas em outubro de 1983.”⁹⁸

Em dezembro de 1983 Raúl Alfonsín assumiu a presidência com difíceis tarefas a cumprir. Se o campo econômico exigia atenção, as violações dos Direitos Humanos colocavam-se como ponto principal para a democracia. Assim, em suas primeiras atitudes,

⁹⁷ La Nación, 24/6/1983 apud CANELO, Paula. **El Proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone**. p. 211

⁹⁸ RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, p. 61.

o mandatário argentino criou a CONADEP⁹⁹ e iniciou o *Julgamento das Juntas*¹⁰⁰, que pretendeu responder às demandas sociais de *verdade, justiça e memória*. Todavia, algumas das vítimas logo perceberam que não encontrariam espaço nessa nova Argentina. Aos exilados, a memória do *PRN* estava fechada.

Se a experiência exílica foi sendo elaborada a partir dos depoimentos das vítimas, a memória dessa violência foi construída em diversos momentos pela sociedade e pelo Estado argentino.

Ainda durante o regime, os militares buscaram contar a sua versão a respeito do desterro, maculando a imagem daqueles que denunciavam as violações cometidas no país. Essa representação circulou pela sociedade e manteve reverberações importantes na democracia. Depois da posse de Alfonsín o exílio ganhou novos olhares, mas muitas das adjetivações feitas pelas Juntas continuaram a habitar os meios de comunicação, povoando o imaginário social.

Contudo, foi com a instalação da CONADEP e o lançamento do *Nunca Más* que a memória da ditadura ganhou seus contornos mais nítidos. Buscando entender como funcionava a repressão e as desapareições, a Comissão criada por Alfonsín deixou de lado aqueles que não se encaixavam num “modelo ideal de vítima”: exilados, reaparecidos e sobreviventes.

⁹⁹ Após a publicação do *Documento Final de la Junta Militar sobre la guerra contra la subversión y el terrorismo*, os organismos de Direitos Humanos e organizações de familiares de vítimas demandaram a criação de uma Comissão Bicameral para investigar o Terrorismo de Estado. Sua formação contaria com legisladores, representantes de familiares e dos organismos de Direitos Humanos. Alfonsín recusou tal proposta, considerando que uma Comissão do Congresso daria origem a uma situação de extrema tensão, já que os legisladores teriam a competência de sancionar as punições mais duras contra as Forças Armadas. Dessa forma, o Executivo preferiu criá-la através de um decreto presidencial (Decreto 187), compondo-a com membros destacados da sociedade e de organismos de Direitos Humanos, mas sem a participação de “afetados diretos” pela repressão.

A CONADEP foi formada por Ernesto Sábato (escritor, foi o presidente da Comissão), Eduardo Rabossi (filósofo), Gregorio Kliwovsky (filósofo), Hilario Fernández López (engenheiro), Marshall Meyer (rabino), Ricardo Colombres, Jaime De Nevares (Monsenhor), Magdalena Ruiz Guiñazú (jornalista), René Favaloro (médico) e Carlos T. Gattinoni (pastor), além dos indicados pelo Congresso Santiago Marcelino López, Hugo Diógenes Piucill e Horacio Hugo Huarte. Trabalharam também cinco secretários: Graciela Fernández Mejide (recepção de denúncias), Daniel Salvador (documentação e processamento de dados), Raúl Aragón (procedimentos), Alberto Mansur (assuntos legais) e Leopoldo Silgueira (administrativo).

¹⁰⁰ No início de seu mandato, Raúl Alfonsín enviou ao Congresso um conjunto de leis de proteção dos Direitos Humanos, propondo também a derrocada da *Ley de Pacificación Nacional*. Em seguida, assinou os decretos 157 e 158, que ordenavam o julgamento das três Primeiras Juntas da ditadura e também de sete chefes guerrilheiros. A inclusão da liderança da esquerda revolucionária nas acusações de violações de direitos humanos causaram enormes prejuízos à imagem do exílio, que serão tratados no próximo capítulo.

Os anos posteriores consolidaram a imagem construída no Informe, mas não evitaram que diversos embates pela memória se dessem na sociedade. Militares, familiares de desaparecidos, exilados e a chamada segunda geração de vítimas procuraram trazer a tona aspectos deixados de lado pela CONADEP, e reescrever a seus moldes o que havia se passado no país.

Compreender como se deu a construção da memória dos anos de chumbo – seja pela Comissão, pela imprensa ou pela historiografia – e sua relação com o exílio argentino é fundamental para entender o silenciamento existente em torno dessa forma de violência, a imagem ainda experimentada pelos desterrados e a dimensão a que chegaram as feridas deixadas pela repressão estatal.

Capítulo 2: Os espaços da memória e a questão dos exilados

“(…) esquecimento, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente a história da memória é capaz de trazer à luz.”¹⁰¹

A redemocratização na Argentina também significou o início da construção da memória sobre a ditadura. Assumindo a presidência em dezembro de 1983, Raúl Alfonsín buscou atender às demandas de *verdade, justiça e memória* que se instalaram na sociedade através da ação de organizações de Direitos Humanos, familiares e vítimas da repressão de Estado.

Com poucos dias de governo, o político radical mostrou que as atrocidades cometidas pelos militares não ficariam impunes: a promulgação do *Julgamento das Juntas Militares* e a criação da CONADEP demonstravam que o país do Cone Sul buscava instalar uma memória diferente daquela instituída pelos militares para seu recente passado.

Assim iniciou-se o trabalho de recolhimento de depoimentos e provas que possibilitassem levar os chefes das Juntas ao banco dos réus. Entretanto, para que esse objetivo fosse cumprido, a Comissão fez uma opção de memória que não incluía a todas as vítimas. Focando seus esforços no esclarecimento da política de desaparecimentos instituída pelo regime militar, a CONADEP adotou a ideia da inocência das vítimas desaparecidas, além de excluir de seus estudos aqueles que não haviam “sofrido a repressão até o fim”, ou seja, aqueles que haviam sobrevivido.

Para os exilados, a exclusão de suas histórias do documento que pretendia contar a verdade sobre a repressão ditatorial foi um imenso choque. Afastados da Pátria natal devido à violência do Estado viam-se novamente excluídos, mas agora pelo governo democrático que lhes havia prometido devolver o direito de trânsito.

Se a não citação do exílio como uma das formas de violência perpetrada pelo governo militar contra seus concidadãos já foi extremamente dolorosa, a inclusão da *Teoria dos Dois Demônios* no Informe final emitido pela CONADEP prejudicou ainda mais os exilados. Criada pelos militares para justificar a adoção da *guerra suja*, tal teoria acusou a

¹⁰¹ RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 101, p. 455.

esquerda armada de ser a iniciadora da violência. Partindo desse princípio, a Comissão criada por Alfonsín reafirmou a culpa das organizações guerrilheiras, levando suas principais lideranças ao banco dos réus juntamente com os militares¹⁰². Como grande parte dos indiciados da esquerda armada encontrava-se no exterior, a ligação entre “subversão” e exílio, sempre apontada pelas FF.AA., continuou a fazer parte da vida da sociedade.

“(…) Por el contrario, la llamada ‘teoría de los dos demonios’ terminó por estigmatizar a quienes abandonaron el país, ensanchando las sospechas sobre las motivaciones que los condujeron al destierro, situación que se reforzó con las órdenes de aprehensión giradas durante el gobierno de Raúl Alfonsín contra unos pocos integrantes de las cúpulas guerrilleras radicados en el exterior. (...)”¹⁰³

Dessa forma, na primeira construção da memória sobre os anos ditatoriais argentinos, os desterrados não somente viram-se excluídos, mas muitas vezes foram comparados aos perpetradores da repressão. Assim, a imagem do exílio argentino foi silenciada diante de problemas considerados maiores, como a questão dos desaparecidos e um possível retorno dos líderes das organizações de esquerda.

As leis de perdão editadas pelo próprio Alfonsín e posteriormente por Menem terminaram de lançar as reparações das violações de Direitos Humanos ao ostracismo. Para os exilados, o fim dos anos 1980 e a primeira metade da década de 1990 significou o aprofundamento do isolamento imposto há tempos.

As decisões do governo alfonsinista quanto à violência perpetrada na Argentina colaboraram na manutenção da imagem de “subversivo-guerrilheiro” que rondava o exílio, além de excluir tais vítimas da memória oficial da ditadura. Sendo assim, a pouca história sobre o desterro argentino contada nesses primeiros anos surgiu de outros espaços sociais, como a mídia e a literatura. A democracia, definitivamente, não representou o fim do sofrimento.

A retomada das discussões em torno da ditadura a partir de meados da última década do século XX reinstalou o tema do exílio na sociedade. Contudo, as questões

¹⁰² Os sete indiciados pelo decreto 157 foram: Mario Eduardo Firmenich (Montoneros), Fernando Vaca Narvaja (Montoneros), Rodolfo Gabriel Galimberti (Montoneros), Roberto Cirilo Perdia (Montoneros), Hector Pedro Pardo (Montoneros), Enrique Gorriaran Merlo (ERP) e Ricardo Obregón Cano (Montoneros), acusados de homicídio, associação ilícita, instigação pública para cometer delitos, apologia ao crime e outros atentados contra a ordem pública. De todos os indiciados, apenas Obregón Cano se encontrava na Argentina, por já ter retornado do exílio.

¹⁰³ YANKELEVICH, Pablo. *Exilio y dictadura*, p. 206

tratadas nesse momento não se diferenciavam muito daquelas instaladas pelos militares no final dos anos 1970, continuando a falar no desterro como uma espécie de privilégio. Nos anos 2000, o exílio passou a ser alvo de estudos de diferentes áreas preocupadas com a questão dos Direitos Humanos no Cone Sul. Encarando-o como uma forma de repressão, esses trabalhos buscaram entender os silenciamentos e esquecimentos em torno do tema, além de reabilitar a figura do exilado. Contudo, apesar dos esforços, ainda falta muito a se dizer sobre o exílio, e as desconfianças e indiferenças com as quais conviveram os asilados parecem nunca encerrar-se de vez.

2.1 CONADEP: uma opção de memória

A instalação de uma política de verdade e memória em sociedades que sofreram grandes violências é fundamental para a superação do passado e construção de um futuro. Vítimas e familiares não podem continuar suas vidas sob um manto de esquecimento, que gera a sensação de impunidade. Como afirma Paul Ricœur: “(...) *é preciso primeiro lembrar que, entre todas as virtudes, a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem. (...) O dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si.*”¹⁰⁴. Se essa justiça nem sempre alcança de fato os verdadeiros responsáveis pelas violações cometidas, a visão de que a verdade foi estabelecida e está inserida na sociedade melhora as condições dos mais afetados pela violência. Às vítimas é preciso garantir, no mínimo, o não-esquecimento:

“(...) A busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança a ‘rapacidade’ do tempo, ao ‘sepultamento’ no esquecimento. (...) Aquilo que (...) [chamamos] de dever de memória consiste precisamente em dever de não esquecer. Assim, boa parte da busca do passado se encaixa na tarefa de não esquecer.”¹⁰⁵.

Entretanto, nem todos os que sofreram com a repressão estatal na Argentina foram contemplados pela política de *justiça e memória* que se instalou no país. Instalada em 1984, a CONADEP iniciou o recebimento de denúncias e provas sobre as desapareições com o objetivo de remetê-las à justiça, além de investigar o destino dos desaparecidos e das

¹⁰⁴ RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, p. 101.

¹⁰⁵ **Ibidem**, p. 48.

crianças subtraídas, denunciar as tentativas de ocultar ou destruir provas e emitir um Informe final à população¹⁰⁶.

Logo a Comissão percebeu que, para o cumprimento de suas tarefas, os testemunhos seriam de vital importância. A falta de provas materiais, além do caráter clandestino da repressão dificultava o esclarecimento dos fatos¹⁰⁷. Assim, a fala de sobreviventes e familiares de vítimas tornou-se prova para retirar o manto que buscava encobrir o *Terrorismo de Estado*.

“A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; e a ideia do ‘nunca más’ se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos das testemunhas e vítimas, não tivessem existido.”¹⁰⁸

Coletar esses depoimentos não se mostrou tarefa fácil, afinal se os familiares tinham condições de revelar a metodologia dos sequestros, os grupos participantes e as denúncias remetidas às autoridades, somente os sobreviventes eram capazes de identificar os centros clandestinos de repressão, as metodologias de tortura e eliminação física e os responsáveis por tais atos.

Para conseguir provas suficientes para o *Julgamento das Juntas*, a CONADEP incentivou as denúncias, viajou pelo interior do país, buscou a colaboração de organismos de Direitos Humanos e foi ao exterior entrevistar aqueles que se recusavam a falar nas

¹⁰⁶ CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008, p. 18

¹⁰⁷ “En el período de transición, una primera tarea del nuevo régimen es responder a la demanda social por el esclarecimiento de las violaciones a los derechos humanos, la demanda de ‘verdad’, que puede o no ir acompañada de una demanda social de ‘justicia’ (...) Comisiones investigadoras de diverso tipo, sin embargo, no podían contar con estos archivos como fuente de documentación para la prueba de lo ocurrido, ya que en general estaban ocultos y muy ‘guardados’, cuando no destruidos. Se activó entonces otro tipo de documentación, que había dado origen a archivos alternativos: la documentación acumulada en los organismos de derechos humanos, basada fundamentalmente en las denuncias de personas afectadas, en testimonios personales y en registros de prensa.” – JELIN, Elizabeth “Introducción. Gestión Política, Gestión Administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión” in CATELA, Ludmila da Silva e JELIN, Elizabeth (comp.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002, pp. 5-6

¹⁰⁸ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: culto da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras/ Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 20.

embaixadas devido à manutenção de funcionários ligados à ditadura. Todavia houve exilados que, críticos da forma como havia sido criada a Comissão, decidiram não falar¹⁰⁹.

Para que o processo contra os militares fosse levado adiante, o Congresso revogou a *Lei de Pacificação Nacional* (lei de auto-anistia). Entretanto, isso acabou por manter a validade de diversos processos abertos pela ditadura contra argentinos radicados no exílio. Apesar das promessas do governo de que os casos seriam revistos individualmente, muitos desterrados temeram voltar ao país e cair nas mãos do sistema policial do qual haviam fugido¹¹⁰.

“‘En el ’84 viajo a ver a Alfonsín a Madrid porque no podía regresar. Le comento el problema de documentación que tenía y al poco tiempo recibo una llamada del cónsul argentino en Barcelona – al que no había visto nunca – que me decía de parte de Alfonsín que tenía mi documentación en regla.

Yo creí que recibir la documentación era que podía volver y no es así, porque los militares tuvieron la habilidad de dejarme causas jurídicas abiertas que hasta el día de hoy no las he podido cerrar. Entonces no he podido volver... Varias causas... Yo por ejemplo fui a declarar contra la Junta Militar ante las NN.UU. y entonces me abrieron una causa por traición a la Patria. No las pudo cerrar porque no hubo una amnistía... Como no entré en el Indulto..., ahí están.

A ver, es una cosa gravísima de no poder volver... No puedo porque tengo una causa pendiente en Argentina.

P: ¿y te implicaría cárcel?

Claro y es lo que no estoy dispuesto. Yo voy si me dicen: ‘Usted declare y se va a su casa’. Y es lo que no me aseguran. Y algunos de los que estaban en mi situación... estuvieron 2 ó 3 meses presos. Pero yo no estoy dispuesto...”¹¹¹

Se desde o início da ditadura já se apontava os exilados como fugitivos da justiça – o que foi reverberado pela grande mídia do país –, a manutenção dos processos judiciais em plena democracia favorecia a conservação de um discurso desqualificador sobre aqueles que haviam saído da Argentina. Para o exílio, a situação pouco mudava com a chegada de Alfonsín ao poder.

¹⁰⁹ Sobre os primeiros problemas enfrentados pela CONADEP para o recolhimento de depoimentos de sobreviventes, ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 69-71.

¹¹⁰ “En el balance de 1985, O.S.E.A. reveló que el 11% de los retornados aún tenía causas judiciales pendientes como producto de las persecuciones políticas, en tanto un 20% sufría problemas de seguridad” *Reencuentro*, Marzo 1986, p. 5 apud JENSEN, Silvina, **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 841

Para mais informações, ver: FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, p. 280

¹¹¹ Entrevista a R.A., Barcelona, 29/10/1996 apud JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 844

As provas coletadas pela CONADEP, além de remetidas à justiça, deveriam ser compiladas em um Informe entregue à sociedade. Antes de sua escrita final, a Comissão resolveu apresentar as principais conclusões em um programa televisivo, também intitulado de *Nunca Más*, que foi ao ar em 04 de julho de 1984. A exibição esteve rodeada de tensões: o governo temia uma revolta militar quando este fosse ao ar, mas um escândalo público caso proibido. As FF.AA. aproveitavam-se da situação para pressionar o presidente para que sua versão dos fatos também fosse relatada.

A apresentação foi garantida, mas o governo exigiu iniciar o programa com um texto do Ministro do Interior Antonio Tróccoli, no qual se afirmava a *Teoría dos Dois Demônios*. A repetição do discurso de culpabilidade das esquerdas ampliou a desconfiança popular com aqueles que pudessem ter algum tipo de ligação com as organizações armadas, mesmo que não estivessem citados nominalmente nos processos abertos por Alfonsín. Os exilados foram extremamente afetados por essa política. Para parte da sociedade, aqueles que haviam deixado o país deveriam provar ser inocentes em relação à participação nos movimentos guerrilheiros. Enquanto isso não acontecia, conviviam com a desconfiança e a inquietude de grupos da população.

Na TV, o *Nunca Más* apresentou dados a respeito das desapareições e dos centros clandestinos. A narração era entrecortada por depoimentos de familiares e sobreviventes: “(...) *Quienes sufrieron las desapariciones la narraron reconstruyendo sus diversas etapas y la voz de la Comisión estableció el hilo narrativo uniendo los testimonios y confirmándolos. (...)*”.¹¹² Dessa forma, já se desenhava a opção da CONADEP para contar a história do regime: lembrar os desaparecidos pela memória familiar – falou-se de filhos, netos, noras e genros – e pela juventude, sem fazer qualquer menção à filiação política ou militância¹¹³. A admissão da inocência completa das vítimas gerou reverberações consideráveis na memória criada sobre o *PRN*.

¹¹² CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 87

¹¹³ “(...) Excepto una madre, Rubino, que mencionó la militancia de su hija en la villa, el resto de los desaparecidos no fue descripto como parte de un conjunto de relaciones sociales más amplio que su familia. De igual modo, la CONADEP presentó a los desaparecidos resaltando sus datos identitarios básicos y su indefensión; por su parte, Sabato desvinculó las desapariciones del terreno político y propuso a ‘inocencia absoluta’ de los desaparecidos.” - **Ibidem**, p. 87

O Informe final foi lançado à população em novembro de 1984, tornando-se imediatamente um êxito editorial¹¹⁴, além de ganhar um caráter de verdade incontestável, já que foi recebido como prova no *Julgamento das Juntas*. Associando isso ao fato de que o *Nunca Más* foi criado por uma Comissão nascida pelas mãos do Estado, afirmamos seu intento de tornar-se a memória oficial do regime militar argentino.

“(…) La investigación de la CONADEP produjo efectos políticos y jurídicos de primer orden: elaboró un conocimiento novedoso sobre la dimensión que alcanzara las desapariciones en la Argentina, conformó un *corpus* probatorio inédito para juzgar sus responsables y desencadenó la clausura de la estrategia oficial de juzgamiento a las Juntas Militares por sus pares. Su informe, *Nunca Más*, expondría una nueva verdad pública sobre las desapariciones, y se conformaría en la nueva clave interpretativa y narrativa para juzgar, pensar y evocar este pasado entonces inmediato.”¹¹⁵

A inclusão da *Teoria dos Dois Demônios* logo no prólogo do livro, a diferenciação feita entre “vítimas da repressão” e membros de grupos guerrilheiros, além da não contabilização das vítimas cujos corpos haviam sido recuperados nem dos “reaparecidos” – sobreviventes dos campos de concentração –, ouvidos apenas como testemunhas, fez com que o Informe deixasse de lado grande parte daqueles que sofreram com o *PRN*. Dessa forma, o *Nunca Más* não foi capaz de responder às demandas de *verdade, justiça e memória* como todos esperavam.

Os desaparecidos continuaram a ser identificados apenas por seus dados mais básicos, como nome, idade e profissão. As filiações políticas, especialmente se ligadas a grupos considerados “subversivos”, foram totalmente ignoradas. Acreditava-se que a manutenção da ideia de “inocência absoluta” das vítimas era necessária para gerar comoção nacional e, assim, culpabilizar os responsáveis¹¹⁶.

Para o exílio, a publicação do *Nunca Más* foi um imenso choque. A não inclusão dessa forma de violência nos relatos parecia considerar o sofrimento daquele que saiu do país como não merecedor de atenção histórica. Frente à tragédia dos desaparecimentos, o exilado não tinha espaço.

¹¹⁴ Até o ano 2000 o *Nunca Más* teve 15 edições, afora algumas reimpressões.

¹¹⁵ CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, pp. 102-103.

¹¹⁶ Para mais informações, ver: **Ibidem**, pp. 111-112.

Como iniciativa governamental, a CONADEP tinha um vínculo político bastante claro, o que transpareceu nas suas atitudes: não investigou participação de civis nas violações de Direitos Humanos; restringiu-se ao caso dos desaparecidos, ignorando o exílio, a censura e as violações econômicas; reafirmou a *Teoria dos Dois Demônios*, tão cara ao Partido Radical; e restringiu a culpa aos chefes das Juntas, como pretendia o governo¹¹⁷.

A vinculação ao Estado associada ao caráter de verdade do *Nunca Más* facilitaram a implantação de sua opção de memória, o que encobriu outros discursos. Concordando com a teoria de Paul Ricœur, associamos esse fato ao que o autor chama de “abuso da memória”:

“(…) O modo como o dever de memória é proclamado pode parecer, sim, abuso de memória à maneira dos abusos denunciados logo acima na seção sobre a memória manipulada. Não se trata mais, obviamente, de manipulações no sentido delimitado pela relação ideológica do discurso com o poder, mas, de modo mais sutil, no sentido de uma direção de consciência que, ela mesma, se proclama porta-voz da demanda de justiça das vítimas. É essa captação da palavra muda das vítimas que faz o uso se transformar em abuso. Não é de admirar se reencontramos, nesse nível entretanto superior da memória obrigada, os mesmos sinais de abuso que na seção precedente, principalmente na forma do frenesi de comemoração. (...)”¹¹⁸

A partir dessa consideração, devemos ter com o *Nunca Más* os mesmos cuidados de quando nos deparamos com outros discursos oficiais produzidos no decorrer da história¹¹⁹. A intelectual Beatriz Sarlo nos adverte para o caráter sacramental dado ao testemunho nesse tipo de relato, afirmando que ao descrever o próprio sofrimento, a vítima exige que sua fala não seja submetida às regras de análise utilizadas em outros discursos:

“Isso é o que, de certo modo, torna irrefutável a memória: o valor de verdade do testemunho pretende se sustentar no imediatismo da experiência; e sua

¹¹⁷ A Comissão, criada por decreto presidencial, previa a intervenção efetiva dos poderes do Estado, especialmente do Executivo.

Para mais informações, ver: CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**, p. 60.

¹¹⁸ RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, p. 102

¹¹⁹ Entre os problemas dos relatos oficiais, nos adverte Paul Ricœur:

“(…) A dominação, como vimos, não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofista, para transformar em discurso sua empreitada e sedução e intimidação. Assim, a narrativa imposta se torna o instrumento privilegiado dessa dupla operação. (...) torna-se assim possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia. Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. (...)” – **Ibidem**, p. 98

capacidade de contribuir para a reparação do dano sofrido (uma reparação jurídica indispensável no caso das ditaduras) a localiza naquela dimensão redentora do passado que Benjamin exigia como dever messiânico de uma história antipositivista.”¹²⁰

Não negamos, com isso, a importância do testemunho ao final do regime militar: além de constituírem-se como atos de resistência frente à enormidade da violência aplicada, foram responsáveis por retirar o véu de encobrimento que as FF.AA. pretenderam estender sobre os acontecimentos. Contudo, a manutenção eterna dos privilégios em torno do “eu-testemunha” trouxe problemas para a construção de um conhecimento plural da época¹²¹.

Na Argentina pretendeu-se uma cristalização na memória do *PRN* em torno dos discursos validados pelo *Nunca Más*. Diferentes falas, feitas em outros momentos, não ganharam a mesma prerrogativa, e por isso não se enquadraram no espectro de memória coletiva¹²². No entanto, dentro dos mecanismos privilegiados de transmissão da história¹²³, é justamente esse conhecimento coletivo que ganha espaço.

Entendendo os problemas envolvidos na criação da memória oficial da ditadura feita pelo governo democrático argentino, torna-se mais fácil compreender as modificações nas falas dos exilados após a publicação do *Nunca Más*. Atingidos pela *Teoria dos Dois Demônios* e sem espaço na memória oficial, os desterrados buscaram adequar-se ao perfil de vítimas: negando a militância política – seja dos anos anteriores ao regime, seja a adquirida no exílio – ou calando sobre os anos vividos fora do país, os exilados transformavam-se em simples imigrantes.

“No, no, si sale el tema ‘yo soy refug...’. La otra vez [una compañera de trabajo muy joven] me dice: ‘Ah, viviste en Francia; ¿cuántos años?, ¿y por qué te fuiste?’; ‘Y, me fui en la época de los milicos’; ‘Ah, qué experiencia...’ ¡¡Y no se habló más del tema!! Te da broma, viste, tampoco puede forzarlo, es un rechazo social, es un rechazo social. Yo puedo intentar avanzar con la gente con la que mejor me llevo... algunos aquellos con los que ideológicamente pueden estar más cerca... [...] Deben tener un mito sobre que me comía a los chicos crudos, ¡pero ni siquiera nadie me los pregunta! Y... eso abona, otro problema que yo arrastro

¹²⁰ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: culto da memória e guinada subjetiva**, p. 43.

¹²¹ Por conhecimento ou memória plural entendemos aquela que não é fixada em torno de uma única verdade, mas que aponta os meandros existentes em todos os eventos políticos, especialmente os mais trágicos.

¹²² Temos desde testemunhos dados ainda quando a ditadura estava instalada, vindos principalmente de exilados presentes no exterior; como denúncias que apareceram posteriormente ao Informe da CONADEP, principalmente devido à *Lei de Punto Final*, decretada pelo governo Alfonsín, da qual se falará nas próximas páginas.

¹²³ Consideramos como lugares de transmissão privilegiada da história as celebrações oficiais, a escola e as universidades, pelo amplo público que atingem e pelo caráter de verdade que ganham.

de antes, que es no tener con quien hablar de, de lo que hiciste, salvo con mis hijos. [...] Eh... no obstante, qué sé yo, hay cosas que todavía... cuesta... pasarlas, encontrar... la forma de, de, de transmitir las experiencias y que entiendan, digamos...”¹²⁴

2.2 A “invisibilidade” do exilado

Mesmo que os próprios desterrados tenham considerado seu sofrimento menor frente aqueles que viveram o terror da tortura, da prisão ou do desaparecimento, o silêncio completo a respeito do exílio no documento que se propunha a ser a verdade sobre as violações de Direitos Humanos deixou uma marca profunda naqueles que o sofreram¹²⁵. Naquele momento, os exilados percebiam que a Argentina não estava disposta a reconhecer a sua dor ou dar-lhes uma verdadeira oportunidade de recuperar a vida perdida:

“(…) ‘Recuerdo de que el primer choque fue en Ezeiza, cuando el señor de la Aduana me mira el pasaporte, me mira a mí y me dice - ¡Ah! ¿Usted pasó el proceso afuera?, con una mueca en donde se mezclaba broma y compasión. En ese momento de dos cosas me dí cuenta, una era la palabra ‘proceso’ refiriéndose a la dictadura, y otra fue la sensación de sentirme encasillada en una nueva raza ‘ustedes, los que se fueron’.”¹²⁶

Entre as hipóteses para o silêncio da CONADEP podemos apontar o fato de muitos desterrados terem mantido, no exterior, sua ideologia. Como a Comissão pretendia afirmar a “inocência absoluta” das vítimas, era preciso diferenciá-las daqueles que conservavam vinculações políticas, independentes de quais fossem. Ativista – mesmo que sem ligações diretas com partidos e/ou movimentos organizados – o asilado não tinha a mesma aura de inocência vinculada aos desaparecidos, não podendo, portanto, ser igualado a esse na condição de vítima.

Todavia, mais problemático era o fato de que os que saíram, caso fossem validados como voz de testemunho, poderiam trazer à tona as filiações e identidades político-guerrilheiras dos desaparecidos com os quais conviveram. Para os membros da CONADEP, assim como para muitos familiares, a única maneira de garantir a simpatia da população ao

¹²⁴ Entrevista de J.G., 23/8/2003, Buenos Aires apud FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura**, 276.

¹²⁵ Jensen, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 338

¹²⁶ GIUSSANI, Virginia. “Ahora a construir” in PARCERO, Daniel; HELFGOT, Marcelo; e DULCE, Diego (orgs). **La Argentina Exiliada**, p. 61

processo contra as Juntas era afirmar que as vítimas não foram atingidas pelos seus atos, mas sim pelo sadismo dos repressores. Temia-se que caso os desaparecidos fossem ligados aos movimentos de esquerda, o Julgamento perdesse a legitimidade que havia alcançado. Dessa forma, todos que representavam uma ameaça a imagem criada pela Comissão não eram validados pelo *Nunca Más* como vítimas e/ou testemunhas.

No entanto, para além do silêncio, os desterrados ainda tiveram de conviver com a inclusão da *Teoria dos Dois Demônios* no Informe. A afirmação da culpa da guerrilha na instalação do *Terrorismo de Estado* jogou por terra as esperanças de alteração no olhar de parte da sociedade sobre o exílio. Afinal se a Comissão que se propunha a expor a verdade sobre o regime reafirmava que a violência havia nascido da esquerda armada, como esperar que a população mudasse de opinião? O desterro parecia fadado à desconfiança.

Não queremos, com essas ressalvas, negar a importância do *Nunca Más*. Como um dos primeiros países da América Latina a redemocratizar-se, a Argentina deu um grande passo na investigação das violações cometidas pelas FF.AA., tornando-se exemplo para as demais Nações¹²⁷. O lançamento do livro, assim como o *Julgamento das Juntas* foram fundamentais na construção da democracia, por mais que não se tenha olhado para todas as vítimas.

Entretanto, a condenação das principais lideranças dos movimentos guerrilheiros trouxe problemas maiores ao exílio. Como já dito, grande parte dos indiciados das esquerdas encontrava-se fora do país, levando à continuidade da ideia de um “exílio-subversivo”. Aos desterrados acabava-se por negar também a paz necessária para reconstruir suas vidas.

Se o Informe da CONADEP e o *Julgamento das Juntas* não colaboraram para o desvendamento do exílio, as próximas políticas do Estado mantê-lo-iam ainda mais encoberto. O governo alfonsinista pretendeu fazer do Julgamento dos líderes militares e guerrilheiros, iniciado em abril de 1985, um caso exemplar que impedisse novas intromissões das FF.AA. na vida argentina. Entretanto, não se queria uma devassa completa que atingisse todos os setores militares. O presidente e seus Ministros acreditavam que a

¹²⁷ As redemocratizações na América Latina se deram a partir de meados dos anos 1980. No Brasil, a ditadura militar teve fim no ano de 1985, com a posse de José Sarney; no Paraguai, no Uruguai e no Chile, as ditaduras se encerraram em 1989.

condenação dos coordenadores do massacre seria resposta suficiente às demandas das organizações de Direitos Humanos e de familiares, sem precisar gerar um mal-estar muito grande com os grupos fardados.

As sentenças foram divulgadas em dezembro. O Julgamento acabou por comprovar o caráter planejado e sistemático da repressão, além de mostrar que o padrão descentralizado adotado deu aos oficiais encarregados das operações a possibilidade de determinar os destinos dos sequestrados – liberdade, encaminhamento ao Poder Executivo ou desaparecimento. Tal discurso jurídico abriu caminho para processar aqueles suspeitos de envolvimento com a repressão¹²⁸.

“Os juízes recomendaram que cada oficial e suspeito de ser responsável por violações de direitos humanos fosse processado. (...) Embora se destinasse a curar as feridas do passado recente, ao julgar somente os comandantes que haviam incorporado o espírito do PRN, a estratégia do governo falhou na avaliação do papel desempenhado pelo Judiciário. Estando no centro da atenção e das expectativas públicas, os tribunais exerceram um alto grau de autonomia.”¹²⁹

Uma enxurrada de denúncias se iniciou, dificultando a estratégia governista de manter as boas relações com as FF.AA. Segundo as perspectivas do Executivo, a inquietação dos militares seria bastante prejudicial para a democracia. Buscando contornar a situação, Alfonsín fez o primeiro decreto visando impedir o julgamento das camadas inferiores: a *Lei de Punto Final*, de dezembro de 1986, estabeleceu um prazo de 30 dias para a apresentação de novas acusações e 60 dias para o início dos trâmites legais. Justificando a ação como necessária para que a Argentina se livrasse do passado, o governo pretendeu limitar o máximo possível o número de militares levados ao banco dos réus.

Porém, a mobilização das organizações de Direitos Humanos – que pretenderam acolher o máximo de denúncias possíveis – associado à atitude dos juízes de Bahía Blanca, Córdoba, Tucumán, Rosario, Mendoza e La Plata, entre outros – que cancelaram as férias para atender às centenas de processos nas datas estipuladas pelo Poder Executivo –

¹²⁸ Para mais informações, ver: JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 904; RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, p. 74

¹²⁹ RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, p. 75

prejudicaram os planos da presidência e endureceram as posições de setores militares, que viam a política de Direitos Humanos como revanchismo e imaturidade dos argentinos¹³⁰.

A condenação do ex-chefe da polícia de Buenos Aires general Ramón Camps em 1986 e a abertura da “megacausa ESMA”¹³¹ provocaram protestos. Na Semana Santa de 1987, membros das FF.AA. insubordinaram-se e ameaçaram a democracia caso a justiça não fosse impedida de levar a cabo os processos iniciados. Sem meios de barganha, o governo alfonsinista sentiu o golpe. Em junho de 1987 foi editada a *Ley de Obediencia Debida*, impedindo a responsabilização de todos com patentes menores que a de tenente-coronel, baseando-se no princípio de que apenas haviam cumprido as ordens recebidas. Dessa forma, a Justiça argentina ficou de mãos atadas.

Para as vítimas, os decretos de Alfonsín concluíram o trabalho iniciado pelos militares em 1983 com a *Ley de Pacificación Nacional*, finalmente instalando a anistia. Assumindo o conceito de anistia dado por Paul Ricœur, concordamos com essa afirmação.

“A anistia (...) põe um fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil – guerras civis, episódios revolucionários, mudanças violentas de regimes políticos –, violência que a anistia, presumidamente, interrompe. (...) Considerada quanto ao seu conteúdo, ela visa a uma categoria de delitos e crimes cometidos por ambas as partes durante o período de sedição. Nesse sentido, ela opera como um tipo de prescrição seletiva e pontual que deixa fora de seu campo certas categorias de delinquentes. Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que, como veremos mais adiante, na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação.”¹³²

Segundo Silvina Jensen, a legislação alfonsinista não encontrou respaldo nem dentro nem fora da Argentina, apesar das manifestações dos exilados – especialmente os que ainda estavam no exterior – serem bem menos lembradas pela historiografia do que aquelas efetivadas pelas organizações de Direitos Humanos:

“Cuando salieron en libertad los primeros 150 militares y civiles beneficiados por la ley de *Obediencia Debida*, la prensa española reseñó las primeras

¹³⁰ *Ibidem*, pp. 78-79

¹³¹ A “Megacausa ESMA” foi um processo aberto para investigar as violações de direitos humanos cometidas dentro da Escola Superior de Mecânica da Armada, visando identificar e punir os suboficiais responsáveis. O processo foi paralisado pela *Ley de Obediencia Debida*, de 1987. Em 2009, 6 anos após o decreto de inconstitucionalidade das leis de perdão de Alfonsín, o processo foi retomado. Diversas condenações já foram feitas, contudo os julgamentos ainda não foram concluídos.

¹³² RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**, p. 460

reacciones de los argentinos. Santiago Palacios expresó que era un ‘mazazo para una buena parte de la sociedad que teme un regreso al pasado’, ante unas FF.AA. que salían fortalecidas por la concesión del gobierno a la impunidad (...)

Desde Barcelona, los ex exiliados levantaron sus voces contra la *Obediencia Debida*. El penalista Roberto Bergalli apuntó a mostrar la aberración de ley porque expandía la impunidad a los subordinados militares y policiales, sobre la falacia de que la obediencia castrense justificaba crímenes (Bergalli, 23/6/1987). En la misma línea, el militar español Prudencio García ratificaba que la *Obediencia Debida* violaba los más elementales principios doctrinarios de la disciplina castrense que no imponían a los subordinados el cumplimiento de órdenes ilegítimas (García, 20/1/1988).”¹³³

Com o protagonismo voltado para os desaparecidos, as falas dos desterrados condenando o governo Alfonsín pouco repercutiram na sociedade ou na historiografia argentinas. Não considerados vítimas, os emigrados continuavam ignorados mesmo quando a justiça no país parecia encerrar-se.

A esperança de Alfonsín de que a situação se acalmasse após a *Ley de Obediencia Debida* foi frustrada rapidamente. Outros levantes militares em 1988, além da invasão do quartel de *La Tablada* por ex-integrantes do ERP, ameaçaram a democracia e o presidente acabou por renunciar ao cargo em 1989, cinco meses antes do término do mandato¹³⁴. Em julho assumiu Carlos Saúl Menem – membro do Partido Justicialista e adepto de uma política neoliberal – cuja pretensão era modernizar a Argentina e encerrar definitivamente o capítulo sobre a repressão de Estado no país.

Já em agosto o Ministro da Defesa Ítalo Luder suspendeu os processos que ainda corriam na justiça por brechas da legislação alfonsinista¹³⁵. Em outubro o novo presidente assinou o primeiro Indulto, que deu liberdade a 217 militares e 64 guerrilheiros. Apesar de

¹³³ JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, pp. 914-915

¹³⁴ Para mais informações sobre os levantes militares e sobre a invasão do quartel de *La Tablada*, ver: CATELA, Ludmila da Silva. **Argentina: do autoritarismo à democracia, da repressão ao mal-estar castrense. 1976-1989**. Texto do Cpdoc nº 28, 1998, pp. 42-47.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6605/772.pdf?sequence=1>, acessado em 01/05/2014.

¹³⁵ “(...) A tortura, o assassinato, a detenção arbitrária e o falso testemunho nos tribunais eram protegidos pela lei. Ela não ‘purificava’ os suspeitos de estupro, sequestro de crianças e roubo e destruição de propriedade. De acordo com a nova lei, apenas cerca de quarenta dos 370 oficiais que até então deveriam ser processados por alegadas violações de direitos humanos seriam agora julgados.” - RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, p. 82

não incluir os nomes de Videla, Massera e Firmenich, o mandatário deu todos os indícios de regresso na política judicial contra os crimes de lesa-humanidade:

“(…) Institucionalmente, o presidente Menem completou a guinada regressiva iniciada na Semana Santa, esperando que o legado das violações passadas dos direitos humanos fosse removido para sempre da esfera pública da Argentina democrática. Apesar de tais políticas prevalecerem a curto prazo, foi plantada a semente para futuras crises na trajetória institucional argentina.”¹³⁶

Em dezembro de 1990 veio o passo final nessa nova visão política: o segundo Indulto liberou os membros da Primeira Junta, os generais Camps e Suárez Mason, além dos chefes *Montoneros*. As reações novamente foram imediatas. A decepção daqueles que lutavam pelos Direitos Humanos era extrema, porém maior nos desterrados, já que o mesmo presidente que havia reconhecido o exílio como uma das formas de repressão, estabelecia a impunidade dos principais responsáveis por ela. No exterior, aqueles que não haviam retornado deixavam claro seu repúdio às atitudes governamentais:

“El viernes 4 de Enero de 1990, *CO.SO.FAM.*, el grupo de apoyo a las *Madres de la Plaza de Mayo* de Barcelona, la *C.L.A.C.A.*, *Retruco* y la *Asociación Latinoamericana del Maresme* convocaron a una manifestación unitaria bajo la consigna ‘contra el indulto, la ley de Punto Final, la ley de Obediencia Debida y la política neoliberal que está hambreado el pueblo’. Con una asistencia de entre 200 y 300 personas – en su mayoría argentinas (*El País*, 4/1/1991) –, la cobertura periodística de *TV1*, *TV3*, emisoras de radio, *El País*, *El Periódico de Catalunya*, *La Vanguardia*, radio de Castelldefels y Cornellá y con el apoyo de partidos políticos y sindicatos de Cataluña, entregaron en la sede consular una carta-manifiesto dirigida al presidente Menem en la que le decían que el indulto lo convertía en cómplices de los militares y ‘lo salpicaba con la sangre de miles de argentino que fueron secuestrados, torturados y asesinados por la dictadura’”¹³⁷

Mesmo obtendo o *status* de vítimas da repressão, os exilados não ganharam espaço na memória do regime militar. Ao contrário, foram reconhecidos exatamente no momento em que as demandas de *verdade, justiça e memória* eram abandonadas no país, convocado a preocupar-se apenas com os problemas do presente.

Entretanto, não é possível explicar o silêncio dos anos seguintes em torno do desterro somente pelos Indultos ou pela crise econômica. A década de 1990 representou para o exílio o aprofundamento da pouca exposição que já havia recebido mesmo nos

¹³⁶ *Ibidem*, p. 88

¹³⁷ JENSEN, Silvina. *Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)*, p. 926

momentos de máxima exibição pública das consequências do *Terrorismo de Estado*¹³⁸. O exilado nunca teve lugar na Argentina.

Desde o final da década de 1980, os desterrados foram relegados a outros meios de memória, como as páginas dos jornais. Para recuperar o discurso perpetrado sobre o exílio nesses primeiros momentos da democracia recorremos à imprensa, buscando compreender como sua ação colaborou no silenciamento/encobrimento de um grupo tão importante na história do país.

2.3 A recuperação do exilado

No início dos anos 1980, o exilado ganhou pouco espaço na sociedade argentina. Enquanto os desaparecidos e as organizações de familiares de vítimas atraíam enorme atenção, aqueles que retornavam ao país não encontravam disposição para serem ouvidos. Nesses primeiros anos, a obra de Daniel Parceró, Marcelo Helfgot e Diego Dulce, já citada nesse trabalho, buscou dar atenção aos relatos relegados a um segundo plano pela CONADEP. Em suas páginas, sindicalistas, operários, escritores, jornalistas e estudantes relataram as ameaças, pressões e perseguições que culminaram na decisão de abandonar a Pátria, além da dor de saber que não viveriam em solo nacional por muito tempo.

Diferentemente do que aconteceu no *Nunca Más*, essas testemunhas não encontraram problemas para reafirmar seu passado e presente militantes, falando sobre os organizações em que atuaram – CGT, *Montoneros*, organizações operárias, secundaristas e universitárias – e pelos ideais de igualdade social e de mudança política pelos quais lutaram. Entretanto, sem corroborar com a teoria da inocência dos perseguidos, tais personagens não ganharam espaço na mídia, que formatava sua própria imagem do exilado.

A grande imprensa argentina do início dos anos 1980 tratou de exemplificar para a sociedade quem ela identificava com o desterro. Dessa forma, nas páginas dos dois principais jornais do país, *Clarín* e *La Nación*, conformava-se uma ideia de asilado que colaborou na manutenção do silenciamento sobre essa figura na memória coletiva, como veremos nos próximos capítulos. A análise de quais personagens os grandes veículos de comunicação apresentaram como representantes máximos do exílio argentino nos permite

¹³⁸ *Ibidem*, pp. 141-142

identificar como a mídia pretendeu construir a imagem dessa violência na memória social, além de nos ajudar a compreender a manutenção da ressalva da população com aqueles que voltavam a viver no país depois de anos de desterro.

No período imediatamente após a Guerra das Malvinas, os periódicos aqui analisados enfatizavam figuras já tradicionais da política argentina, principalmente aquelas ligadas ao Peronismo. Sua representação nos periódicos era por diversas vezes acompanhada de adjetivações ligadas à DSN, como “subversivo” e “criminoso”, colaborando na construção da ideia de que aqueles que se encontravam fora do país temeram a repressão por conta das atitudes tomadas ainda em solo nacional.

Nomes como de Obregón Cano, Oscar Bidegain, da ex-presidente María Estela Martínez de Perón e até mesmo do ex-deputado radical Hipólito Solari Yrigoyen foram não somente associados ao exílio, mas também ao medo de que seu retorno pudesse representar uma paralização no movimento de redemocratização que tomava corpo no país.

No entanto, as mudanças políticas do ano de 1983, com o aumento do rechaço popular ao regime ditatorial e a tomada de medidas efetivas para a abertura democrática, fizeram com que os antigos políticos desaparecessem gradativamente das páginas dos principais jornais. Contudo, isso não significou mudanças drásticas na imagem construída do exílio, agora associadas a outros personagens. Para o *Clarín* e o *La Nación*, o desterro trazia diversos perigos, entre eles o retorno e a influencia política de ex-integrantes dos movimentos guerrilheiros e a saída de antigos agentes da repressão.

Em meio ao chamado *show de horrores*, os diários identificavam a fuga de ex-agentes do *Terrorismo de Estado* com o desterro que havia assolado o país nos últimos anos. Assim, denúncias em torno da presença de policiais e militares “exilados” povoaram as páginas dos jornais, manchando ainda mais a imagem daqueles que haviam deixado o país por medo.

A criação da CONADEP e a instalação do processo contra as Juntas acalmaram a situação, pois pareciam impedir a impunidade desses novos “desterrados” criados pela mídia. Todavia, essa modificação não alterou as problematizações apontadas em torno daqueles que viviam no exterior afirmando-se como vítimas do Estado.

A partir do final de 1983 a imprensa trabalhou com a ligação direta entre exílio e guerrilha, especialmente os *Montoneros*. Efetivamente o movimento da esquerda armada representava uma parcela do exílio, já que parte da cúpula dirigente e alguns membros haviam visto na saída do país a única forma de sobrevivência possível. Entretanto, nesse momento de redemocratização, os veículos de comunicação aqui estudados não trabalharam a diversidade dos exilados, nem lembraram o verdadeiro massacre enfrentado pelas organizações armadas. O exílio foi repetidamente enlaçado às figuras mais representativas do movimento, como Fernando Vaca Narvaja e Mário Firmenich.

Esse último, visto como principal chefe *Montonero*, teve sua causa de extradição acompanhada com atenção pelos periódicos, que sempre alertavam à população que se esse homem e seus comandados voltassem livremente ao país, haveria um enorme retrocesso na vida política, já que se conviveria novamente com a insegurança da “subversão”. Firmenich e seus parceiros também exilados eram, segundo apresentava-se nos jornais, justamente o passado do qual a Argentina pretendia livrar-se.

Porém, não podemos afirmar que outras figuras não apareceram como desterrados nesse momento. De maneira menos enfática, nomes como o do jornalista Jacobo Timerman foram lembrados; assim como se afirmou a necessidade de separar os “bons” dos “maus” retornados, ou seja, as vítimas da repressão dos “subversivos” que fugiram do país. Entretanto, apesar da admissão de que o exílio não se compunha apenas por ex-guerrilheiros, poucas vezes dissociou-se a imagem do desterro da ideia do medo e da violência.

Assim, se os grandes veículos de comunicação não apagaram a figura do exilado de suas páginas nos primeiros anos da década de 1980, o destaque dado à sua militância política guerrilheira dissociou-se da imagem do desaparecido, visto como inocente e, portanto, vítima por excelência.

Essa visibilidade dada ao exílio na mídia desaparece juntamente com o interesse pela repressão de Estado. O final do ano de 1984 já mostrava os sinais da enorme crise econômica que o país enfrentaria, modificando as preocupações. Além disso, a publicação do *Nunca Más* esclarecia o que se pretendia saber sobre o passado naquele momento. Não

parecia mais tarefa da imprensa resgatar o vivido pela Argentina, o que jogou o exílio num novo ostracismo.

Apesar do adormecimento do tema dos Direitos Humanos por longo tempo, as organizações defensoras desses continuaram na luta contra a impunidade gerada pelas leis de Alfonsín e Menem. A cada aniversário do golpe, manifestações tomavam as ruas das principais cidades do país. Foi justamente a partir de uma dessas celebrações que o tema da repressão voltou a ganhar destaque, reavivando também as discussões em torno do exílio.

Analisando o contexto do final dos anos 1990, Silvina Jensen afirma que o tema da ditadura retomou a atenção social devido à possibilidade da ascensão dos oficiais Pernías e Rolón, denunciados como repressores¹³⁹. Já para Roniger e Sznajder, esse caso não alcançou grande repercussão, visto que a nova geração carecia de informações sobre o sucedido no país durante o *Proceso*.¹⁴⁰ Contudo, os três autores concordam que o aparecimento do testemunho do Scilingo¹⁴¹ foi fundamental para que o tema retomasse amplo espaço na agenda pública nacional:

“(…) A nova geração, que até então demonstrara desinteresse geral pelo legado do período militar, ouviu pela primeira vez sobre aquela experiência e ficou chocada, do mesmo modo que a geração anterior ficara abalada uma década antes. Embora o caso não mudasse o desenvolvimento da campanha eleitoral presidencial em andamento, que enfatizava primordialmente a preocupação com a estabilidade macroeconômica ameaçou recriar confronto e polarização no que tange ao legado das violações dos direitos humanos na esfera pública.”¹⁴²

A despeito das tentativas de Menem e das FF.AA. de diminuir o impacto das declarações do capitão da Marinha, o tema das violações dos Direitos Humanos retomou lugar no país¹⁴³. As celebrações do 20º aniversário do golpe foram enormes, produzindo

¹³⁹ JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, pp. 936-937

¹⁴⁰ RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, pp. 133

¹⁴¹ Em março de 1995, o capitão reformado da Marinha Adolfo Francisco Scilingo confessou publicamente ter participado das operações que levaram ao desaparecimento de prisioneiros políticos nos anos de 1976-1977. De acordo com o depoimento, as vítimas eram sedadas, transportadas em aviões e jogadas ao mar com pesos amarrados para que seus corpos não pudessem vir à tona.

¹⁴² RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **Op. cit.**, p. 134

¹⁴³ “(…) Depois das aparições públicas de Scilingo na mídia e da publicação do livro, o presidente Menem e os oficiais comandantes da Marinha tentaram denunciar Scilingo como um criminoso insignificantes e um indivíduo não confiável. Ameaças de mortes anônimas foram enviadas a ele e à sua família nos meses seguintes. (...)” - **Ibidem**, p. 135

uma onda de condenações às atitudes das Forças de Segurança, além de ataques a alguns de seus antigos membros conhecidos pela participação na repressão¹⁴⁴.

Silvina Jensen chama a atenção para três conjunturas da década de 1990 que contribuíram para retirar o tema do exílio do limbo memorialístico a que ficara relegado nos últimos anos: a causa contra militares argentinos aberta na Espanha, em março de 1996, que acabaria na condenação do próprio Scilingo¹⁴⁵; a articulação de uma nova fase na política de reparação do exílio, que pretendia uma recompensa financeira para saldar as dívidas da sociedade para com essas vítimas; e, finalmente, a reorganização dos exilados, com o engajamento da nova geração – seus filhos – pelo reconhecimento dessa forma de repressão e sua integração à memória dos anos ditatoriais¹⁴⁶.

Apesar de ainda não ter se materializado como tema dominante dentro da política de Direitos Humanos, o exílio deixou de aparecer como trama individual, ligado à cultura, para ser mostrado como movimento de militância. Para esses novos atores do desterro argentino, além de lembrar os paradoxos trazidos por esse tipo de violência – *liberdade vs. repressão, medo vs. privilégio* –, era preciso explicitar a sua relação com as atividades políticas.

“En conjunto, los protagonistas del exilio convocados a explicar cómo el golpe cambió sus vidas recatan la paradoja de sentir el destierro como una liberación, un refugio, un ‘privilegio’ y a la vez entienden que su salida del país estuvo condicionada por el miedo, por tener ‘la muerte en los talones’ y en la evidencia que la represión era sistemática y perversa. Al mismo tiempo, algunos testimonios permiten explicar que la relación entre militancia-persecución y exilio. Así, por ejemplo Juan Carlos Volnovich reataba que aunque se resistía en el exilio, en Diciembre de 1976 tras la ‘desaparición’ o clandestinización de varios de sus colegas, salió del país hacia Cuba. Este Psicoanalista desvelaba que, en su caso, la inclusión en una lista fue consecuencia no tan sólo de su profesión – particularmente asediada por los militares –, sino de su militancia en una

¹⁴⁴ **Ibidem**, p. 137

¹⁴⁵ Considerando as leis de perdão e o fato de muitos desaparecidos serem de origem espanhola, foram apresentadas à justiça desse país, em março de 1996, causas contra repressores argentinos. O juiz Baltasar Garzón, levando em consideração que crimes de lesa-humanidade (genocídio, tortura e terrorismo) são imprescritíveis, inaniáveis, imperdoáveis e sujeitos a acusação em todos os tempos e lugares, acolheu as denúncias e levou adiante os processos.

¹⁴⁶ JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, pp. 142-143.

Sobre a nova geração, destaca-se a organização *H.I.J.O.S. (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio)*, uma agrupação de filhos e filhas de vítimas da repressão (desaparecidos, presos e exilados) formada em 1995, que reivindica a luta dos pais, a procura pelas crianças apropriadas e o combate a impunidade.

Para mais informações, ver: <http://www.hijos-capital.org.ar/>.

organización de superficie de *Montoneros*, el *Movimiento de Psiquiatras y Psicólogos para la Liberación*”¹⁴⁷

Ainda que essa campanha tenha iniciado os estudos sobre o exílio, podemos perceber que os resquícios do silenciamento promovido nos anos 1980 não desapareceram. Muitos exilados, receosos de serem acusados novamente de “antiargentinos”, continuaram a ocultar sua história política e militância de esquerda.

“En este sentido, en los primeros años, algunos antiguos exiliados prefirieron operar en este escenario político-jurídico, haciendo uso de aquellas estrategias de borramiento que habían construido la identidad del exilio. Frente a la posibilidad de que emergiera una contramemoria demonizadora enraizada en la representación de la ‘campana antiargentina’, valía más operar en el delgado límite entre lo no dicho y lo sugerido.”¹⁴⁸

Mesmo decorridos 20 anos do golpe de Estado, e mais de 10 anos após a transição para a democracia, os asilados não se esqueciam da estigmatização sofrida, reproduzindo um discurso que ainda aparecia tensionado pela impossibilidade de negar o exílio e pela vergonha de haver sobrevivido. Assim, embora nos anos 1990 tenha existido o reconhecimento do sofrimento e da dor causados por essa forma de violência, o debate sobre o tema voltou a cristalizar-se em torno dos mesmos tópicos já conhecidos: se haveria mesmo a necessidade de partir; se o dano do exílio interior haveria sido menor; no fato de o desterro ser uma opção apenas para as classes média e alta; se os exilados tiveram peso efetivo na queda da ditadura¹⁴⁹.

Nos anos 2000, novos estudos – principalmente historiográficos – sobre o período ditatorial, associados às políticas de governo do casal Kirchner deram fôlego para que o exílio tentasse, mais uma vez, encontrar lugar na memória e na história da Argentina¹⁵⁰. Autores como Marina Franco, Silvina Jensen, Pablo Yankelevich e Liliana Sanjurjo tomaram para si a tarefa de reposicionar o desterro dos anos 1970-1980 frente às violações de Direitos Humanos. Buscando demonstrar a pluralidade das vítimas, além de seu papel na

¹⁴⁷ JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...)**, p. 946

¹⁴⁸ *Ibidem* p. 969

¹⁴⁹ JENSEN, Silvina. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura**. p. 145

¹⁵⁰ No seu governo o casal Kirchner decretou a inconstitucionalidade das leis de perdão e resgatou as propostas de reparação financeira aos exilados, apesar de que essa última não teve ainda efeitos concretos.

vida política argentina e dos países de acolhida, tais autores questionam os motivos que levaram ao silenciamento do tema por tantos anos.

Porém, se esses trabalhos possibilitaram o aumento do conhecimento em torno do exílio argentino, ainda não foram suficientemente numerosos para fazer compreender a dimensão desse tipo de violência. Por outro lado, as manifestações e discursos da geração de filhos de asilados demonstram que se este não está mais relegado ao completo esquecimento, as feridas causadas pela repressão de Estado estão longe de cicatrizar. Ainda há muito que se dizer na Argentina, e à história cabe cada vez mais falar.

Capítulo 3: *Clarín* e *La Nación*: a representação do exílio argentino, da agonia das Malvinas à chegada da democracia (1982-1983).

“(...) Casasbellas (...) ponía toda su confianza en afirmar que ‘los medios han prestado y prestan un servicio esencial para la triunfante evolución de la guerra antisubversiva y la marcha armoniosa del proceso.’ (...)”¹⁵¹

Nesse capítulo analisamos as publicações dos jornais *Clarín* e *La Nación* sobre os exilados entre o final da Guerra das Malvinas e a posse de Raúl Alfonsín, período no qual a progressiva perda de legitimidade do regime concedeu maior liberdade aos meios de imprensa. A escolha desses jornais não se deu de forma leviana: como os dois principais meios de comunicação escritos de Buenos Aires – com circulação também no interior do país – os periódicos tornaram-se vozes importantes na construção do imaginário social argentino¹⁵².

Apesar de admitirmos que o exílio é uma experiência plural que não pode ser vista monoliticamente, percebemos nesse trabalho que a imprensa argentina construiu a imagem “do exilado”. Com alguns pontos repetidos incessantemente, enquadrou-se as diversas formas e experiências de exílio num modelo único e engessado, que divergia da realidade. Segundo nossa perspectiva, a criação desse arquétipo de desterrado objetivou enquadrar essa forma de violência nas concepções de repressão e vitimização dos veículos de imprensa nas quais ela aparece.

Se nunca saberemos o quanto as notícias publicadas afetaram a cada argentino, essa pesquisa nos permitiu perceber que as opiniões veiculadas pelos jornais tiveram repercussão e durabilidade. Não queremos, com isso, afirmar que a sociedade seja um

¹⁵¹ BLAUSTEIN, Eduardo e ZUBIETA, Martín. **Decíamos Ayer. La prensa argentina bajo el Proceso**. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2006, p. 24.

¹⁵² Para melhor compreender a ideologia dos jornais *Clarín* e *La Nación* durante o PRN, ver: SIDICARO, Ricardo. **La política mirada desde arriba. Las ideas del diario La Nación 1909-1989**. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1993, pp. 397-470. MUCHNIK, Daniel. **Aquel periodismo. Política, medios y periodismo en la Argentina (1965-2012)**, pp. 114-123; 132-139. ULANOVSKY, Carlos. **Paren las rotativas (1970-2000). Diarios, revistas y periodistas**, 73-158. BORRELLI, Marcelo. “Una ‘batalla ganada’: *Clarín* y la compra de Papel Prensa (1976-1978) in SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo (coord.) **Voces y silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983**, pp. 19-53. DÍAZ, César L. “*La Nación* y *Clarín* frente a la violencia política (1976-1980). Dos casos de periodismo hermesiano.” In SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo (coord.). **op. cit.** pp. 153-180.

simples “absorvente” de ideias pré-formatadas pela imprensa; todavia, concordando com Blaustein e Zubieta, enxergamos que não se pode desprezar as tentativas dos meios de comunicação de influenciar o pensamento de seus leitores.

“En ningún momento (...) hemos pretendido suscribir el significado más primario de término manipulación, sencillamente porque no creemos que las sociedades puedan ser manipuladas como se estuvieron conformadas como androides: millones de cerebros vaciados y vueltos a programar con contenidos que fuesen. (...) Pero esta aclaración no significa que los medios de la dictadura no intentasen manipular – con apreciable éxito – al sustentar por ejemplo la tesis de las campañas antiargentinas o al negar rotundamente la existencia de campos de concentración. Volvemos a algo también adelantado al comienzo: así como no podemos saber mediante un cuerpo de encuestadores cuánto exactamente sabía un hipotético e imposible ciudadano común, menos podemos constatar sobre cuánto matemáticamente influyeron los medios en la percepción de cada individuo. (...)”¹⁵³

Assim, optamos num primeiro momento por analisar o vocabulário empregado pelos periódicos para adjetivar o exílio, buscando compreender as permanências e modificações do uso de palavras típicas da *DSN* e amplamente difundidas nos primeiros anos do regime. Nessa análise, nosso objetivo é compreender que imagem de desterro o uso desses vocábulos pretendeu construir perante a sociedade.

Depois passamos a identificar quais figuras os jornais mostraram como exilados, criando dessa forma uma espécie de rosto para essas vítimas. Nesse sentido, tentamos entender como a constante relação entre determinados personagens e o desterro ajudou a estruturar, para a população, uma imagem dos expulsados.

Por último, focalizamos o debate da imprensa em torno da Lei de Anistia, procurando compreender como essa reverberou em relação ao exílio, especialmente sobre aqueles que retornavam. Se o perdão aos que cometeram violações de Direitos Humanos era visto como problemático, muitas vezes foi maior a preocupação com a volta da “subversão”, encampada naqueles que viviam no exterior.

Nas páginas da imprensa, os últimos suspiros da ditadura militar deixavam dúvidas sobre qual seria o caminho correto para a Argentina democrática e, especialmente, quem deveriam ser os atores aceitos para a reconstrução do país.

¹⁵³ BLAUSTEIN, Eduardo e ZUBIETA, Martín. **Decíamos Ayer. La prensa argentina bajo el Proceso**, p. 54.

3.1 As palavras e expressões: vocabulário utilizado pelos jornais para adjetivar o exílio

Devido às atividades de denúncias perpetradas pelos exilados, os militares passaram a difamá-los: daí o discurso levado a cabo pelas FF.AA. de que aqueles que viviam fora do país eram “subversivos/terroristas” que, derrotados internamente, promoviam uma “campanha antiargentina” nos países que os acolheram. Essas ideias encontraram amplo espaço de divulgação nos principais meios de comunicação do país.

O enfraquecimento do *PRN* deu maior liberdade à imprensa, mas não significou uma alteração profunda no vocabulário empregado em relação aos desterrados, ao menos no tocante aos jornais *Clarín* e *La Nación*¹⁵⁴. A presença de adjetivos como subversivo, terrorista e criminoso foi bastante comum, mantendo a imagem de periculosidade daqueles que viviam fora do país e começavam seu reingresso.

Ainda no decorrer da Guerra das Malvinas o *La Nación* intitulou de *Subversivos* a nota com que informou a recusa ao pedido de entrada de exilados que pretendiam ingressar no exército. Desde o título, o jornal já demonstrou ao seu leitor quem eram aqueles que pretendiam voltar ao país, e a utilização da palavra “subversivo” ajuda a compreender a decisão governamental, justificando a negação de entrada para determinadas pessoas.

Subversivos

Afirmóse que no será autorizado su regreso

La posibilidad de que los **exiliados acusados de desarrollar actividades subversivas** puedan regresar al país al amparo de una amnistía aceptada

¹⁵⁴ Diferentemente de outros governos ditatoriais na América Latina, na Argentina não se organizou um escritório de censura centralizado, o que não significou falta de controle midiático. Nos primeiros meses após o golpe, surgiu na Casa Rosada o chamado Serviço de Leitura Prévia, responsável pela fiscalização das publicações escritas. Entretanto, foi através da atuação da repressão junto aos meios de comunicação – sequestro e desaparecimento de editores e jornalistas, fechamento de publicações e apreensão de edições – que se garantiu uma imprensa amigável, caracterizada pela autocensura.

A perda de apoio do regime após a derrota na Guerra das Malvinas deu à imprensa maior liberdade de expressão, abrindo caminho para que se criticasse as mais diversas ações das FF.AA. enquanto estiveram no poder.

Para mais informações, ver: VARELA, Mirta. “Los medios de comunicación durante la dictadura: entre la banalidad y la censura” in **Camouflage Comics. Censorship, Comics, Culture and the Arts**

Disponível em: http://www.camouflagecomics.com/pdf/02_varela_es.pdf, acessado em 28/05/2014.

FRANCO, Marina. “La “campana antiargentina”: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso”. in Babot, Judith Casali de y Grillo, María Victoria (eds.) **Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina**. Argentina: Universidad de Tucumán, 2002, pp. 195-212.

Disponível em: http://www.elortiba.org/pdf/Franco_Campana_antiargentina.pdf, acessado em 03/09/2013.

tácitamente por las autoridades, fue desechada categóricamente por una alta fuente de la Casa de Gobierno.

“**Esos Montoneros** – se indicó – **no verán admitido su ingreso al país**, debido a que se tiene muy presente el **inmenso daño que causaron a la Nación**, traducido en muertes y destrucción. (...) (*La Nación*, 13/05/1982 – grifos meus)

O *Clarín*, apesar de apresentar uma linguagem mais moderada, não deixou de marcar que o governo apenas mantinha fora do país pessoas cujos currículos compreendiam envolvimento em atividades condenáveis:

Niegan ingreso a exiliados

El gobierno argentino “rechazó definitivamente” el ingreso a Buenos Aires de los ex gobernadores peronistas de la Argentina, Oscar Bidegain y de Córdoba, Ricardo Obregón Cano.

Ambos, exiliados desde 1976, **acusados de desarrollar actividades extremistas**, se proponían regresar a Buenos Aires luego de una reunión política interamericana realizada aquí. (*Clarín*, 19/05/1982 – grifo meu)

A continuidade no uso de nomenclaturas típicas da *DSN* contribuiu na manutenção da imagem do “exílio subversivo” criada pelos militares, colaborando para que se mantivesse algum receio da população frente aqueles que haviam deixado o país e, principalmente, para que se olhasse com parcimônia para as suas declarações.

Dessa forma, enquanto a imprensa argentina declarava a iminente vitória nas Malvinas, o *La Nación* intitulou de *Declaraciones de un jefe de la subversión* (*La Nación*, 01/06/1983) a fala do dirigente peronista Juan Abal Medina¹⁵⁵, na qual esse afirmou que o conflito bélico significaria a derrota do país e o suicídio dos militares. Sem notícias que corroborassem com sua perspectiva nos meios de comunicação, a fala de Abal Medina parecia confirmar a ideia de que os desterrados – “subversivos” como afirmou o jornal – continuavam a perpetrar uma campanha de difamação do país no exterior.

¹⁵⁵ “Juan Manuel Abal Medina, un joven con una activa militancia en el movimiento peronista, del cual había sido secretario general, (...) desempeñaría un papel destacado en el diseño de la campaña electoral que otorgó el triunfo a Héctor J. Cámpora. A estas razones, de por sí suficientes para convertirse en blanco de distintos atentados contra su vida, se sumaba ser hermano de Fernando Abal Medina quien, tras participar en la fundación de la organización Montoneros, en 1970 fue parte de una acción guerrillera que condujo al secuestro y posterior muerte del general Pedro Eugenio Aramburu (...)” - YANKELEVICH, Pablo. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**, p. 62.

Duas semanas após o golpe de Estado, Juan Manuel Abal Medina buscou asilo político na embaixada mexicana, o que lhe foi concedido. Entretanto, a falta de salvo-conduto não garantia sua segurança no traslado até o aeroporto, visando viajar ao novo país. Medina acabou ficando na embaixada em Buenos Aires por seis anos, sendo que somente em 1982, quando o general Galtieri buscava apoio internacional para a Guerra das Malvinas, o México conseguiu negociar sua saída. Para mais informações, ver: **Ibidem**, pp. 61- 68

Entretanto, nesses mesmos meios de comunicação, foi possível enxergar vozes dissonantes desse discurso. A liberdade dada a alguns autores publicados nos cadernos de cultura possibilitou que se demonstrasse as durezas da vida longe de casa. O conto *Essomericq, exiliado* de María Esther de Miguel¹⁵⁶, por exemplo, retratou a história de Essomericq, filho do rei Arosca, governante de uma terra distante não conhecida pelas civilizações. A chegada de um navio à deriva, com marinheiros esfomeados e doentes mudou a história do reino. Depois de disfrutarem da hospitalidade do rei por três meses, os viajantes partiram levando com eles Essomericq, que pretendia conhecer os segredos dos brancos e retornar para casa. Contudo, as dificuldades da viagem impediram que se pudesse refazer o caminho, transformando o príncipe num exilado, única testemunha da existência de sua terra:

“Essomericq, mientras tanto, en la ciudad fue perdiendo el color vivo de su piel. Con no menos valor que resignación, aguantó nuevas costumbres y aprendió hábitos inéditos. (...)”

Cuando llegó el momento, creó una familia. Engendró hijos que tuvieron cada vez la cara más pálida y el brazo menos fuerte. Pero aunque anclado en París, **no olvidó la tierra aquella de su infancia con aroma de bosques y sales marinas, donde lo preparaban para llegar a rey. La distancia otorgada por el tiempo no hizo más que fermentar nostalgias por un país que ni siquiera sabía dónde estaba.**” (*La Nación*, 20/06/1982 – grifos meus)

É com a linguagem literária que a autora contrasta a imagem de “subversão” apresentada pelo jornal sobre o exílio, identificando-o com a dor e o sofrimento causados pela perda do “paraíso”. No conto de Miguel, o desterrado, mesmo que adaptado ao novo local que lhe foi imposto pelas circunstâncias, não conseguia deixar de lado as lembranças de seu verdadeiro lar. Tal sentimento de incompletude foi narrado por diversos exilados em suas memórias, como podemos ver, por exemplo, nas palavras de Carlos Ulanovsky:

“Suelo hablar mucho de este tema con otros amigos argentinos, igualmente radicados aquí, de una cuestión angustiante como la que es llevar una vida incompleta, cortada en dos. Somos, finalmente, los que nos atrevimos a dar un salto, comprometidos aunque insuficientemente. Algo nos faltó, ya que nos quedamos aquí pero prendidos a antiguas imágenes, allá. Nos instalamos en una nueva ciudad, pero resentimos que no fuera la propia, la nuestra. De esa manera, pasamos de una prisión a otra. (...)”¹⁵⁷

¹⁵⁶ María Esther de Miguel foi uma importante escritora argentina. Trabalhando como professora e jornalista, dirigiu a revista literária *Señales* e foi colaboradora do suplemento literário do *La Nación*. Destacou-se por suas novelas históricas, nas quais buscava mostrar os pais da Pátria como pessoas normais, com defeitos e virtudes.

¹⁵⁷ ULANOVSKY, Carlos. **Seamos felices mientras estamos aquí**, pp. 23-24

Esse autor também se aproveitou de um pequeno espaço aberto no jornal *Clarín* para demonstrar as dificuldades enfrentadas por aqueles que deixaram a Pátria natal. No texto *Más fácil cambiar de país que de lenguaje*, o jornalista utilizou-se da diferença da língua espanhola na América Latina para mostrar ao leitor que a adaptação a uma nova sociedade trazia problemas nos aspectos mais cotidianos:

“(…) Los que por no saber otro idioma, o aún sabiéndolo, eligieron ir a un país hispanoparlante nunca imaginaron que la versión local de la lengua común tuviera tantas diferencias. Para los que escriben, para quienes el lenguaje interviene decisivamente en sus oficios y profesiones la necesidad de adaptarse resultó una cuestión vital. Pero también lo fue para solventar las cuestiones de la cotidianeidad.

(…)

El lenguaje, esa capacidad operada desde el cerebro con que el humano expresa pesares y sentires, **obligó al argentino a repensar su identidad**, a expresar las palabras a partir de su traducción, a elegir aquel término que más le resonara en su afecto. **La duplicidad conmovió y puso a prueba sus sistema de lealtades, la forma de hablar, el tono para decirlo son también razonables formas de apego a la patria lejana.** Porque – partiendo de Bertolt Brecht, que también sufrió la inarreglable desmoralización del exilio – “se puede cambiar de país y de zapatos”, pero ¿qué pasa con el lenguaje?

(…) **Olvidarse de cómo se dice o qué quería decir son pruebas de la no pertenencia.**

(…) Los chicos se han adscripto a los beneficios notables de ser entendidos y considerados, y dicen “ahorita voy”, “ahorita vengo”. Cuando nosotros éramos pibes, copiar el español de las series de TV dobladas aquí nos hacía sentir muy internacionales. **Ahora cuando escuchamos decir a nuestros hijos “Amárrame las agujetas que voy a brincar con el mecate”, hay algo que nos pasa por el corazón.**” (*Clarín*, 02/07/1982 – grifos meus)

Ulanovsky põe o leitor do *Clarín* a par de uma realidade de exílio diferente daquela apresentada comumente nos meios de comunicação, já que em seu texto ser expulso da Pátria acarretava em se ver diante de situações muito diversas do seu cotidiano, nas quais as palavras ganham especial sentido: se a recusa em abandonar a língua natal podia ser entendida como uma forma de resistir à violência que lhes foi imposta, por outro lado dificultava sobremaneira a convivência e sobrevivência no novo país. Além disso, ao assistir os filhos utilizando-se de expressões tão alheias aos pais tinha-se a prova de que o desterro criava uma ruptura que nunca se consolidaria novamente.

Nas palavras de María Esther Miguel e de Carlos Ulanovsky, os exilados não identificavam-se pela participação nos grupos guerrilheiros ou pela manutenção de ideias

“subversivas”, mas pelas dificuldades e pelo sofrimento causados pela expulsão da pátria natal. Nesses relatos, a nomenclatura da *DSN* não fazia qualquer sentido.

Contudo, se as páginas dos cadernos culturais foram abertas a esses textos, os destaques dados às notícias sobre o exílio nas páginas de política e capas ainda carregavam o peso da imagem de “subversivo/terrorista” criada nos anos anteriores¹⁵⁸. Tal imagem podia ser corroborada mesmo quando não se falava diretamente da Argentina, como no caso da reportagem do correspondente do *La Nación* na França Luis Mario Bello (*La Nación*, 20/08/1982). Ao afirmar a preocupação do país europeu de aqueles que adentravam as suas fronteiras sob o título de asilados levassem seus conflitos armados para o solo francês, o jornal reafirmava a ligação do exílio com o terrorismo.

Além do mais, falar justamente da França é bastante chamativo. Além de ser um dos países formadores da *DSN* – principalmente no tocante à luta contrainsurgente empregada por seu exército nas guerras da Indochina e Argélia – o país europeu era visto como terra de liberdade na qual se respeitava os Direitos Humanos. Abrigo de diversos latino-americanos que fugiram das repressões perpetradas por ditaduras em suas Pátrias, a França tornou-se palco primordial das denúncias sobre o *Terror de Estado* levado a cabo na América Latina, sendo inclusive citada pelos militares argentinos como um “centro de subversão”¹⁵⁹.

A adesão à imagem de “exílio-terrorista” por um país conhecido por abrigar vítimas de desrespeito aos Direitos Humanos, mesmo que não nos mesmos termos utilizados na Argentina, colaborava para que os jornais comprovassem o caráter daqueles que haviam abandonado o país.

Poucos meses depois, o *La Nación* voltou a utilizar a França como exemplo (*La Nación*, 21/11/1982). Ao analisar a nova Doutrina de asilos políticos anunciada pelo país, o jornal dos Mitre apontou uma contradição: mesmo considerando o problema do terrorismo como mundial, proibia-se a extradição de pessoas para países que não respektassem as liberdades e direitos democráticos. Inconformado com essa restrição, o *La Nación*

¹⁵⁸ Nessa pesquisa como um todo foram analisados 172 reportagens do *La Nación*, sendo que 1% de literatura, 9% de editoriais, 22% na primeira página, 22% são cartas de leitores e 46% nas páginas de política. Já no *Clarín* observamos 129 publicações, sendo 2% de literatura, 2% de editoriais, 5% cartas de leitores, 8% publicadas na primeira página e 83% constantes nas páginas de política.

¹⁵⁹ Para mais informações sobre o exílio de argentinos na França, ver: FRANCO, Marina. **El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura.**

considerava-a como consequência das disputas com os países vizinhos – Espanha e Alemanha – que, segundo o jornal, travavam cruentas batalhas contra a “subversão”.

Mesmo com o regime argentino em franca contestação, especialmente com o aparecimento de depoimentos relativos ao desrespeito aos Direitos Humanos perpetrados nos últimos anos, o matutino não considerou alterar sua visão frente a como se combatia os “subversivos”. Para o periódico, ao negar extradições, a França colaborava na manutenção do terrorismo disfarçado de exílio.

Todavia, o *La Nación* não considerou todos os exilados latino-americanos um perigo às suas sociedades. Noticiando uma manifestação pelo retorno de chilenos à pátria natal (*La Nación*, 24/09/1982), o jornal não fez menção a uma possível ligação dos expulsados com o terrorismo. Muito provavelmente, essa visão mais benevolente com o caso chileno adveio da péssima imagem do governo Pinochet – o que havia gerado uma maior solidariedade com desterrados daquele país – além do fato de não haver existido no Chile, nos anos imediatamente anteriores ao golpe, uma organização armada tão conhecida quanto os *Montoneros*, impedindo assim uma identificação rápida entre exílio e “subversão”.

No *Clarín*, os desterrados não deixaram de aparecer, mas não foram sempre trabalhados na mesma chave do concorrente. A linguagem mais moderada do jornal dos Nobles se deu, muito provavelmente, pelo fato do seu público ser composto especialmente por uma classe média mais dinâmica e por assalariados; enquanto o *La Nación*, que objetivava ser o guardião da sociedade argentina, tinha leitores fundamentalmente entre funcionário do judiciário e diplomatas, homens de negócios, membros das FF.AA. e da Igreja Católica e grandes proprietários de terra. Dessa forma, encontramos no *Clarín*, por exemplo, informações sobre a presença de milhares de argentinos aguardando o momento de retornar ao país sem que fosse feita qualquer ressalva quanto a uma possível ideologia perigosa:

La publicación de fotos de reuniones de protestas en Buenos Aires alimenta **las esperanzas de retorno de millares de exiliados argentinos esparcidos por Europa occidental**, que esperan una liberalización política en su país. Algunos de ellos empezaron a planear su regreso a la Argentina después que los generales de su país anunciaron hace dos meses un proyecto político que promete entregar el gobierno a los civiles en 1984.

Pero la mayor parte de los exiliados espera obtener garantías más concretas y los políticos empezaron a desafiar el gobierno a que demuestre que se puede creer en él, declarando una amnistía. (*Clarín*, 04/10/1982 – grifos meus)

Manifestações de exilados contra a ditadura ganharam pouco destaque nos periódicos. No momento em que o chamado *show de horrores*¹⁶⁰ começava internamente, as concentrações em frente às embaixadas argentinas no exterior não ganharam mais do que pequenas notas no jornal dos Noble, enquanto foram ignoradas pelo *La Nación*, cuja imagem de exílio criada até ali não era condizente com os pacíficos protestos efetuados¹⁶¹.

Mesmo não corroborando completamente com a imagem de subversão do exílio afirmada no concorrente, o *Clarín* não considerou a todos que viviam fora do país como vítimas, alertando seus leitores através das declarações do titular da Linha Nacional da União Cívica Radical, Carlos Pugliese, sobre a sobrevivência das organizações terroristas no exterior e a possibilidade de que essas pudessem voltar a agir em solo natal:

(...) reveló **publicaciones periodísticas redactadas en el extranjero por organizaciones terroristas** argentinas que antes llegaban por correo, ahora **son distribuidas en mano y afirmó que se está ganando espacio para un rebrote subversivo**. (*Clarín*, 28/12/1982 – grifos meus)

Se jamais saberemos como os leitores do matutino receberam essa notícia, podemos inferir que a escolha de publicar as palavras do líder político teve por objetivo manter a sociedade vigilante, afinal se as publicações de grupos guerrilheiros eram “entregues em mãos”, isso deveria significar a presença de “simpatizantes e subversivos” no país.

¹⁶⁰ Com a perda de poder da ditadura militar, e principalmente após as eleições que deram a vitória a Raúl Alfonsín, começa na Argentina o chamado “show de horrores”: depoimentos de sobreviventes e familiares de vítimas da repressão são expostos pelos meios de comunicação, dando à sociedade a dimensão que havia atingido a guerra antissubversiva. No *Show de Horrores*, o problema já não é mais a falta de informação, e sim, o excesso delas: um verdadeiro bombardeio de imagens e testemunhos que buscavam um impacto imediato.

“(…) Começava o show de horror, durante o qual, mais do que a revelação de fatos passados, ‘aconteceram’ pela primeira vez os fatos que até então e por tanto tempo puderam-se ignorar: a matança tornou-se então uma *realidade imediatamente presente*.” – NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 639 – grifo dos autores.

¹⁶¹ No dia 16 de dezembro de 1982, exilados reuniram-se com manifestantes em frente às embaixadas argentinas de Roma, Madri e Cidade do México, em apoio à Marcha da Democracia e Reconstrução Nacional, realizada em Buenos Aires. *Clarín* noticiou esse evento com uma nota: “*Manifestaciones de apoyo a la Marcha de la Democracia y la Reconstrucción Nacional que se realizaba en Buenos Aires se registraron en las capitales de España, Italia y México, con intervención de los exiliados argentinos en esos países.*” (*Clarín*, 17/12/1982)

O ano de 1983 trouxe maior enfraquecimento do regime, que perdia inclusive o apoio de aliados como a Igreja Católica e políticos mais conservadores¹⁶². Associado a isso, as manifestações das organizações de Direitos Humanos e de familiares de vítimas ganharam mais respaldo popular, exigindo dos diários um ajuste às novas concepções adotadas por seus leitores. Dessa forma, foi possível perceber um aumento das cobranças por explicações sobre a *guerra suja* e pelo destino dos desaparecidos, cujo mito da inocência já começava a desenhá-se. Porém, no que condiz ao exílio, os grandes veículos de comunicação escritos pouco modificaram sua postura. Com a vitimização cada vez maior do desaparecido, o medo de um retorno da “subversão” ainda acompanhava o desterrado construído nas páginas dos jornais.

Um dos grandes debates do ano de 1983 foi em torno da sanção, pelas FF.AA. ainda no poder, de uma Lei de Anistia que englobasse os dois lados – repressores e militantes de esquerda. As discussões em torno dos possíveis benefícios ou não dessa legislação trouxeram à imprensa atores importantes da vida político-social do país, como a Igreja Católica. A partir das opiniões dessa instituição o *La Nación* publicou um editorial no qual Jaime Potenze¹⁶³ comentou o caminho proposto pela Cúria para a “reconciliação nacional”. Afirmando a necessidade de autocrítica, perdão – não esquecimento – e, principalmente, reparação, o correspondente enfatizou que na opinião de bispos e membros do clero o primeiro passo deveria partir dos “delinquentes e criminosos” que atuaram no país, mesmo que não pretendessem voltar à Pátria natal.

A Igreja, instituição que apoiou abertamente grande parte das ações repressivas do governo militar argentino, corroborava em sua declaração com a *Teoria dos Dois Demônios* – que já circulava na sociedade – apontando a culpa daqueles que se encontravam no exterior pela violência vivida na Argentina e identificando-os como “criminosos”. Tal

¹⁶² “(...) Se antes da guerra o regime sofria os rigores do isolamento, após a derrota e a divulgação cada vez mais ampla e detalhada de evidências sobre o massacre interno, o quadro que enfrentava era de completa solidão.” NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática**, p. 635.

¹⁶³ Nascido em 1918, Jaime Potenze formou-se em advocacia na Universidade de Buenos Aires em 1946. Um dos fundadores da *Agrupación Cine* e membro do Diretório do Fundo Nacional de Artes na Argentina, ocupou cargos no Museu Social Argentino, no Instituto Grafotécnico de Jornalismo e na Subsecretaria de Cultura da Municipalidade de Buenos Aires. Correspondente internacional, publicou trabalhos em: *La Prensa*, *La Opinión*, *La Nación*, *Criterio*, *La Gaceta* e *Confirmado*, entre outros meios de comunicação da América e Europa. Faleceu em 25 de novembro de 1991.

versão dos fatos ajustava-se à imagem transmitida até aquele momento pelo *La Nación*, e não à toa foi publicada pelo periódico, sem ressalvas, em editorial.

O reingresso de exilados – alguns bastante conhecidos na Argentina¹⁶⁴ – chamou a atenção dos meios de imprensa e também das FF.AA. que pretendia mantê-los afastados das atividades políticas mesmo na ordem democrática. A suspensão de direitos políticos, já utilizada em outros momentos da história nacional, foi apresentada como solução. Analisando essa situação, o vocabulário empregado pelo *La Nación* aderiu novamente à *DSN*:

Más de un centenar de **jefes e ideólogos de la subversión, prófugos de la justicia o con paradero desconocido**, será inhibido próximamente de sus derechos políticos de acuerdo con los términos de un instrumento que estudia el poder militar. (*La Nación*, 19/04/1983 – grifos meus)

Mesmo quando os meios de comunicação apresentam-se como reprodutores de fatos, a escolha das palavras com que se informa é de suma importância. Quando o jornal fala que o governo cassaria direitos políticos de “*chefes e ideólogos da subversão, foragidos da justiça ou com paradeiro desconhecido*”, seu vocabulário acaba por justificar a ação governamental. Obviamente era legítimo impedir que “subversivos” que passaram os anos do *PRN* foragidos aproveitassem-se da normalidade democrática para voltar à ação política. Contudo, como saber exatamente quem eram os inocentes e os guerrilheiros entre aqueles que viveram fora das fronteiras nacionais?

O medo de um rebote subversivo era ainda maior quando se falava no possível regresso dos *Montoneros*. Em maio, os periódicos deram ampla cobertura à denúncia feita pela Junta da ligação do grupo guerrilheiro com políticos Peronistas atuantes no país. O *La Nación* aproveitou a oportunidade para publicar em nota quem era *La conducción de Montoneros en el exterior* (*La Nación*, 21/05/1983), além de indicar que um dos líderes havia sido morto poucos dias antes em Córdoba, o que mostrava que os possíveis exilados pertencentes à organização estavam dispostos a regressar ao país. Sem qualquer crítica à justificativa de “enfrentamento” dada pelo governo ou menção aos métodos da *guerra suja*,

¹⁶⁴ Em 1983 retornavam à Argentina jornalistas como Carlos Ulanovsky, políticos como o ex-senador Solari Hipólito Yrigoyen, escritores como Pancho O'Donnell, e militantes sindicais, como o secretário-geral da CGT Casildo Herreras, entre outros. Nessa época, chegou-se a investigar a possível entrada no país de Mário Eduardo Firmenich e Fernando Vaca Narvaja, considerados os dois principais líderes montoneros exilados.

o jornal dos Mitre não enxerga a morte como um problema em si, mas como a prova de que a “subversão” aguardava na espreita o momento de invadir a Argentina novamente.

No *Clarín*, o alarde sobre a relação do *Movimiento de Intransigencia e Movilización Peronista* (IMP), liderado por Vicente Saadi, com os *Montoneros*, também foi colocado como demonstração de que havia “subversivos” dispostos a influir da política do país:

Como parte de esas mismas conclusiones se sostiene, igualmente, que la **organización montoneros “continúa activando e incrementando su actividad en el país** a través de procedimientos directos o indirectos” y en lo que se refiere al p.r.t – e.r.p. (partido revolucionario de los trabajadores – ejército revolucionario del pueblo), “su accionar ha tenido un leve repunte” y que según indicios procedentes del exterior **“elementos autoexiliados retornarán al país para contactarse y reorganizarse”**.

(...)

Dice a continuación que durante los años de 1981-1982 tanto Saadi cuanto otros “elementos afines” tales como Nilda Garré y Andrés Framini, **hicieron viajes al exterior especialmente a Francia, México y España donde existen un elevado número de exiliados argentinos, para realizar tareas de cooptación política y posibilitar su retorno a fin de reintegrarlos a la lucha**.

Según el documento, en el contexto de esa actividad se realizaron **tres “encuentros peronistas” en el exterior con la participación de elementos exiliados y otros “especialmente invitados”**.

(...)

El tercer encuentro, finalmente, tuvo lugar en noviembre de 1982 en París con la presencia de aproximadamente **200 militantes procedentes de Alemania, Bélgica, Dinamarca, España, Francia, Holanda, Inglaterra, Italia, Suecia y Suiza**. (*Clarín*, 21/05/1983 – grifos meus)

A notícia, para a qual o *Clarín* dedicou amplo espaço, apesar de não afirmar que todos aqueles que viviam no exterior participavam das atividades promovidas pela organização guerrilheira, deixa ao leitor uma dúvida sobre em quem confiar, afinal afirma a tentativa dos “guerrilheiros” – seja os radicados no país ou no exterior – de cooptar a colaboração dos demais. Se o jornal dos Mitre continua a manter uma linguagem mais moderada, também não se buscou fazer qualquer crítica às conclusões apresentadas pelo governo.

A possibilidade do retorno de exilados indesejáveis ao país abriu novas frentes na discussão em torno da Lei de Anistia, que já causava grandes polêmicas. Com a proximidade das eleições – anunciadas para outubro – o *La Nación* informou ao seu leitor as mudanças no caráter dessa legislação:

En los más altos niveles de los mandos castrenses, la impresión recogida es que la ley debe ser amplia, aunque ello no habrá de significar que **pudieron quedar algunos marginalizados. Entre estos se encontrarían los subversivos de**

extrema peligrosidad, que abandonaron el país y no dieron respuestas a los requerimientos de la Justicia. (*La Nación*, 12/07/1983 – grifo meu.)

Novamente o vocabulário empregado pelo jornal dos Mitre justifica a ação pensada pelo governo, já que se excluía do perdão “*subversivos de extrema periculosidade, que abandonaram o país*”. Além de não fazer qualquer ressalva quanto à questão da perseguição política ou do perdão aos violadores de Direitos Humanos, o periódico volta a relacionar “subversão” e exílio. Aqueles que continuavam a ser perigosos para a vida nacional estavam no exterior, o que tornava importante manter atenção sobre todos os argentinos que retornavam.

No *Clarín*, de forma semelhante, não se problematizou a recusa governamental para a entrada no país do líder sindical Raymundo Ongaro por “razões ideológicas”:

Recientemente, un grupo de abogados del foro local presentaron conjuntamente un pedido de habeas corpus en su favor para que pueda **regresar al país, una posibilidad denegada por las actuales autoridades, quienes adujeron razones ideológicas**.

El ministro Reston, en particular, sostuvo que **Ongaro es un dirigente “marxista leninista”**, mientras que varios testigos de “buena fe” – entre ellos el obispo Jaime de Nevares y el escritor Ernesto Sabato – concurren a tribunales para descalificar esa argumentación frente al juez Nicasio Dibur. (*Clarín*, 23/01/1983 – grifos meus)

Para o jornal dos Noble, não era preciso explicar ao leitor o porquê a acusação de ser “marxista-leninista” era motivo suficiente para impedir um argentino de entrar na terra natal, tomando como natural o seu entendimento. Afinal, dentro da concepção da DSN, aquele que tem uma ideologia destoante daquela pregada pelo governo era convertido em “antinacional” e inimigo. Na mesma nota, ao falar de Jaime de Nevares e Ernesto Sábato, testemunhas que defenderam o retorno de Ongaro, o periódico coloca a expressão boa fé entre aspas, admitindo certa falta de confiabilidade nesses, o que pode ter sido motivado por suas atuações nos movimentos de Direitos Humanos nos anos anteriores¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Jaime Francisco de Nevares foi um prelado católico argentino, bispo emérito da Diocese de Neuquén. Seu trabalho centrou-se na defesa da justiça e dos direitos constitucionais nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Defensor das greves no final dos anos 1960, foi fundador, em plena ditadura, da Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos e do Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos. Membro da CONADEP entre 1983-1984, o trabalho de Nevares o posicionou como um referente ético para diversos católicos e outros tantos atores sociais argentinos.

Ernesto Sábato, físico, ensaísta e literato argentino, foi acusado de ser admirador do ditadura nos primeiros anos do regime, especialmente após um almoço com o general Videla, no qual também estava o escritor Jorge Luis Borges. Com diversas críticas a suas ações, o escritor acabou ingressando no movimento de Direitos

Porém, não é apenas de falas dos membros das FF.AA. que os periódicos tiraram exemplos da ligação do exílio como a “subversão”. Em entrevista publicada pelo *Clarín*, Ítalo Argentino Luder, candidato do peronismo à presidência afirmou que “*Si el peronismo gana las próximas elecciones ‘todos los argentinos que están en el exterior, en la medida que **no estén comprometidos con hechos subversivos**, serán recibidos cuando quieran volver’.*” (*Clarín*, 26/08/1983 – grifos meus).

A fala de um líder civil, ainda mais identificado com o Peronismo – partido perseguido pelo *PRN* – dava ainda mais respaldo à imagem deturpada de exílio que vinha sendo construída na imprensa. Mesmo afirmando-se que nem todos os argentinos residentes no exterior tinham ligações com a guerrilha, a declaração de Luder abria espaço para manter-se o desterrado sob suspeição. Não eram apenas os militares que consideravam que o exílio havia encoberto o terrorismo, mas também aqueles que defendiam o retorno à democracia. Não à toa, a frase foi destacada pelo jornal e intitulou a reportagem¹⁶⁶.

Às vésperas da eleição a Lei de Anistia foi finalmente sancionada, tendo seu conteúdo resumido pelo *La Nación* e apresentado na íntegra pelo *Clarín*, com ambos enfatizando o fato do projeto excluir do perdão os “subversivos terroristas” que não vivessem legal e declaradamente no país (*La Nación* e *Clarín*, 24/09/1983). As repercussões em torno do projeto foram péssimas, sendo que as críticas dirigiam-se ao fato de esta impedir uma revisão da *guerra suja*. Não se falou no fato de que tantos argentinos, após serem perseguidos e desterrados, viam-se mais uma vez expulsos de sua Pátria.

O *La Nación* dedicou um editorial para comentar a lei, no qual lembrava que o clima de insurreição popular vivido nos anos 1970 foi gerado pela anistia decretada por Cámpora, que havia aberto as portas da cadeia e permitido a saída dos “subversivos”. Segundo o jornal dos Mitre, a presença de “terroristas” livres no país permitiria que os expulsados agissem através deles, provocando um reavivamento da violência. Discutindo em torno de quem se construiria as bases democráticas do país, o periódico afirmou ser

Humanos nos anos 1980, durante os quais assinou diversas solicitações públicas pelos desaparecidos. Em 1983, após pedido de Raúl Alfonsín, Sábato tornou-se presidente da CONADEP.

¹⁶⁶ Infelizmente, devido às dificuldades encontradas no arquivo da Hemeroteca do Congresso Argentino – local onde foi feito a pesquisa desses jornais –, não será possível disponibilizar as imagens dos periódicos nesse trabalho. No entanto, indicaremos ao final do trabalho as páginas nas quais se encontram as reportagens dessa tese, além das datas, para facilitar uma possível busca do leitor.

melhor a definitiva expulsão dos responsáveis pelo caos das últimas décadas, colocando o exílio não apenas como pena merecida, mas válida também dentro de um país democrático. Na visão do *La Nación*, aqueles que estavam fora do país lá deveriam permanecer.

Ao qualificarem os exilados com vocábulos tão recorrentes dentro da *DSN*, *Clarín* e *La Nación* acabaram por construir uma imagem do desterrado argentino que negava a violência e corroborava com a tese de “exílio-terrorista” apregoado pelo *PRN*. Se não podemos afirmar que as palavras desses periódicos foram fundamentais na péssima recepção recebida por aqueles que retornavam ao país, tampouco podemos desprezar sua atuação no momento em que o repatriamento começava a efetivar-se.

Entretanto, essa não foi a única forma de classificação do desterro criada pelos meios de comunicação: os jornais também apresentaram personagens, identificando-os com o fenômeno apresentado. Dessa forma, colaboraram na construção de uma espécie de rosto para o exílio argentino.

3.2 A imprensa cria um rosto para o exílio

Como já foi dito, o desterro foi uma maior opção para a classe média, mesmo que não seja possível restringi-lo a um grupo identitário específico. Todavia, a imprensa argentina acabou por conectar determinados personagens a ele, como a ex-presidente María Estela Martínez de Perón, o ex-senador radical Hipólito Solari Yrigoyen e membros das agrupações guerrilheiras dos anos 1960 e 1970. Enfatizando nomes conhecidos da política nacional, cujas atuações remontavam às turbulentas últimas décadas, os meios de comunicação continuaram a construção do imaginário de um “exílio-subversivo”.

No *La Nación* a presença de nomes ligados ao Peronismo¹⁶⁷ foi constante, enfatizando-se sua relação com a “subversão”, o que tem amplo sentido quando pensamos que o jornal dos Mitre mostrou-se sempre pouco simpático aos governos de Perón¹⁶⁸. Por

¹⁶⁷ Neste trabalho entendemos de maneiras diferentes o Peronismo e o Partido Justicialista, já que consideramos que o primeiro abarca diversas vertentes político-ideológicas, como os *Montoneros*, o próprio Justicialismo e mesmo grupos mais extremados de direita, como a *Triple A*. Buscaremos, contudo, respeitar as nomenclaturas utilizadas pelos meios de comunicação na qualificação dos personagens que nos forem apresentados.

¹⁶⁸ O *La Nación* não teve boas relações com o Peronismo. A chegada do líder Justicialista ao poder em 1945 e sua política – considerada personalista e repressora – foram condenados nas páginas do periódico. A despeito

exemplo, ao anunciar a tentativa de diversos exilados de voltarem ao país, em reportagem já citada, o jornal destacou apenas os nomes dos ex-governadores Obregón Cano e Oscar Bidegain, cujos governos foram associados aos *Montoneros* e à ideia de “subversão”¹⁶⁹.

Constantemente citados pelo periódico dos Mitre, os ex-governadores eram apresentados como exemplos da presença guerrilheira no exterior. Não obstante, esses não foram os únicos membros do Partido Peronista a aparecerem no jornal atrelados a palavras como “subversivo”, “criminoso” e “delinquente”. Isso não significa inferir que o *La Nación* tenha considerado inválidas todas as vozes ressonantes desse Partido. Para o matutino, o problema do Peronismo encontra-se naqueles que partiram para o exílio, obviamente simpáticos à esquerda e à “subversão”.

Apesar do poder de mobilização do Peronismo já não ser o mesmo de quando seu líder estava vivo, o *La Nación* via no Partido o que havia de pior na política: demagogia e populismo. Culpabilizando o Justicialismo pela violência dos anos 1960, o jornal dos Mitre alertava a população sobre os males que a participação dos Peronistas na reconstrução do país poderia causar. Dessa forma, o matutino apontava os desvios de conduta de diversas

de melhorias na convivência entre o meio de comunicação e Perón – ocorridas em seu segundo governo devido à mudança na orientação da política econômica – o jornal não fez censuras ao golpe que retirou o presidente do poder em 1955.

O terceiro governo peronista foi recebido com certo alívio pelo matutino, considerando que apenas Perón seria capaz de resolver o vazio de poder instalado no país. Porém, o aumento das ações armadas por parte das organizações de esquerda e da *Triple A* fizeram renascer a apreensão do jornal com o líder Justicialista, considerando suas ações ineficientes para trazer a paz de volta à Argentina. A morte de Perón e a ascensão de Isabelita ao poder jogaram o *La Nación* definitivamente para a oposição, já que considerou-se o Peronismo incapaz de salvar o país do caos que ele mesmo havia criado. Para mais informações sobre as relações do *La Nación* com o Peronismo, ver: SIDICARO, Ricardo. **La política mirada desde arriba. Las ideas del diario La Nación 1909-1989**, pp. 177-247; 371-394.

¹⁶⁹ Obregón Cano, dirigente Peronista, foi eleito Senador três vezes por Córdoba. Em 1973, em aliança com Hipólito Atilio López e desobedecendo às diretrizes de Perón, disputou o governo de sua província com a direita peronista, representada por Julio Autún e Alejo Simó. Sua vitória deu origem a uma série de conflitos na província, agravados pela chegada de Perón ao poder, já que o líder máximo do Partido não apoiava o governador. Em 27 de fevereiro de 1974, Obregón Cano e seu vice foram destituídos e presos pelas Forças Policiais cordobesas, que denunciavam a “infiltração marxista” no governo. Essa ação abriu um precedente de inusitada violência política na região, que continuaria até a redemocratização. Depois de ter seu nome incluído numa lista da *Triple A* e ver Hipólito López ser assassinado, Obregón Cano partiu para o exílio no México em 1974. Durante o *PRN* participou do lançamento do *MPM* em Roma.

Oscar Raúl Bidegain, também dirigente Peronista, foi deputado em duas ocasiões, sendo eleito governador da província de Buenos Aires em 1973. Próximo do chamado *Peronismo Revolucionário* acabou renunciando em janeiro de 1974 devido à falta de apoio de Perón, além da pressão sofrida tanto da direita Peronista quanto do *ERP*. Durante o *PRN* teve seu nome incluído na chamada *Ata Institucional*, com bloqueio de todos os seus bens. Em 1977, ameaçado pela repressão, Bidegain partiu para o exílio, onde atuou fortemente pela defesa dos Direitos Humanos na Argentina.

figuras do Partido, especialmente as mais conhecidas, buscando demonstrar a sua incapacidade de governar e transmitir confiança.

A carta “*exilio dorado*” de Luis V. Noitlles, publicada em 04 de agosto de 1982, encaixou-se perfeitamente nesse contexto. Identificando-se como presidente da Comissão Investigadora do Banco Central, o leitor acusou Evita, Perón e Isabelita de realizarem grandes remessas de dinheiro para contas privadas em bancos suíços. Segundo sua interpretação “*Del relato surge una conclusión: los máximos dirigentes del peronismo eran los primeros en no creer en la doctrina, y por ello se aseguraban un exilio dorado desde el primer momento*” (*La Nación*, 04/08/1982)

Não podemos ser ingênuos em relação à publicação de opiniões de leitores nos periódicos. As cartas, escolhidas pela redação, não procuram expressar uma opinião maciça da sociedade, mas sim enfatizar ideias e assuntos já debatidos em outros espaços do jornal, sem contradizer a ideologia defendida. Essas publicações buscavam mostrar aos leitores que as opiniões e pensamentos expressados pelos diários estavam de acordo com aqueles encontrados na sociedade.

Na carta mencionada acima o leitor justifica a desconfiança com os Peronistas, já que afirma que nem mesmo o criador do Partido acreditava na sua capacidade de governo. Além disso, a ideia de “*exílio dourado*”, tão cara aos militares, aparece atrelada às figuras mais proeminentes dos Justicialismo. Ora, se Isabelita vivia no exterior patrocinada pelo dinheiro da corrupção, por que seria diferente com seus antigos aliados? As suspeições em torno dos exilados Peronistas pareciam comprovar-se nas páginas do *La Nación*.

No *Clarín*, o destaque foi dado à ex-presidente María Estela Martínez de Perón, que deixou o país em 1981 e foi constantemente associada ao exílio¹⁷⁰. A associação de Isabelita ao exílio não era boa para a imagem dos asilados, já que o seu governo remetia justamente à polarização ideológica e ao apoio concedido ao grupo paramilitar *Triple A*. A sociedade culpabilizava a péssima administração de Isabelita pela escalada da violência entre os anos de 1974 e 1976. Dessa forma, a ex-presidente nunca foi vista como uma vítima do golpe militar – como aconteceu a outros presidentes derrubados na América

¹⁷⁰ Isabelita ficou em prisão domiciliar desde a sua derrubada do poder até 1981, quando os militares permitiram que se retirasse para o exílio na Espanha.

Latina, como Allende ou João Goulart –, mas sim como uma das responsáveis pela necessidade da repressão.

Discutindo seu possível retorno – negado pela própria em entrevista dada ao *ABC* da Espanha e publicada no jornal dos Noble (*Clarín*, 23/06/1982) – o matutino acompanhou todos os trâmites realizados pelo Partido Justicialista para que este fosse real. A decisão da Corte Suprema de Justiça de manter a cassação dos direitos políticos da ex-mandatária, além da confirmação das penas de prisão e multa que pesavam sobre ela e seus aliados, não foram suficientes para que o jornal acreditasse que o exílio da Sra. de Perón havia tornado-se permanente (*Clarín*, 25/08/1982). Nas páginas do matutino, María Estela ainda seria resgatada diversas vezes para se debater o desterro e o retorno dos argentinos.

Outra figura a ganhar destaque no jornal dos Noble foi Hipólito Solari Yrigoyen¹⁷¹. No dia 03 de outubro o leitor foi informado do pedido da UCR à Suprema Corte para que o político radical retornasse ao país com todas as garantias constitucionais. A notícia, apresentada como simples informação, não gerou qualquer comentário do jornal em torno do perigo que voltar ao país natal podia representar para determinados argentinos. Mesmo sendo perceptível a perda de força do regime militar, Yrigoyen e seu partido não consideravam a Argentina um local seguro. Todavia, esse debate não pareceu demasiado importante para ganhar espaço nas páginas do diário bonaerense.

No dia seguinte a essa nota, o *Clarín* publicou o texto *El retorno de exiliados*, já citado nesse trabalho. Nele, mesmo afirmando que “(..) *millares de exiliados argentinos, residentes en diferentes países europeos, aguardan que la liberalización política en el país les brinde la oportunidad de regresar*”, o jornal utilizou-se das fotos de Yrigoyen e María Estela como ilustração (*Clarín*, 04/10/1982). Ou seja, mesmo afirmando que milhares de

¹⁷¹ Hipólito Solari Yrigoyen era figura conhecida na política argentina. Sobrinho do ex-presidente Yrigoyen, o congressista foi vítima da repressão estatal: preso político dos anos Onganía, sofreu atentados da *Triple A* em 1973 e 1975. Esses precedentes lhe valeram a perseguição da ditadura militar, que o acusava de participação em “atividades subversivas”, entre elas de ser advogado do sindicalista marxista Augustín Tosco e de ter assinado uma solicitada de solidariedade com o governo de Salvador Allende, do Chile.

Em 17 de agosto de 1976 um grupo do Quinto Corpo do Exército sequestrou Solari Yrigoyen juntamente com outro ex-legislador radical, Mario Abel Amaya. Conduzido ao Batalhão 181 de Comunicações de Bahía Blanca, Yrigoyen foi torturado, ficou desaparecido, sendo posteriormente colocado à disposição do Poder Executivo. Solto após intensa pressão internacional, deixou o país com o “direito de opção”. Yrigoyen viveu em diversos países, voltando à Argentina em junho de 1983, após todas as acusações que pesavam contra ele serem retiradas.

argentinos haviam se exilado na Europa, o matutino restringiu-se a apresentar duas figuras políticas constantemente citadas em suas páginas, dando a sensação de que estas representavam os tipos do desterro. Além disso, o diário ignorou a massiva presença de argentinos na América Latina, o que supomos pode ser explicado tanto pela presença de personagens mais “famosos” na Europa, quanto por quem compunham o exílio nos países vizinhos: ex-guerrilheiros, estudantes e trabalhadores liberais sem *status* profissional anterior.

Entretanto, não foram apenas os políticos os relacionais pelo *Clarín* ao desterro. Em duas oportunidades o diário reafirmou a ideia da “fuga de cérebros”: no texto de Carlos Ulanovsky, já citado aqui, o jornalista afirmou a maior dificuldade encontrada no desterro por aqueles que dependiam da linguagem “*en sus oficios y profesiones*” (*Clarín*, 02/07/1982). Em outubro seria a vez do texto assinado por Pacho O’Donnel – identificado como escritor, dramaturgo e psicanalista –, no qual o leitor foi confrontado com a realidade exílica de profissionais das mais diversas áreas:

¿Por qué se vuelve del exilio a esta Argentina de inflación inimaginable, corrupción generalizada y futuro incierto? ¿Acaso por un masoquismo idiosincrático, una compulsión atávica e irreflexiva?

(...)

- Porque extrañaba mucho, demasiado – suelo responder a las preguntas del porqué de mi regreso a pesar de que tanto **mi profesión psicoanalítica como mi vocación dramaturgo-literaria** marchaban viento en popa allá en tierras europeas

(...) Estamos ya en condiciones de formular una aseveración radical: se regresa porque no hubo elección de irse. (...)

Aquellas “tierras, parajes, climas, etcétera” (...) cuando son familiares, propias, (...) es la que nos constituye como “sujetos”. (...)

Esa ausencia o ese agujero (...) que irrumpen en la personalidad del expatriado distorsionándola y hasta dominándola. Saboteando, entre otras, sus posibilidades creativas. **Una prueba de esto es que pocos, poquísimos buenos escritores continúan siéndolo en el extranjero. Y ésta será una de las tantas facturas a pasar por estos años negros: cuánto bueno de nuestra literatura, de nuestra dramaturgia, de nuestras artes bellas se habrá perdido en esta centrifugación despiadada.** (...)

Por todo esto volvemos. (...) Pero también se vuelve por una consciencia ética de participación. De apostarse a la convicción de que como argentinos es necesario no escurrirle el bulto a las circunstancias difíciles. (...) (*Clarín*, 25/10/1982 – grifos meus)

O texto, que reafirmou a tristeza do desterro – mesmo admitindo a existência de melhores condições profissionais – buscou mostrar aos leitores do matutino como as saídas massivas dos anos 1960-1970 geraram uma fratura na vida nacional, pois se perdeu

diversos compatriotas que tanto poderiam contribuir para o desenvolvimento do país. Essa afirmação corrobora com uma ideia cara aos argentinos de que intelectuais e artistas compõem o verdadeiro exílio, já que eram os mais perseguidos em momentos de repressão por sua capacidade de lutar, pelas letras, contra a tirania. Apresentados dessa maneira, os exilados eram vistos com muito mais simpatia do que quando se falava nos perseguidos devido a sua ideologia de esquerda, vistos quase como apátridas.

No ano de 1983, quando a transição do poder aos civis se consolidava, percebemos um aumento no número de reportagens ligando o exílio a certas figuras políticas e aos membros da esquerda armada. Afinal, com a reconstrução democrática do país aproximando-se, os periódicos buscavam demarcar aos seus leitores quem deveriam ser os atores sociais aceitos nesse processo.

Nesse ínterim, o possível retorno de Isabelita ganhou espaço e discussão em ambos os periódicos: em fevereiro, publicações do *La Nación* e do *Clarín* traziam falas de diversos dirigentes Justicialistas que, ora confirmavam a volta de María Estela, ora a negavam (*La Nación*, 10/02/1983 e *Clarín*, 11/02/1983). No final do mês, o jornal dos Mitre publicou as palavras de Antonio Robledo, que afirmou: “(...) *que en breve tiempo la ex presidenta, María Estela Martínez de Perón, podría regresar al país ‘pues su presencia será positiva para el movimiento y podría contribuir a la ansiada unidad’*”. (*La Nación*, 20/02/1983)

Mesmo que se falasse em milhares de argentinos vivendo fora do país, os periódicos concentraram-se em Isabelita, tornando-a quase um símbolo dos benefícios e males que os retornos poderiam causar. O *La Nación* chegou inclusive a dedicar um editorial ao assunto, no qual analisou as possíveis consequências da volta da ex-presidente: em primeiro lugar considerou-a um risco, na medida em que a presença de Isabelita poderia enfraquecer os líderes moderados que mantinham o Justicialismo no caminho democrático; por outro viu seu benefício, já que demonstraria o desgaste das ultrapassadas ideias Peronistas, enfraquecendo de vez o poder de mobilização da ex-presidente (*La Nación*, 10/03/1983).

O *Clarín* também continuou a recuperar a figura de Hipólito Solari Yrigoyen: em março de 1983 o jornal publicou a decisão da Corte Suprema de Justiça, que revogou o pedido de prisão do ex-senador, permitindo seu retorno ao país (*Clarín*, 12/03/1983). No

dia seguinte, ambos os periódicos noticiaram as pretensões do político de voltar à Pátria natal. No jornal dos Noble as declarações de Yrigoyen foram destacadas:

(...) había sido detenido por su “lucha por los derechos humanos y las libertades públicas antes y después de 1976.

He pagado un alto precio desde el golpe de Estado por mantener en alto estos principios; fui privado de mi libertad, mi domicilio fue saqueado y me automóvil destruido con explosivos, sufrí crueles tormentos.

(...)

“La decisión judicial permitirá que todos los **compatriotas que fueron forzados al exilio sin tener acusaciones judiciales puedan integrarse al país**”, agregó.

(*Clarín*, 13/03/1983 – grifos meus)

A fala do político, que reafirmou a presença de uma repressão maciça capaz de atingir indiscriminadamente às pessoas, possibilitou ver o retorno do exílio sob duas perspectivas: de um lado, como o fim de uma violência aplicada sobre cidadãos por um governo violador de Direitos Humanos; por outro, como direito apenas daqueles que nada deviam à Justiça, mesmo que se soubesse que em tempos de ditadura o Judiciário pouco tivesse em autonomia e isenção política. Ora, era justamente esse o aspecto enfatizado nas publicações dos diários aqui analisados: não se negava completamente a dor e a violência do exílio, mas admitia-se que apenas alguns personagens o sofreram injustamente tendo, portanto, o direito de retornar. Aos que nutriam a “subversão”, o desterro deveria ser mantido. Se nunca saberemos como os leitores interpretaram as declarações de Yrigoyen, podemos inferir pelas demais notícias veiculadas sobre o exílio como a imprensa pretendia que elas fossem vistas.

A preocupação com a possível influência desses “maus” exilados na vida política do país continuou mesmo depois que se reafirmou a impossibilidade dos residentes no exterior de votarem. A denúncia feita pela Junta e já citada nesse trabalho sobre a ligação do *IMP* (Movimento de Intransigência e Mobilização Peronista) com os líderes *Montoneros* ganhou ares de alerta nos diários: aos guerrilheiros não era preciso pisar em solo nacional para espalhar o caos, já que poderiam fazê-lo através de seus partidários que viviam no país (*Clarín* e *La Nación*, 21/05/1983). O medo de que certos desterrados desestabilizassem a Argentina não se restringia ao fato de que pudessem retornar, mas a sua simples existência.

A definição dos candidatos à presidência modificou as preocupações dos jornais em relação aos retornados: as figuras ligadas aos partidos perderam espaço – já não era mais

preciso preocupar-se com quais seriam os possíveis escolhidos pelo povo – enquanto ampliou-se a preocupação com aqueles que representavam o temor do renascimento da violência – os guerrilheiros – e da manutenção da impunidade no país – os repressores.

A imagem do desterro sofreu novos abalos com as denúncias publicadas no *Clarín* que relacionaram o exílio aos membros da repressão estatal. Segundo afirmou-se, o fim do regime levou policiais e membros das FF.AA. a buscarem refúgio no exterior, de onde contavam suas versões dos fatos ocorridos na Argentina nos últimos anos. No dia 10 de abril, o jornal deu destaque, pela primeira vez, ao depoimento de um oficial da polícia, Rodolfo Peregrino Fernández, radicado em Amsterdam:

“El gobierno militar argentino tiene una lista precisa de las personas “liquidadas” o “secuestradas” y buena parte de éstas siguen vivas aún, declaró a la AFP el ex oficial de policía Rodolfo Peregrino Fernández, refugiado en Holanda.

El ex policía, que salió de la Argentina en 1980 y ha pedido asilo político al gobierno de la Haya, describió la estructura represiva instalada en su país tras el golpe militar del 34 de marzo de 1976 y confirmó que existieron campos de concentración, cuya ubicación indicó.

(...)

En sus declaraciones a la AFP, el ex oficial (...) **empezó por desmentir la versión oficial argentina de que los asesinatos y desapariciones fueron los inevitables “excesos” y “torpezas”** de toda “guerra antisubversiva”, poco imputables, por tanto, al gobierno militar.

Al contrario, “desde el golpe de estado militar, **se creó un aparato represivo secreto y bien estructurado** tanto en las Fuerzas Armadas como en la Policía” expuso Peregrino.

“En varias oportunidades, el ministro me encargó consultar la lista de personas físicamente suprimidas. **La lista, regularmente posta al día por el servicio secreto SIDE, incluía todos los detalles y circunstancias de las desapariciones y la identidad de los miembros de los grupos encargados de la eliminaciones**”.

(...)

En su testimonio ante la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, el ex oficial **reveló los nombres de abogados, periodistas, sacerdotes y magistrados** que colaboraron con la represión.” (*Clarín*, 10/04/1983)

Se as declarações do ex-agente da repressão corroboravam as denúncias perpetradas pelas organizações de Direitos Humanos, também contribuía para macular ainda mais a imagem do desterro, já que a conexão feita pela imprensa entre fuga para o exterior e impunidade era transmitida sem qualquer ressalva, reforçando a ideia de que parte daqueles que buscavam o refúgio do desterro tinham, efetivamente, culpa em atos criminosos. Apesar de nos ser impossível afirmar como os leitores entenderam o exílio estampado nos

jornais, podemos perceber que a imagem criada pela imprensa não procurou desconstruir diversos mitos – como o da culpa – criados ainda no regime militar.

As notícias que ligavam desterro e repressão continuaram a aparecer: no dia 18 de abril o *Clarín* deu espaço para informar sobre as denúncias envolvendo o argentino Rodolfo Eduardo Almirón Sena, chefe da segurança do líder da oposição espanhola:

El ministro del Interior español, José Barrionuevo, afirmó ayer que “los informes de nuestra policía coinciden en muchos puntos con lo publicado recientemente” por la prensa acerca del argentino Rodolfo Eduardo Almirón Sena (...) En declaraciones al matutino “Diario 16”, el ministro aludió a informaciones sobre la **presunta actuación criminal de Almirón en la Alianza Anticomunista Argentina (AAA)**, responsable de cientos de muertes durante el mandato de María Estela Martínez de Perón. (*Clarín*, 18/04/1983 – grifo meu)

No mesmo dia, o diário também publicou denúncias contra o jornalista Héctor Sayago, residente na Espanha, nas quais se afirmou que este era colaborador em tarefas repressivas chefiadas pelo Almirante Emilio Eduardo Massera.

La semana pasada, Andrés Castillo, **un exiliado argentino** en Madrid y antiguo preso de dicho campo acudió al comedor de T.V.E. **donde se encontraba Sayago y le tachó de “represor”**. Castillo permaneció un día detenido a raíz de una denuncia presentada por el redactor de T.V.E. El citado exiliado aseguró a “El País” **haber visto durante su cautiverio a Sayago** en compañía de un capitán de navío. Al creer Castillo que Sayago venía en condición de periodista, le rogó que informara sobre su situación, a lo que éste replicó burlescamente. La **Asociación de Periodistas Argentinos en España** declaró en un comunicado que **Héctor Sayago fue denunciado** hace más de tres años “ante la asamblea francesa y la ONU como **colaborador de la Marina de Guerra argentina**, autora de cuasi cinco mil secuestros”. (*Clarín*, 18/04/1983 – grifos meus)

As denúncias de que membros das forças repressivas buscavam a impunidade no exterior ganhavam maior destaque do que exílios que já duravam anos, décadas em alguns casos. Além disso, a afirmação de que esses homens apregoavam para si o título de asilados aumentava a preocupação em torno daqueles que poderiam retornar, afirmando-se a necessidade de conhecer seu passado para confirmar que se tratavam efetivamente de vítimas.

Chama nossa atenção o fato de que o *La Nación* não fez nenhuma menção a essas denúncias enquanto elas destacaram-se no concorrente. A explicação para isso, supomos, reside na oposição feita pelo periódico aos Peronistas e aos grupos guerrilheiros, fazendo com que o jornal concentrasse-se nesses personagens. Além do mais, as maiores críticas à

repressão foram feitas após a instalação de Alfonsín no poder, não tornando-a um grande problema naquele momento. Dessa forma, ainda preocupados com as eleições que se avizinhavam, o diário dos Mitre somente tocou no assunto após a vitória de Alfonsín, em novembro de 1983, através da carta do leitor Pedro E. Vázquez, que defendeu-se das acusações de ligação com a *Triple A*:

“Me dirijo a ese diario en virtud de la publicación del 18-11-83 (página 3), en la que se señor Paino pretende **vincularme a la organización ilícita criminal Triple A**, cuyo organigrama – dice – conocí y aprobé.

Ante semejante calumnia difamatoria declaro categóricamente no haber estado vinculado directa ni indirectamente a la precitada organización, ni a ninguna otra destinada a imponer sus objetivos por la violencia; mucho menos haber conocido su organigrama, funcionamiento, ni integrantes.

(...)

Al día siguiente al golpe de Estado de 1976, mi familia fue maltratada y amenazada, mi casa saqueada, y **yo, después de haber sido detenido y encapuchado, fue puesto a disposición de la Junta Militar**. Durante mi prisión, se me sometió a todo tipo de investigaciones. **Más tarde, puesto en libertad, sin explicaciones, me vi obligado a abandonar mi país. Así se iniciaron siete años de exilio, de doloroso exilio para toda mi familia.** (...)” (*La Nación*, 23/11/1983 – grifos meus)

Sob suspeita, o exilado pareceu querer provar sua inocência e confirmar sua situação de vítima do regime, o que deveria ser feito já que o peso da imagem negativa do desterro acertava aqueles que retornavam, conforme afirmação de Pablo Yankelevich já citada nesse trabalho¹⁷².

Nos dias imediatamente anteriores à posse de Alfonsín, a presença de integrantes da repressão no exterior voltou a ser pauta em ambos os periódicos. No dia 30 de novembro o *Clarín* informou sobre a condenação de cinco argentinos na Suíça por tentativa de extorsão e chantagem ao terem participado do sequestro de um banqueiro uruguaio. Todavia, o jornal deu destaque ao depoimento de um dos réus, Luis Martínez, ex-agente da Polícia, que acabou por fazer revelações sobre o funcionamento dos órgãos de repressão:

El ex agente de la Policía Federal Argentina manifestó que intervino en el lanzamiento de decenas de presos políticos al océano Atlántico desde aviones oficiales.

Los escalofriantes relatos de Matínez precisaron que entre cincuenta y sesenta presos políticos fueron embarcados en aviones – antes de su ajusticiamiento – **después de recibir inyecciones con sedantes**. Según Matínez, “siempre se producía una gran confusión en esas operaciones, inclusive en una

¹⁷² YANKELEVICH, Pablo. *Exilio y dictadura*, p. 206.

oportunidad, por error fueron también arrojadas al mar tres sargentos del Ejército. (*Clarín*, 30/11/1983- grifos meus)

Dias depois o *La Nación* informou sobre o pedido de extradição de Salvador Horacio Paino, identificado como fundador da *Triple A* e residente no Uruguai há seis meses (*La Nación*, 02/12/1983). O jornal ainda abriu espaço para a presidente das *Madres de la Plaza de Mayo* que pedia que os espanhóis pressionassem seu governo para impedir o exílio de militares argentinos por lá (*La Nación*, 07/12/1983).

Embora a historiografia não considere os agentes da repressão como exilados políticos, foi dessa forma que os periódicos referiram-se a eles, maculando ainda mais a imagem já machada do desterro argentino. Nas páginas dos jornais, não se fazia qualquer ressalva ao fato de que esses homens não saíam do país devido à perseguição estatal ou que sua relação com a ditadura não era de vítima, mas de cúmplice. Para os diários argentinos não parecia necessário informar a população sobre as diferenças existentes entre os desterrados dos anos 1970 e início dos anos 1980, daqueles que o saíam justamente quando se vislumbrava a volta da democracia, o que nos permite supor que na ideologia dos periódicos os exílios se davam pelo mesmo motivo: busca por impunidade.

Independente de outras denúncias feitas, a maior preocupação da grande imprensa ainda se deu em relação ao retorno dos “subversivos”. No dia 02 de junho, por exemplo, o *Clarín* falou sobre uma possível passagem de Mario Eduardo Firmenich e Fernando Vaca Narvaja pela província de Santa Fé, informação retirada do jornal *La Nueva Provincia*. Sem qualquer comprovação dos fatos, o diário tomou a notícia como alerta ao fato de que muitos exilados poderiam utilizar-se de formas ilícitas para retornar ao país, desestabilizando o processo de redemocratização. Ao povo cabia manter-se atento e deixar claro seu rechaço a esses homens. No *La Nación*, a escolha de certas cartas de leitores cumpria esse papel, como a de Eduardo Leopoldo Dursi, publicada em junho de 1983 e intitulada “*Antipatria*”:

“He leído la carta del señor José Gobello y la del señor Alejandro Herrera (*La Nación*, 26-5 y 31-5-83, respectivamente).

Me solidarizo totalmente con ellos, y como desde mi humilde puesto de educador he luchado y seguiré haciéndolo contra la verdadera **antipatria, constituida por los asesinos guerrilleros y las organizaciones que los apoyan** (madres, abuelas, determinados políticos, pseudos premios de la paz, ligas por los derechos humanos ¿?, etcétera), solicito un puesto al lado de aquéllos.

No les tengo ni les he tenido miedo nunca. Creo que somos muchos los argentinos que no queremos ser dominados por el terrorismo, por lo que estoy seguro de que gran

cantidad de ciudadanos, de cualquier tendencia política honrada, se sumarán a esta posición, que no tiene nada que ver con la política, pero si con la patria”. (*La Nación*, 12/06/1983 – grifo meu).

A publicação transmite uma ideia muito cara à *DSN*, de que as ideologias de esquerda transformam cidadãos em apátrida e traidores que não devem ser considerados por seus compatriotas. Não podemos acreditar que a escolha dessa carta foi aleatória: mesmo que o leitor vá mais longe e inclua as Organizações de Direitos Humanos entre os inimigos da Argentina, suas palavras corroboram com a visão transmitida no último ano pelo jornal, ou seja, de que aqueles que estiveram ligados aos movimentos armados não podiam ser considerados vítimas e nem mesmo argentinos. Ao problema dos “subversivos”, o exílio continuava sendo visto como solução.

Com a eleição aproximando-se, os periódicos consideraram importante ouvir os candidatos sobre a possibilidade de retorno dos “guerrilheiros”. Em viagem à Espanha, o Peronista Ítalo Luder declarou: “*Si el peronismo gana las próximas elecciones “**todos los argentinos que están en el exterior, en la medida que no estén comprometidos con hechos subversivos, serán recibidos cuando quieran volver**”*” (*Clarín*, 26/08/1983 – grifos meus). As declarações do candidato iam ao encontro do medo que a imprensa dizia existir na sociedade. O comprometimento com a democracia exigia, mais do que uma revisão da repressão, o afastamento definitivo daqueles considerados nocivos à sociedade: os “subversivos”.

A vitória de Alfonsín fez a grande mídia impressa se concentrar nos exilados que tinham – ou suspeitava-se que tivessem – alguma ligação com os grupos armados, especialmente os *Montoneros*. Nem mesmo figuras importantes da vida pregressa do país ganharam destaque: o retorno do ex-chefe da CGT Casildo Herreras, por exemplo, que em outros anos poderia causar arrepios em algumas camadas sociais devido ao poder de mobilização dessa instituição, não mereceu mais do que nota nas edições de 23 de novembro de 1983 em ambos os periódicos¹⁷³.

¹⁷³ Surgida no início do século XX, a *Confederación General del Trabajo* (CGT) ganhou força na segunda metade da década de 1940, após sua aliança com Perón. Os militares que derrubaram o líder Peronista também agiram contra a organização sindical, sem, contudo, conseguir destruir seu poder na Argentina. A CGT foi responsável por grandes movimentos trabalhistas, inclusive uma greve geral em 1975, a primeira levada a cabo num governo Justicialista, deixando Isabelita em maiores dificuldades. Casildo Herreras foi o

Apesar de falarem em milhares de argentinos vivendo no exterior, os jornais continuaram a identificar poucos personagens com o desterro¹⁷⁴. Quem acompanhasse as notícias sobre o exílio apenas pelos dois maiores periódicos bonaerenses, poderia acreditar que apenas políticos, guerrilheiros e agentes da repressão haviam se lançado ao exterior. Aos demais grupos que retornavam cabia conviver com a imagem exílica construída em torno dessas figuras.

Decididamente o fim da ditadura não representava o fim do exílio. Os que voltaram, além de enfrentarem a readaptação – em uma Argentina diferente da que conheceram – confrontavam-se com a desconfiança e, muitas vezes, o repúdio de grupos da sociedade. Se a situação não era tranquila para ninguém, era certamente pior para os suspeitos de ligações “subversivas”. A proximidade da posse de Alfonsín tornava impreterível à imprensa pensar sobre a possibilidade de criação de um “manto de esquecimento” no país.

3.3 Anistia a quem?

Com a perda de legitimidade após a derrota nas Malvinas, os militares precisavam organizar a saída do poder. Isso implicava não apenas na convocatória para eleições democráticas, mas principalmente em garantir a impunidade frente aos crimes cometidos durante a *guerra suja*. Assim surgiram as propostas em torno de uma *Lei de Anistia*¹⁷⁵. As

último presidente da CGT antes do golpe de 1976. Assumindo o posto no ano anterior, o sindicalista deixou o país dias antes do início PRN. Preso em Montevidéu a pedido dos militares argentinos, Herreras conseguiu refúgio na Embaixada do México de onde se dirigiu a Madrid, permanecendo exilado por mais de sete anos.

¹⁷⁴ Como exemplo, podemos citar a nota publicada no *Clarín* em 03 de novembro de 1983 informava-se que: “(...) cerca de 50.000 exiliados argentinos (...) retornará a su tierra, ahora normalizada institucionalmente, com transtornos mentales y emocionales”.

¹⁷⁵ Durante o regime militar uma ampla discussão no governo levou a aprovação da chamada *Lei de Pacificação Nacional*, que anistiou todos os agentes da luta antissubversiva. Entretanto, pouco antes da posse de Alfonsín, declarou-se a nulidade da legislação, abrindo caminho para as investigações acerca dos atos da repressão de Estado.

A atuação da CONADEP e o posterior *Julgamento das Juntas Militares* não representaram o fim do tema da anistia na Argentina, já que muitos familiares pretenderam levar ao banco dos réus todos aqueles que participaram da repressão, de forma direta ou indireta, o que gerou uma série de insurreições militares que mostraram ao governo Alfonsín a sua falta de controle sobre as FF. AA. Logo, leis ditadas pelo próprio governo democrático ganharam o caráter de anistia: em 1986, a *Ley de Punto Final* determinou a extinção das ações penais num prazo de sessenta dias para crimes cometidos na *guerra suja*. Apesar das discussões no âmbito jurídico que a lei suscitou, seus efeitos práticos foram os de uma “lei de esquecimento, de perdão”. Contudo, mesmo com o prazo extremamente diminuto, uma enxurrada de processos foi aberta na Justiça argentina, demonstrando que a sociedade não pretendia deixar de lado a questão das violações de Direitos Humanos. Assim, o governo alfonsinista ditou a *Ley de Obediencia Debida*, que impôs aos juízes a

primeiras notícias publicadas na imprensa sobre o assunto ganharam o caráter de especulação, já que o governo não o admitia abertamente.

Na imprensa a discussão girava em torno de quem seriam os beneficiados pela lei: os que agiram dentro dos mandos repressão; os que cometeram “excessos” em suas funções; ou também os pertencentes à luta armada? A nova anistia seguiria os padrões daquela ditada em 1973, permitindo o retorno da “subversão” ao país? A partir dessas indagações os jornais acompanharam os debates.

Em agosto de 1982 o governo sancionou uma primeira lei para os que descumpriram a regulamentação de atividades político-partidárias. Ao anunciá-la, a Junta afirmou entrar na última etapa para o cumprimento da promessa feita em 1976: recolocar a Argentina no rumo da vida democrática e da organização política. Com a perda de respaldo popular, as FF.AA. começavam a organizar a transição.

No mês seguinte, ambos os periódicos falaram em uma anistia “ampla”, especulação surgida a partir das informações dadas por um porta-voz do governo que admitiu ser essa uma das possibilidades em estudo. De acordo com o *La Nación*, a lei:

“(...) estará referida a los militares que actuaron en la lucha antisubversiva, (...) simultáneamente se sancionaría una norma para resolver, por lo menos, **algunos casos de inculpados por delitos subversivos.**

De acuerdo con lo ya anticipado, se trataría de casos con penas menores.”

(*La Nación*, 01/09/1982 – grifos meus)

Ainda que admitida apenas como hipótese, a ideia de uma lei de perdão gerou ampla repercussão: as Associações de Direitos Humanos e de Familiares de Vítimas rechaçavam o caráter de impunidade e silenciamento nascido desse tipo de legislação; já outros setores

absolvição de todos que haviam cumprido ordens superiores. Dessa forma, ficou impossível processar a maioria dos membros das forças de repressão, sendo que a culpa pelos anos de terror recaíram exclusivamente sobre alguns líderes das FF.AA. e da guerrilha, a maioria já julgados.

A anistia argentina foi completada no governo Menem, que mediante decretos deixou em liberdade 277 pessoas que não haviam sido beneficiados anteriormente. Finalmente em 1990 um novo decreto deu a liberdade aos chefes das Juntas Militares, a Mario Firmenich e outros dirigentes de organizações guerrilheiras.

– Para maiores informações, ver: GROPPPO, Bruno e FLIER, Patricia (compiladores). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay.** La Plata: Ediciones Al Margen, 2001. e RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul.**

Contudo, as discussões em torno das punições aos repressores na Argentina não terminaram ali, já que o atual governo de Cristina Kirchner decidiu anular os Indultos e reconduzir à prisão os chefes das Juntas Militares. Mesmo hoje não são poucos os que defendem que a reconciliação do país somente poderá ser completada quando se esquecer definitivamente o passado. No ano de 2013 o general Jorge Rafael Videla, chefe máximo da primeira Junta que governou o país e um dos principais acusados da instalação do aparato repressivo morreu em prisão domiciliar.

sociais preocupavam-se em saber quem seriam os exilados beneficiados por ela, considerando-a capaz de trazer a “subversão” de volta. De certa forma, essa divisão pode também ser encontrada nos periódicos aqui estudados: enquanto o *La Nación* preocupou-se mais com o retorno de guerrilheiros anistiados, o *Clarín* abriu algum espaço para as críticas das organizações de DD.HH., sem esquecer entretanto, dos possíveis problemas que a lei poderia gerar para a democracia.

Poucos dias antes da publicação citada acima, o jornal dos Noble informou ao leitor que o estado de sítio seria levantado apenas em 1983, quando a maioria dos presos a disposição do PEN tivessem sido libertados e as condições de segurança do país mantidas (*Clarín*, 17/09/1982). Na mesma reportagem a fonte governamental – cujo nome não foi citado – afirmou que a anistia estava estudo, mas que sua abrangência seria discutida com os setores políticos.

Apesar da promessa a consulta jamais foi feita. Talvez a explicação encontre-se no rechaço que a lei provocou antes mesmo de sua oficialização. No fim de setembro o *La Nación* publicou a carta do leitor Martín Massini Escurra:

En estos días han aparecido informaciones referentes a la posibilidad de sanción – en 1983 – de una ley de amnistía comprensiva de delitos comunes, ya que de acuerdo con las expresiones del ministro de la Justicia, **en la Argentina no hay presos por causas políticas sino por causas subversivas; luego, si se sanciona, la ley abarcaría a los últimos y quizá a los restantes delincuentes.** (...) (*La Nación*, 30/09/1982 – grifos meus)

A carta escolhida legitima uma opinião colocada pelo periódico em diversos outros momentos: a repressão não havia atingido inocentes. Para o diário dos Mitre a violência dos anos 1970 foi gerada justamente pela *Lei de Anistia* sancionada por Cámpora, que permitiu que a “subversão” ficasse livre e tomasse conta do país. Caso a Junta Militar enveredasse por esse caminho, embarcaria no mesmo erro: a “subversão”, de volta ao país e livre nas ruas, representaria o retorno do terror vivido.

Com a campanha presidencial em curso, políticos notáveis foram chamados a comentar a suposta auto-anistia. Alfonsín, ainda membro da Multipartidária, afirmou que não seriam aceitas medidas paliativas para remediar os erros cometidos no *PRN*:

El titular del Movimiento de Renovación y Cambio, Raúl Alfonsín, afirmó que la Justicia, durante el futuro gobierno constitucional, “se habrá cargo de la cuestión

de los desaparecidos, la corrupción y los errores en el conflicto de las Malvinas.
(*Clarín*, 08/11/1982)

O posicionamento de Alfonsín mostrou que não seria fácil angariar o apoio dos principais grupos políticos em torno da legislação: o silenciamento da *guerra suja* não fazia parte do plano de todos os argentinos. Para arrefecer as críticas, o governo passou a negar que estudava uma anistia, afirmando que essa era apenas uma alternativa para a solução dos “excessos” cometidos na luta anti-subversiva (*Clarín*, 26/11/1982). Porém, as discussões continuaram: em dezembro a *Asociación Permanente por los Derechos Humanos* (A.P.D.H.) lançou um documento de repulsa à impunidade gerada pelas anistias:

“(…) si el gobierno de facto pretendiera - como si insinúa - utilizar las formas de la amnistía para presentar un hecho consumado al futuro gobierno constitucional, ello no contribuiría de manera alguna al reencuentro de los argentinos , porque es espíritu democrático de nuestro pueblo repudia la impunidad de los funcionarios públicos, sean ellos de derecho o de facto’.

Sostuvo que **‘la sociedad argentina tiene derecho a saber – y necesita saberlo para prevenir la repetición de la tragedia ocurrida – qué doctrina aplicó para adoptar la política de secuestro y desaparición forzada de personas,** incluidos más de un centenar de niños, qué organización se creó para mantener a tal cantidad de personas sometidas a una condición análoga a la servidumbre y quiénes se arrogaron e ejercieron el poder se vida y muerte para decidir el destino de los secuestrados’.

‘Sin estas respuestas – agregó – la impunidad para el pasado será al mismo tiempo una amenaza cierta para el futuro’” (*Clarín*, 09/12/1982 – grifos meus)

Antigos aliados do regime como a Igreja Católica também afirmaram que não apoiariam a medida. No *Clarín*, o presidente da Comissão Pastoral do Episcopado Monsenhor Justo Laguna, declarou que uma lei desse tipo não podia ser feita pelos interessados (*Clarín*, 26/12/1982). Decididamente a Junta Militar argentina tinha problemas para negociar sua transição e garantir a impunidade de seus atos.

Apesar do silêncio do *La Nación* em torno do tema no final de 1982, que pode ser consequência tanto das negações governamentais quanto de uma espera do periódico para ver o caminho tomado pela redemocratização; as discussões tomaram força em ambos os jornais no ano seguinte. Em janeiro o *Clarín* publicou o rechaço de Pérez Esquivel à lei, que em viagem à Madri afirmou que a anistia abriria espaço para que as desapareções se

repetissem¹⁷⁶ (*Clarín*, 27/01/1983). A nota, apesar de discreta, demonstrou que o rechaço a esse tipo de medida ganhava adeptos pelo mundo, especialmente nos países que haviam convivido com os exilados. Dentro do jornal dos Noble, a lei de anistia não encontrava qualquer respaldo legal.

Ao *La Nación*, porém, o presidente da República general Bignone, afirmou que uma auto-anistia era apenas uma possibilidade, mas que não podia dar-se como certa. É fato que o regime buscava impedir uma revisão da *guerra suja*, já que a única vitória apregoada pelos militares era justamente contra os “subversivos”.

Contudo, apesar das negativas, a proximidade das eleições parecia fazer a lei cada vez mais certa. Daí o periódico dos Mitre discuti-la de forma aberta: no editorial de Jaime Potenze (*La Nación*, 02/02/1983), já citado nesse trabalho, a questão colocada foi se a lei – considerada necessária para a reconciliação – acabaria tornando-se perdão e esquecimento sem arrependimento nem autocrítica. Para o editorialista, não se podia simplesmente apagar os acontecimento vividos: a verdadeira reconciliação exigia a ação implacável da Justiça sobre todos que se apartaram da lei, perdoando apenas os realmente arrependidos, que aceitassem os termos e não pretendessem dissimular as responsabilidades.

Estranhamento, em diversas ocasiões o próprio *La Nación* havia defendido que não se podia confiar no arrependimento dos “subversivos”, já que esses nunca se preocupavam com a democracia. Dessa forma, acompanhando as publicações do jornal no período aqui analisado, podemos inferir que para ele não haveria maneira de perdoar os guerrilheiros – já que esses nunca se arrependiam verdadeiramente –, mas que essa era uma opção válida no caso dos repressores.

A chamada *Ley de Pacificación Nacional* foi gradualmente tornando-se um dos destaques no jornal dos Mitre¹⁷⁷. Em março, por exemplo, a entrevista do comandante em chefe do Exército, tenente-coronel Cristino Nicolaides, foi intitulada de “*Nicolaides habló*

¹⁷⁶ Adolfo Pérez Esquivel foi um arquiteto, escultor e ativista de Direitos Humanos argentino. Em 1974 fundou, juntamente com bispos, teólogos, militantes, líderes comunitários e sindicalistas o Serviço de Paz e Justiça na América Latina (SERPAJ-AL), que se dedicou a defender os Direitos Humanos e a não-violência ativa no continente. Preso pelo PRN entre 1977 e 1979, Esquivel recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1980.

¹⁷⁷ Enquanto o *Clarín* irá preferir utilizar em suas notícias a palavra anistia, o *La Nación* optará pelo título oficial dado pelo regime, *Ley de Pacificación Nacional*, já indicando a oposição das atitudes desses dois periódicos frente aos benefícios e malefícios desse tipo de lei.

de uma amnistía”. Apesar do destaque, o militar apenas informou que a lei, ainda em estudo, beneficiaria apenas os participantes da luta anti-subversiva (*La Nación*, 24/03/1983). A declaração, que não foi reproduzida no concorrente, pareceu andar pelo caminho preferido pelo matutino.

O silêncio do *Clarín* frente às declarações de Nicolaides, não significou menos importância do assunto em suas páginas. Ainda especulando o caráter da lei, o diário informou que antes de outubro essa seria entregue, e abrangeria tanto civis quanto militares envolvidos na luta contra a “subversão” desde 1973. No mesmo texto, o jornal buscou as opiniões da Igreja, dos Radicais e dos Peronistas:

La posibilidad que se sancione una ley de amnistía habría provocado reacciones diversas en la Iglesia y la dirigencia política y gremial. Monseñor Juan Carlos Aramburu, tras señalar que “toda amnistía es buena”, dijo que (la Iglesia) “no había sido consultada”. También por entonces, a mediados de marzo, monseñor Justo Laguna había insistido en que “para alcanzar la reconciliación, dependerá la extensión y a quiénes alcanzará dicha ley”.

Dirigentes gremiales y políticos, como Juan José Taccone, Enrique Vanoli e Conrado Storani, rechazaron la posibilidad de la sanción de esta ley. Taccone advirtió que “si el peronismo llega al poder, derogará esa legislación”. Para Vanoli y Storani, esa facultad de sancionar dicha ley “debe ser reservada al Congreso Nacional”. (*Clarín*, 30/04/1983)

Se a lei ainda parecia ser uma dúvida, o seu caráter restritivo já não causava tanto espanto. Tanto *La Nación* quanto *Clarín* apontavam o caminho de uma anistia parcial, que beneficiaria apenas os repressores. Se no jornal dos Mitre essa situação não foi questionada – podemos dizer ao contrário que ela encontrava apoio – o diário dos Noble buscou opiniões que debatiam os seus benefícios ou males: enquanto os líderes políticos e sindicais a entendiam como um problema, a Igreja Católica considerava-a como uma estratégia válida, desde que aplicada corretamente – o que, podemos supor por outras declarações do clero, significava impedir o retorno de determinados argentinos ligados à “subversão”.

As discordâncias da Junta, existentes em todo o *PRN*, marcaram presença também nesse momento. Segundo o *La Nación* um acordo entre as FF.AA. estava longe de efetivar-se antes da definição dos candidatos à presidência, já que uma lei desse tipo exigia a restituição de direitos políticos a pessoas cassadas, dando margem para que aqueles que deveriam ser mantidos afastados do processo eleitoral ganhassem voz atuante,

especialmente no Partido Justicialista (*La Nación*, 28/05/1983). Assim, a lei de anistia seria legitimada apenas após o lançamento das candidaturas.

Nesse ínterim, o *La Nación* aproveitou-se para demonstrar, através das cartas de leitores, que incluir os “subversivos” no perdão seria um grande erro. A carta de Ernesto R. Ure foi um dos “exemplos” dessa indignação popular:

“(…) es útil recordar que la última amnistía de carácter general que conocimos fue la dispuesta en mayo de 1973 por las autoridades recién asumidas, (...) en cuya virtud recuperaron su libertad numerosos integrantes de los grupos terroristas (...).

Como era previsible, y no obstante los alegres pronósticos de los diputados electos **en 1973, no bien recobraron su libertad, los guerrilleros amnistiados volvieron a tomar las armas con el confesado propósito de arrasar con las instituciones vigentes, y en los tres años subsiguientes vimos aparecer sus nombres en las primeras planas de los periódicos como protagonistas principales de los siniestros atentados, crímenes e secuestros que a diario acaecieron.**” (*La Nación*, 07/06/1983 – grifos meus)

As palavras do leitor, que reafirmam a *Teoria dos Dois Demônios*, concordavam com a opinião veiculada pelo periódico de que a anistia de 1973 foi a responsável pelo reinício da “subversão” no país. Novamente enfatizamos que não podemos tomar a publicação de opiniões de leitores de modo leviano: elas são escolhidas pelo periódico para expressar uma ideologia conformista com aquela defendida em suas páginas. Pensamentos em contrário raramente, se não nunca, encontram espaço nos jornais.

Outra questão que podemos voltar a destacar é a preocupação do jornal dos Mitre com a anistia para a esquerda, enquanto pouca atenção é dada ao fato de que essa lei permitiria o silenciamento da *guerra suja*. Amplamente apoiador das medidas tomadas pelo governo em seus primeiros anos em relação aos “subversivos”, o *La Nación* não achava realmente necessário uma investigação sobre a repressão perpetrada pelo Estado na Argentina¹⁷⁸.

¹⁷⁸ “En el tratamiento del delicado problema *La Nación* definió su posición de un modo claro. Los familiares de ‘desaparecidos’ debían tener una respuesta para calmar así su comprensible desasosiego. Las autoridades debían contribuir a ello, agregaba, con los medios a su alcance. Pero como había muchos sectores que solicitaban investigaciones exhaustivas, el diario pareció entender pertinente formular una posición de principios totalmente coincidentes con la sostenida en ese momento por las fuerzas armadas. Al respecto afirmó: ‘De ninguna manera está en juego la revisión de la guerra contra la subversión que ciertas omisiones o deliberadas suspicacias parecerían plantear como un remedio político. Y no está en juego ese revisionismo por la misma causa que tampoco lo está el de nuestras guerras de la Independencia, ya que sus victorias – ayer como hoy – son la causa de que la Nación viva. Existe pues una clara línea divisoria que no puede cruzarse –

Em julho uma fonte das FF.AA. – cujo nome novamente não foi divulgado – afirmou à imprensa que a Junta havia chegado a um acordo, empreendendo uma anistia que cobriria os crimes cometidos pela “subversão” e em seu combate, excluindo-se apenas crimes comuns e econômicos. O informante ainda declarou que a Lei de Pacificação não excluiria nenhum membro da esquerda (*Clarín*, 17/07/1983). O *La Nación* incluiu outra declaração dada pela mesma pessoa, afirmando que “(...) ‘*hay muchos delincuentes subversivos en el exterior que pueden venir al país, entre ellos Mario Firmenich, porque está amnistiado desde 1973, pero que no ignora que si viene (a la Argentina) lo van a matar.*’” (*La Nación*, 17/07/1983). Apesar da contundência da frase, que apregoava que a violência contra alguns cidadãos não acabaria com a redemocratização, nenhum comentário ou crítica do *La Nación* foi feita. Dessa forma, acreditamos que se confirma nosso diagnóstico de que a preocupação do diário não se dava em torno do perdão a torturadores e assassinos do regime, e sim à possibilidade de que ex-guerrilheiros ganhassem direito à liberdade.

Porém não foi apenas o *La Nación* que temeu o conteúdo anunciado da lei: para alguns membros do PRN a exclusão de delitos econômicos era uma forma de traição com aqueles que, para além da luta anti-subversiva, mantiveram o regime de pé. Dessa forma, adiantando-se à Nação, a província de Río Negro ditou sua própria anistia abrangendo crimes comuns e políticos de todos os funcionários eleitos desde 1973.

A lei de Río Negro, rechaçada por organizações de Direitos Humanos – por impedir a investigação em torno da repressão – e por setores civis – por conceder perdão a políticos já condenados por crimes “subversivos” e econômicos, permitindo-lhes participação nas eleições – acabou anulada pelo Judiciário Nacional. Esse contratempo não desanimou o governo, que continuou a estudar uma anistia de âmbito federal. Com as eleições marcadas para 30 de outubro, o *La Nación* analisou, em editorial, as possíveis consequências de uma lei sancionada nos moldes anunciados:

“(...) Se trata, en esencia, **de borrar la culpa de los terroristas subversivos** que asolaron al país a partir de 25 de mayo de 1973 y las de los que incurrieron en excesos al luchar contra ellos.

salvo con intención suicida...’ (...)” – SIDICARO, Ricardo. **La política mirada desde arriba. Las ideas del diario La Nación 1909-1989**, p. 457.

(...) **si se trata de poner en libertad a quienes desataron en el país el terror y la subversión** – y esto resulta asombroso – habría derecho a sospechar que el trágico error de mayo del 73 sería repetido ahora y – créase o no – por las mismas autoridades que lucharon por remediarlo (...).” (*La Nación*, 29/07/1983 – grifos meus)

O texto, além de igualar “subversivos” e militares que cometeram “excessos”, reafirmou que seria um erro sancionar uma anistia, pois ela possibilitaria o recrudescimento do terrorismo. Novamente não há nenhuma crítica ao fato de que uma lei desse tipo geraria o impedimento da punição dos responsáveis pela *guerra suja* e silenciamento desta. Para o periódico, o grande problema da *Lei de Pacificação* era permitir o retorno dos guerrilheiros, anulando a única conquista do *PRN*.

Com as eleições aproximando-se, os presidenciais foram mais uma vez ouvidos no debate sobre a possível anistia. Ítalo Luder afirmou os efeitos jurídicos irreversíveis da legislação, mesmo que essa pudesse ser considerada condenável do ponto de vista moral e político (*La Nación* e *Clarín*, 02/08/1983). Conforme já mostramos, Roniger e Sznajder consideraram as posições do candidato Justicialista em relação à investigação e punição das violações dos Direitos Humanos fundamentais para a primeira derrota Peronista em eleições populares desde a criação do partido¹⁷⁹. Concordando com tal posição, admitimos que as declarações de Luder em relação à *Lei de Pacificação* o colocaram em choque com as posições adotadas pelas organizações de DD. HH., pela imprensa e por amplos setores da sociedade civil – mesmo que os motivos que levassem esses grupos a rechaçar a lei fossem diversificados.

Em posição contrária à de Luder, a UCR expressou-se em consonância com a sociedade. Através de Solari Yrigoyen, o partido declarou não apenas seu rechaço à anistia, como também seu apoio a uma investigação que pudesse levar ao conhecimento público os fatos ocorridos durante o *PRN*, prometendo respostas às demandas de *verdade, justiça e memória* que se instalavam na sociedade civil, especialmente pela ação das organizações de familiares de vítimas.

El ex senador nacional Hipólito Solari Yrigoyen opinó que “los militares deben aceptar que los tribunales ordinarios investiguen la denuncia que se formulen por la represión salvaje e ilegal”, al cuestionar la validez de la futura ley de amnistía.

¹⁷⁹ RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, p. 61.

(...) también enfatizó que la Justicia debe castigar “a los culpables de asesinatos, de secuestros, de violaciones, de torturas, de desapariciones, de robos, de saqueos domiciliarios.” (*Clarín*, 08/08/1983)

Diferentemente do concorrente, o *Clarín* não parecia preocupar-se com um possível rebote subversivo devido à aprovação da *Lei de Pacificação*. Contudo, em suas páginas, encontravam-se questões sobre o perdão aos militares envolvidos na luta anti-subversiva e o silenciamento em torno da *guerra suja*. Assim como acontecia em outros meios de imprensa escrita, o jornal dos Nobles vai utilizar-se do espaço de cartas de leitores para mostrar que sua posição encontrava respaldo na sociedade. A carta do leitor Ronaldo Mauricio Ferrari, publicada no mesmo dia da declaração de Yrigoyen, demonstrou a preocupação com a real possibilidade de anulação da anistia pelo futuro governo constitucional:

La ley de amnistía que va a dictar el gobierno militar plantea serios problemas jurídicos. La derogación de esta ley por el Congreso de la Nación que se instalará el 30 de enero (...) no tendrá ningún efecto práctico debido a que en virtud del artículo 2º del Código Penal, que establece que: “Si la ley vigente al tiempo de cometerse el delito fuera distinta de la existía al pronunciarse el fallo o en el tiempo intermedio, se aplicará siempre la más benigna”, y en este caso la ley más benigna sería precisamente esta ley de amnistía, por lo que los “amnistiados” podrían continuar acogiéndose a sus beneficios, a pesar de la derogación (...). (*Clarín*, 08/08/1983)

O leitor acaba confrontando uma discussão importante naquele momento: com a lei sancionada, seria possível, do ponto de vista legal, reverter seus efeitos ou a democracia estaria fadada a conviver com os silenciamentos em torno da *guerra suja* e com a impunidade de militares e “subversivos”? Dentro de um momento de definição do futuro político do país, o *La Nación* dedicou outro editorial ao assunto:

“Se han escuchado además numerosas voces de sectores políticos condenando ese proyecto de ley, mas, en medida considerable, los argumentos dados en tal sentido consideran inadmisibile un amnistía concedida a quienes formaron parte del mismo gobierno que la sanciona.

Esa objeción también la hemos manifestado (...) **el grave daño moral y los riesgos que se derivarían del hecho de otorgar esa amnistía a los responsables de actos de terrorismo y subversión que actualmente purgan sus penas por esos delitos.**

Debe meditar-se lo que significaría **borrar toda la responsabilidad penal de los terroristas que las Fuerzas Armadas han combatido con justa razón y sano patriotismo.** Son los mismos terroristas que hace pocas semanas han merecido de las Fuerzas Armadas juicios lapidarios en el informe sobre los desaparecidos, y luego, recientemente, por boca del jefe de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, con términos que ratificó el comandante en jefe del Ejército.

(...) De esta manera, se llegaría en la Argentina a una situación casi increíble: en los prontuarios del país no habría, en absoluto, constancia alguna de delitos subversivos. Pues los cometidos antes del 25 de mayo de 1973 quedaron borrados por la amnistía de ese año y los cometidos después, hasta ahora, serían borrados por la que se proyecta. Así, una de las peores formas de delincuencia y de acciones contrarias a la sociedad y a las normas de civilización quedaría borrada y perdonada por imperio de sucesivas amnistías aplicadas con tanta generosidad como nunca merecieron otros delitos o actitudes de cualquier naturaleza.

Si prácticamente la unanimidad de las voces provenientes de los sectores políticos han manifestado ya su clara decisión de hacer todo lo posible por no tolerar una amnistía a los responsables de actos ilícitos o de excesos en la represión contra el terrorismo, y si, por otro lado, **la sociedad argentina volviera a quedar nuevamente a merced de los mismos elementos subversivos que la asolaron con impiedad durante años que nadie desea ver renacer**, no se termina de entender cuáles serían las ventajas reales de un proyecto como el comentado.” (*La Nación*, 18/08/1983 – grifos meus)

Apesar de admitir que o impedimento das investigações sobre a *guerra suja* era um problema, o matutino concentra seu editorial em criticar a liberdade que a anistia poderia conceder aos “subversivos terroristas”, o que acarretaria o retorno ao estágio anterior à luta anti-subversiva, feita, segundo palavras do jornal, “(...) *con justa razón y sano patriotismo*”. Para o *La Nación*, mais importante do que conhecer os fatos ocorridos durante a repressão, ou conceder o direito de justiça aos familiares de desaparecidos e às demais vítimas, era papel do Estado – democrático ou ditatorial – impedir que determinados argentinos voltassem a circular pelas ruas do país.

Em outro editorial sobre o assunto o diário dos Mitre apontou as dissidências existentes entre a Marinha e o Exército em relação ao conteúdo da lei. Segundo afirmou-se, a Marinha não aceitava que se igualasse “(...) *los exterministas a quienes actuaron en la represión cumpliendo ordenes*” (*La Nación*, 09/08/1983), posição a qual o jornal mostrou-se favorável:

Esta posición de la Armada resulta **coherente** con respecto del acta institucional que se difundió simultáneamente con el documento sobre la lucha contra la subversión. En esa oportunidad se hizo hincapié en que las Fuerzas Armadas asumían plenamente la responsabilidad por lo actuado en ese terreno. (*La Nación*, 09/08/1983 – grifo meu)

Para o *La Nación* não era necessário uma lei de anistia, já que as FF.AA. haviam assumido em conjunto as responsabilidades pelos atos cometidos na guerra na-tisubversiva. Dessa forma, não se poderia admitir que comandados fossem processados por cumprirem ordens – mesmo que esses tenham recorrido em “excessos”. Ainda fazendo uma defesa da

guerra suja, vista como necessária para a instalação da paz na Argentina, o jornal diminuía o apelo de familiares de vítimas e sobreviventes, assim como as declarações que já davam a entender a instalação de uma política de genocídio no país. Para o diário bonaerense, ao menos a guerra contra a subversão o *PRN* havia ganhado e essa conquista não deveria ser contestada.

Novamente o matutino vai publicar a carta de um leitor para demonstrar que a sociedade corroborava com sua visão. Assinada por Cosme Beccar Varela, a publicação afirmou a necessidade de separar os homens responsáveis pela instalação da violência daqueles que pegaram em armas para combatê-la:

“Es decir, que se considerarán tan asesinos los que salieron a secuestrar y matar sin ninguna provocación, ‘llevados por un ideal’ (¿qué ideal?) como los que en cumplimiento de órdenes de su gobierno y en ejercicio de sus tareas profesionales mataron también.” (*La Nación*, 15/08/1983)

Na mesma vertente, a carta de J. Del Valle afirmou ser desnecessária uma lei de perdão, pois o povo havia apoiado e entendia os atos cometidos pelas FF.AA. Nas palavras do leitor, uma legislação do tipo seria benéfica apenas aos “terroristas”, que poderiam voltar a agir:

“Nuestros hombres de armas, con el consenso del pueblo, emprendieron en el monte tucumano y en las calles de nuestras ciudades una guerra en la que ambos bandos sufrieron muchas pérdidas y en la que hubo víctimas inocentes. **Debemos entender esta guerra como un acto de servicio, una obligación de nuestros soldados para con su pueblo.**

Pero la derrota de la subversión no es suficiente. Sí nos limitáramos a ella, quienes la organizaron y armaran volverían a hacerlo. Los argentinos debemos demostrarle a la guerrilla y al mundo que no hay acción capaz de doblegar nuestros valores y tradiciones. **En este sentido, la derrota de la subversión está aún por obtenerse y nos corresponde a todos**, empezando por las fuerzas armadas, que deben sumar al coraje demostrado al enfrentar la emboscada artera el coraje superior de subordinarse al juicio de su pueblo, con el parámetro de los valores que supieron salvaguardar para nuestra convivencia. (...) Ese ejército debe someterse al juicio de su pueblo, con el mismo valor y abnegación que empañó las armas en su defensa. **Los héroes y las víctimas de esta lucha sólo podremos justificarlas ante Dios y los hombres si respetamos los valores por los que hemos luchado.**” (*La Nación*, 17/08/1983 – grifos meus)

As cartas escolhidas pelo *La Nación* corroboram com a visão do periódico de que as FF.AA. agiram dentro de uma prerrogativa moral e política, já que a violência havia sido iniciada pelas organizações de esquerda. Da mesma forma, assinalava-se que uma lei de anistia era perigosa, pois importaria que se aceitasse o retorno de tantos “subversivos”

combatidos nos anos anteriores. Impor uma legislação desse tipo era, para o diário e esses leitores, pôr em risco a vitória definitiva contra a guerrilha.

A *Ley de Pacificación Nacional* foi finalmente sancionada em 23 de setembro de 1983. Entretanto, cerca de um mês e meio antes o *Clarín* já adiantou ao seu público os principais pontos¹⁸⁰:

“Según surge de una versión del anteproyecto de la ley de pacificación, o de amnistía, del que tomó conocimiento Clarín, además de declararse ‘extinguidas las acciones penales y las condenas emergentes de los delitos cometidos con motivación o finalidad terrorista o subversiva’, beneficio que se extiende “a todos los hechos de naturaleza penal realizados para reprimir actividades subversivas”, se prevé establecer “un régimen indemnizatorio por parte del Estado”

(...)

Sin embargo, e incluyen a continuación, en artículos separados, las dos mayores limitaciones, sobre las que no hay una resolución definitiva. Por la primera, se trata de **excluir de la ley a los subversivos residentes en el exterior** y por la segunda se pretende dejar también afuera los delitos de subversión económica, pero se trate de encontrar la forma que permita hacerlo sin que escapen a la ley sus destinatarios” (*Clarín*, 04/08/1983 – grifos meus).

A exclusão de cunho geográfico respondia às questões colocadas pelo *La Nación* no último ano, já que impediria a livre ação de “subversivos” que se encontrassem na clandestinidade ou no exílio. Sem uma confirmação do texto, o jornal dos Mitre absteve-se de comentários, enquanto o *Clarín* analisou a proposta comparando-a com a legislação brasileira sancionada em 1979:

Sin embargo, cualquier intento de comparación debe partir de una correcta puntualización de las diferencias entre las respectivas situaciones y legislaciones de Brasil y Argentina.

En un enfoque general, corresponde establecer las siguientes diferencias:

- **La amnistía brasileña benefició, fundamentalmente, a figuras de gran envergadura política** (...) que, hasta el momento de sus sanción, se encontraban en el exilio forzado o tenían virtualmente todos sus derechos civiles cancelados (...); **también un gran número de opositores, calculado en 10.000 personas. Difícilmente estos datos sirvan para tratar un paralelo con la Argentina de 1983.**

- En forma previa a la rúbrica que le estampo el presidente João Figueiredo, **el proyecto fue aprobado por el Parlamento.** Aun las reservas que puedan esgrimirse sobre la representación legislativa restringida por la fuerzas armadas brasileñas le impusieran compulsivamente a los ciudadanos de su país, lo cierto es que aquella instancia aportó cierta barniz de legitimidad. A esto contribuyó que **el texto de la ley fue debatido públicamente** durante varios meses previos e, inclusive, **la discusión hizo que se le introdujeran modificaciones de importancia. No parece ser ésta la intención de la Junta Militar argentina.**

(...)

¹⁸⁰ Não há na reportagem referência de como o jornal teve acesso ao teor da lei.

La historia de la violencia política en Brasil (...) no puede ser fácilmente comparada – en dimensión – con la que asoló a la Argentina de los últimos años. No obstante, **numerosos miembros de las fuerzas militares y de seguridad se acogieron en forma inmediata a la amnistía de Figueiredo.**

Este paso del gobierno brasileño **no alcanzó**, sin embargo, **uno de sus objetivos no explicitados: la investigación** de muchos hechos de violencia **continuó** a cargo de las organizaciones defensoras de los derechos humanos y de la Iglesia Católica. (...)

Otro efecto fue el de las dificultades que la amnistía trajo como corolario, a la hora de **desmontar – al menos parcialmente – la importante estructura de represión paraoficial.** Debido a que la ley supuso el “olvido” de los delitos, **no hubo base para separar de sus cargos a varios responsables de excesos.** (*Clarín*, 04/08/1983 – grifos meus)

Segundo o jornal dos Noble, a anistia argentina não tinha o respaldo da sancionada no país vizinho, já que lá não haveria aprovação do Congresso ou debate público. Além do mais, diferentemente do que havia ocorrido no Brasil, a *Lei de Pacificação* não permitia o retorno dos exilados, beneficiando exclusivamente os militares. Por fim, o diário ainda apontava dois problemas enfrentados pelo governo brasileiro após a aprovação da anistia: o impedimento da ação judicial não impediu que as organizações de Direitos Humanos investigassem os atos repressivos e criou-se um empecilho jurídico para o afastamento dos funcionários que cometeram “excessos”.

Salvo as diferenças entre os regimes ditatoriais dos dois países e os momentos nos quais foram sancionadas as respectivas legislações, a comparação de ambas foi usada para respaldar as críticas à *Lei de Pacificação Nacional*, afirmando sua falta de contribuição para a reconciliação que se buscava. A anistia, segundo o *Clarín*, não havia sido o caminho para o Brasil e não o seria para a Argentina.

Um dia após a aprovação definitiva da anistia, o *La Nación* optou por apresentar um resumo dos principais pontos, enquanto o concorrente publicou o texto da lei na íntegra, além de informar que outras 26 legislações de mesmo tipo já haviam sido feitas na Argentina:

La palabra amnistía deriva del griego amnesia, carencia de memoria o, más sencillamente, olvido. **Toda ley de amnistía supone un absoluto “olvido voluntario”:** suprime la pena y también lo punible de la acción delictiva. Todo antecedente penal resulta borrado, anulando asimismo la inhibición que hubiese recaído sobre los amnistiados.

No cabe exclusión alguna dentro del conjunto de afectados por iguales delitos políticos; toda ley de amnistía es impersonal, no dirigida a nadie en particular, sino a los delitos o contravenciones cometidos por un conjunto. (...)

Los antecedentes argentinos en la materia – exactamente 26 – son tan numerosos y significativos que para más de un tratadista extranjero podrían constituir algo así como una doctrina nacional al respecto. (...)

Casi todas las amnistías argentinas cumplieron actos de reparación, en beneficio de militares revolucionarios derrotados tras intentos no precisamente legales, pero sí, en no pocos casos legítimos, como la historia lo reconocería más allá de pasiones y enfrentamientos pasajeros.

Gobierno sin equipos clandestinos, pero también sin enemigos que los atacasen desde la sombra, procuraron, bien o mal, **reintegrar a sus propios adversarios al quehacer común.** (...)

Aquella amnistía [de 1973] fue, y es, cuestionada. En todo caso, **no tendió su manto sobre autores de secuestros, torturas o desapariciones.** Menos aún sobre amparados de la impunidad que significa actuar dentro o cerca de aparatos estales, militares o de seguridad. No pocos sectores políticos, culturales, religiosos y sindicales objetan ahora, desde esas perspectivas, la ley quizá final del Proceso. (*Clarín*, 24/09/1983)

Citando as leis anteriores o *Clarín* não apenas remontou ao uso da violência e do esquecimento como arma política no país, mas também criticou os propósitos buscados pelos militares com a auto-anistia: essa não reconciliava os argentinos com seu passado, nem possibilitava o estabelecimento da paz com a oposição. Na visão do periódico, a *Lei de Pacificação* ditada pelo *PRN* servia unicamente ao encobrimento de seus crimes. Apesar de apresentar justificativas diferentes, o jornal dos Nobles concordava num ponto com o concorrente: se a lei ditada por Cámpora em 1973 já havia sido um erro, por que esperar algo diferente naquele momento?

Após a sanção as críticas se avolumaram: a maior parte delas, vindas especialmente de partidos políticos e Organizações de DD.HH. afirmou o absurdo de uma lei de perdão ditada pelo próprio criminoso. Nas palavras dos candidatos à presidência, a anistia não tinha outro intuito senão o de travar as mãos da democracia frente à repressão, o que não seria aceito.

No *La Nación*, todavia, a crítica tomou o viés defendido pelo jornal naquele ano: afirmando que suas advertências não foram ouvidas, o diário acusou os militares de, assim como o Peronismo em 1973, colocar nas ruas “(...) *los terroristas que hubieron cometido idénticos crímenes desde esa fecha en adelante, hasta el 17 de junio de 1982 y que aún no hayan merecido ‘condenas firmes’.* (...)” (*La Nación*, 24/09/1983). Reafirmando a incoerência de dar liberdade aos “subversivos” – mesmo que muitos tivessem sido excluídos – o periódico continuava a culpabilizar especialmente os grupos armados pela

violência perpetrada nos anos 1970-1980, dando respaldo à versão militar da *guerra suja*. Mais uma vez os sobreviventes da repressão não encontravam no diário dos Mitre qualquer solidariedade ou respaldo às suas reivindicações.

Os efeitos da *Lei de Pacificação* não duraram muito: nos dias seguintes juízes se recusaram a aplicá-la em casos de sequestros, considerando a falta de legitimidade do governo que a havia ditado. Às vésperas das eleições e com a transição democrática em estágio avançado, a Junta Militar não tinha forças para impor seu cumprimento.

Pouco mais de um mês depois, Raúl Alfonsín tornou-se o primeiro presidente da nova democracia argentina. Após sete anos de regime militar, com intensa repressão e uma crise econômica avassaladora, o político da UCR tinha muito trabalho a fazer. Os periódicos argentinos deparavam-se então com uma nova realidade: não havia mais porque temer o *Terror de Estado*, e prometia-se liberdade de imprensa e atendimento às demandas sociais. No entanto, para muitos meios de comunicação era preciso mais do que nunca atentar-se para aqueles que retornavam ao país: a “subversão” não havia morrido e a Argentina ainda corria perigo.

Capítulo 4: *La Nación e Clarín*: A representação do exílio, de Alfonsín ao *Nunca Más* (1983-1984)

“Veinticuatro horas después de aquellas elecciones (...) Se podía respirar, renacía la esperanza. En esos días no faltaron colegas que, teniendo en cuenta el cambio estructural en el país, reclamaban una nueva prensa, nuevos códigos, menos ataduras.”¹⁸¹

Com a posse do presidente Raúl Alfonsín a Argentina finalmente voltou à democracia. Contudo, a reconstrução do país não foi tarefa fácil: era preciso enfrentar as graves violações de Direitos Humanos cometidas nos últimos anos, atender as demandas de *verdade, memória e justiça*, além de melhorar as condições econômicas do país e controlar as FF.AA. Sob o comando da UCR, o país do Cone Sul deu início ao *Julgamento das Juntas Militares* e criou a CONADEP, medidas amplamente celebradas pelo mundo, mas que tiveram poucos efeitos práticos na mudança da imagem do exílio argentino.

Nesse capítulo final, buscamos compreender como a imprensa representou o desterro no momento mais contundente da construção da memória da ditadura argentina, já que a CONADEP apenas havia iniciado seu trabalho e o *Nunca Más* ainda estava em elaboração. Dessa forma, tentamos enxergar as mudanças e permanências na ideia de exilado transmitida pelos meios de comunicação, na tentativa de continuar mapeando o porquê do silenciamento, na história argentina, de uma violência tão amplamente praticada.

Acompanhando as notícias de retorno e os encaminhamentos dados pelo governo democrático à questão do exílio, nos focamos novamente no vocabulário utilizado pela imprensa para adjetivar essa forma de repressão. Apesar de percebermos uma diminuição dos vocábulos relativos à *DSN*, também constatamos que eles não desapareceram por completo: as terminologias “subversivo” e “criminoso” ainda estiveram presentes. Entretanto, nesse novo período político, continuamos a ver uma linguagem mais moderada no *Clarín* enquanto seu concorrente deu forte ênfase ao perigo representado pelo “exílio-subversivo”.

¹⁸¹ MUCHNIK, Daniel. *Aquel periodismo. Política, medios y periodismo en la Argentina (1965-2012)*, p. 164

Num segundo momento, demos atenção aos personagens identificados com o desterro, percebendo o desaparecimento das figuras políticas amplificadas no período final da ditadura – Isabelita, os Peronistas e demais políticos não chamavam mais a atenção – e a concentração naqueles que se considerou como maior problema: os *Montoneros*, especialmente seu chefe Mario Eduardo Firmenich. Se nem todos os exilados foram considerados perigosos para a democracia, os guerrilheiros traziam o pavor do recrudescimento da violência: Firmenich era a encarnação de todos os males, e coube aos meios de comunicação alertar sua população contra o retorno desse homem e seus partidários.

Por fim, identificamos como os jornais mostraram aos seus leitores a separação entre “bons” e “maus” exilados. Admitindo que havia “inocentes” entre os que partiram para o exterior, os meios de comunicação trataram de identificar e separar quais desterrados deveriam ser aceitos na construção da nova Argentina. Dessa forma, também defenderam a exclusão definitiva de muitos conterrâneos da vida nacional.

Transmitindo uma imagem difusa do exilado e enfatizando a presença de ex-integrantes da guerrilha armada no exterior, os periódicos *Clarín* e *La Nación* contribuíram nos silenciamentos das questões em torno dessa forma de violência. Olhados com desconfiança e rechaço, homens e mulheres que haviam sido expulsos de sua pátria natal por um regime repressor descobriram que a democracia não estava muito disposta a aceitá-los como filhos. Aos exilados, a Argentina não reservou espaço em seu amor e memória.

4.1 As palavras que acompanham: adjetivações do exilado na democracia

(...) la voluntad política de la Nación se endereza inequívocamente hacia el orden constitucional, hacia la libertad, hacia el respeto irrestricto de los derechos humanos. **Este impone pagar otro precio, también alto, también doloroso: es el sacrificio de admitir aun los derechos de quienes han demostrado no merecerlos;** de conceder los beneficios de la libertad que señala la Constitución para todos los habitantes a quienes han mostrado hasta el hartazgo que sólo se amparan en la Constitución para imponer una ideología que aspira a destruirla. (...) Si la Argentina admite en su seno a quienes la condujeron al caos por **los métodos de terror y la subversión** porque así lo señala ahora la ley vigente, **y si debe seguir tolerándolos porque esa ley no ha encontrado todavía la forma de impedir su retorno**, debe hacer saber públicamente que no está dispuesta a permitir de nuevo, ni los errores ni los crímenes cometidos por quienes parecen dispuestos a aprovecharse, otra vez, del espíritu y de la letra de la Constitución

que nunca respetaron y que impunemente destrozaron. (*La Nación*, 01/12/1983 – grifos meus)

Foi assim que, nove dias antes da posse do primeiro presidente civil após sete anos de ditadura, o *La Nación* comentou a possibilidade de retorno dos exilados que estiveram ligados aos movimentos armados. Ainda refletindo a desconfiança ante os desterrados, o periódico fazia questão de afirmar que o retorno destes se dava apenas porque a democracia não permitia que fossem mantidos no exterior. Nas páginas do jornal dos Mitre, os exilados eram um mal ao qual a Argentina estava fadada naquele momento.

Apesar de já haver-se iniciado o *show de horrores*, permitindo que a população passasse a conviver diariamente com as denúncias da violência das FF.AA., os periódicos aqui estudados continuaram a preocupar-se com os asilados que retornavam ao país. Trabalhando na conjuntura da *Teoria dos Dois Demônios*, a grande imprensa escrita continuou a ligar o exílio à “subversão”.

Poucos dias antes da posse de Alfonsín, o *Clarín* publicou a carta do leitor Manuel Vila, que ratificava a ideia de que a esquerda fora a responsável pelo início da violência e que a população não aceitaria a entrada de todos os que estavam fora do país. Novamente, não admitimos as cartas publicadas como expressão fidedigna da opinião majoritária da sociedade, mas sim como uma estratégia discursiva dos periódicos para mostrar ao seu leitor que o pensamento expressado em suas páginas encontra respaldo popular. Contudo, mesmo que não saibamos quantas pessoas concordavam com o ideário expressado nessas publicações, elas nos ajudam a entender a mensagem pretendida pela imprensa. Esta carta, por exemplo, intitulada “*Firmenich y Camps*”, afirmou:

Son tan culpables de las muertes y desapariciones quienes fueron sus manos ejecutoras como aquellos que arrastraron a la juventud a la guerrilla.

No hay reivindicación social, política ni económica que pueda reclamarse sobre la base de supresión de la vida. No se puede matar al padre con la excusa de que trata mal al hijo.

Un análisis sensato de la realidad no diferencia a Firmenich y Camps. Ambos se escudaron en los “excesos” de los otros para justificar los propios.

Los Firmenich necesitaron a los Camps y viceversa para sustentar sus actividades: las incitaciones a la violencia dieron paso a la represión indiscriminada.

Casualmente, la ceguera de ambos los lleva ahora a confundir la apertura democrática con la reabsorción de sus deformaciones, compartiendo – de nuevo – un mismo error: **la ciudadanía ya tiene bien identificados a los enemigos de la democracia y, lo que es más claro aún, también a los enemigos de la vida.** (*Clarín*, 05/12/1983 – grifos meus)

O leitor compara o chefe *Montonero* Mário Firmenich com o ex-chefe da polícia de Buenos Aires, Ramón Camps, acusado por diversos sobreviventes de participar ativamente de torturas, sequestros e desaparecimentos durante o regime militar, marcando a ideia de que ambos eram perigosos ao país. A presença do líder guerrilheiro no exterior acabava levando à desconfiança com os demais argentinos na mesma situação. Afinal, como determinar quais desterrados haviam participado da luta armada? Na dúvida, se desconfiava de todos.

No dia 10 de dezembro a nova democracia Argentina se instalou junto com a esperança de dias melhores. Todavia, nem todos acreditavam na paz e na tranquilidade. Através de uma nota paga publicada no jornal dos Nobles, a FAMUS (*Familiares y amigos de los muertos por la subversión*) demonstrou preocupação com os aliados do governo que assumia o país:

El pueblo argentino contempla con horror cómo son desahuciadas antes de su nacimiento la concordia y la democracia, como mudo testigo de los acontecimientos que, sucediéndose vertiginosamente, no permiten una reacción de protesta y, por su vía, de autoprotección.

(...) el presidente del bloque de diputados radicales, César Jaroslavsky, al cabo de una reunión con las Madres de la Plaza de Mayo, declaró que el gobierno aplicará justicia “con tal dureza” en la investigación del tema desaparecidos, que se “puede llegar a hablar de venganza”.

Se encuentran a las puertas de la Nación los asesinos del pueblo argentino en un desembozado intento de ingreso al país buscando la anulación de las causas abiertas por la Justicia por los crímenes cometidos.

Los principales dirigentes Montoneros, ¿vendrán a dirigir las células “encargadas” de la “administración de justicia” durante los próximos años de gobierno democrático?

Cabe preguntarnos:

¿Hacia dónde vamos?

¿Contra quién o quiénes es la “venganza”? ¿Contra el pueblo argentino que repudió en todo momento el reino de terror?

¿Se aplicará la misma “dureza” para juzgar los crímenes cometidos por el terrorismo? (...) (*Clarín*, 10/12/1983 – grifos meus)

Se não podemos afirmar que as notícias pagas expressam terminantemente a ideologia dos meios de comunicação, lembramos que estes podiam recuar-se a publicar o que não consideravam válido. Não à toa, durante o *PRN*, quase todos os veículos de imprensa absteram-se de divulgar notícias a respeito dos desaparecimentos, mesmo quando familiares propunham-se a pagar.

Na nota publicada, a FAMUS chamava os exilados de “assassinos do povo argentino”, enfatizando a presença nos *Montoneros* no exterior. Para a organização, era absurdo falar em uma dura investigação das violações de Direitos Humanos, já que essas apenas haviam sido praticadas para evitar o “reino de horror” que a esquerda pretendia instalar. Na teoria defendida pela organização, a Argentina tinha que defender-se mais do retorno dos terroristas do que acertar contas com seu passado recente. A reconciliação do país não seria, decididamente, tarefa fácil para a UCR.

O *La Nación*, que dois dias após a posse de Alfonsín publicou uma nota informando que o presidente exortou o retorno dos exilados “(...) *no mediante estímulos materiales, sino convenciéndoles de que pueden llevar a cabo en su país el trabajo que ahora desarrollan brillantemente en beneficio de otros pueblos.*” (*La Nación*, 12/12/1983), deu entonações bem diferentes às citações em torno dos que viviam no exterior após a instalação do Julgamento das Juntas. Para o diário, o processo aberto pelo governo contra os “terroristas” tinha um propósito maior do que culpar os nominados:

Cuando el presidente Alfonsín anteanoche señaló en su discurso que ‘declárase (*sic*) la necesidad de promover la persecución penal con relación a los hechos cometidos con posterioridad al 25 de mayo de 1973 (...) **no sólo alertaba a los nombrados – por así decir – y a muchos más que se hallarían en las mismas condiciones pero que no fueron citados, sino ‘que el actual afianzamiento de la Justicia’ es lo que deberán enfrentar si regresan al país.**’ (*La Nación*, 15/12/1983 – grifo meu)

Noticiando a decisão de levar os líderes guerrilheiros a julgamento o jornal retomou a visão apresentada no editorial que abriu esse capítulo: para o bem do país era melhor que grande parte daqueles que saíram continuassem afastados da vida nacional. O exilado que não pudesse provar sua inocência perante a Justiça não era digno de confiança, mesmo que se soubesse que em tempos de Estado de Exceção o poder Judiciário não seguisse as normas democráticas para instalar processos.

Podemos perceber nesse caminhar que a imagem de “terrorista-subversivo” que vimos acompanhar os desterrados não desapareceu completamente no discurso da imprensa, reverberando na sociedade. Por mais que não possamos confirmar quantos argentinos acreditavam que os asilados eram efetivamente responsáveis pela instalação da

violência no país, vemos que a *Teoria dos Dois Demônios* ganhava espaço nos meios sociais indicando uma expressiva aceitação.

Nesse ínterim, os meios de comunicação continuavam a publicar cartas que demonstrariam a concordância da população com suas preocupações. No *La Nación*, o professor da Faculdade de Direito de Buenos Aires, Enrique Herrera, enfatizou as desconfianças do jornal para com aqueles que pretendiam retornar ao país:

Estos siniestros personajes que hoy se presentan a sí mismos como ‘perseguidos políticos’, son inequívocamente responsables de todo el dolor y la muerte que enluta el país. **Basta recordar que, después de asesinar, robar, secuestrar y torturar, tomaron prudente distancia hacia un dorado exilio sufragado con el producto de sus delitos**, abandonando a miles de jóvenes con sólo odio en el corazón y armas en sus brazos, condenados a una muerte inexorable. Si realmente estamos en contra de la dictadura, debemos empezar por desterrar a quienes pretenden criar las condiciones ideales para establecerla nuevamente. (*La Nación*, 03/01/1984 – grifo meu)

Afirmando a responsabilidade dos exilados pela violência, o leitor defendia a opinião expressada pelo jornal em outros momentos já mencionados: a democracia somente estaria consolidada após a manutenção da expulsão de tantos argentinos da Pátria natal. Vendo a ditadura como fruto da ação da guerrilha armada, o leitor defendia que os direitos democráticos somente poderiam ser vivenciados por aqueles que os mereciam. Convenientemente para o *La Nación*, o leitor também não acreditava que a Argentina precisasse de todo os exilados de volta.

As discussões sobre o retorno dos desterrados não ficou restrito à mídia, ganhando espaço na agenda oficial do governo. Afinal não era possível pensar na reconstrução do país com milhares de expulsados ainda no exterior. Hipólito Yrigoyen, representante máximo do exílio da UCR, foi escolhido como embaixador itinerante responsável por mostrar aos argentinos que seu partido criava um ambiente confiável para que se pudesse voltar. Buscando efetivar tal proposta, Yrigoyen promoveu diversas reuniões pelo mundo com os exilados argentinos. Sobre uma delas, realizada em Madri, o *Clarín* publicou:

En un emotivo acto realizado en Madrid, el gobierno constitucional argentino invitó a todos los exiliados a regresar a su país, con la ayuda administrativa y económica de las Naciones Unidas.

(...)

Solari Yrigoyen dijo que el gobierno argentino había formalizado un acuerdo con el Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) para dar ayuda administrativa y económica a los que regresen.

El enviado de Alfonsín había mantenido contactos similares en Paris y Ginebra y los próximos días los tendrá en Roma. (*Clarín*, 17/01/1984)

Apesar da conversa haver sido fechada à imprensa – o que foi informado pelo próprio periódico – afirmou-se que essa girou em torno de aspectos práticos para o retorno, como a ajuda financeira da ONU, o direito de exceder o volume de bagagem, além de estudar-se como resolver a situação dos filhos nascidos no exterior, dos jovens que não cumpriram o serviço militar e as questões econômicas: postos de trabalho, ajuda financeira e bens confiscados.

Se para o *Clarín* pareceu importante falar dos problemas dos exilados para além de simples viagens, o *La Nación* deu um enfoque diferente à reunião. Em reportagem assinada pelo correspondente do jornal da Europa, Rolando Riviére, informou-se que se encontravam no local: “(...) *hombres y mujeres que por motivos diferentes (...) habían salido de nuestra, de su patria, para refugiarse en España.*”. Apesar do silêncio do concorrente sobre qualquer atividade diferente, a reportagem destacou a presença de “extremistas” que tentavam, segundo o jornal, organizar uma manifestação, frustrada pelos outros exilados:

“(...) **Los extremistas había preparado una manifestación** con carteles frente a la residencia argentina. Pero al hacer los cálculos y advertir que habrían hecho un papelón, optaron por distribuir volantes en el interior donde decían lo que puede colegirse sin esfuerzo, pidiendo juicios a los militares encargados de la represión y una amnistía que el embajador Solari Yrigoyen negó terminantemente. **Volver, por supuesto, y si hay deudas con la justicia, ella se encargará de actuar en cada caso.**

(...) prevaleció netamente la sensatez, y **los energúmenos de turno que piensan en un regreso violento fueron arrasados** por el buen sentido y la ilusión de la mayoría de una vuelta a casa sin rencores insuperables, con fe en la justicia para quien ha sufrido la terrible experiencia de no poder vivir durante años en su propio país, por motivos ajenos a la delincuencia terrorista.” (*La Nación*, 18/01/1984 – grifos meus)

Segundo a reportagem do *La Nación*, alguns “energúmenos” exigiam processo aos militares e anistia para que pudesse retornar em paz ao país, o que foi entendido pelo periódico como um pedido para o retrocesso à violência. Para o jornal dos Mitre, interessava destacar os “extremistas” que se infiltravam entre os exilados de “boa fé”, procurando a desestabilização da Nação. Alertar a sociedade sobre essas ações era obrigação do periódico.

Além disso, apesar de já termos destacado que no período militar o Poder Judiciário agiu sob comando e interesse das FF.AA., a ideia de uma anistia para aqueles impedidos de retornar por conta de causas ainda abertas era visto como obra de “terroristas” que temiam por seus crimes. Nas páginas do *La Nación* não se cogitava que muitos desses processos não tinham qualquer evidência ou foram abertos justamente para impedir o retorno de asilados. Ora, para o jornal dos Mitre os inocentes não tinham porque temer a volta à pátria natal.

Apesar das promessas de Alfonsín de rever caso a caso, retirando a queixa quando ela se mostrasse infundada, muitos desterrados temiam retornar, afinal esse governo havia endossado a *Teoria dos Dois Demônios* entre outros discursos iniciados pelos militares. Que garantias poderiam ter aqueles que viam seus nomes envolvidos em processos ainda correntes? Como saber que não seriam presos como gostaria as FF.AA.? A democracia argentina não era suficientemente confiável para todos.

Essas reflexões estiveram totalmente ausentes das páginas da grande imprensa. Ao contrário, na crença do *La Nación* era absolutamente imprescindível que se mantivesse tais processos, pois os que fugiram não eram totalmente inocentes – afinal, conseguiam enxergar-se como alvos da repressão. Os que temiam a Justiça deveriam ser mantidos longe do solo nacional.

Mesmo sem aprofundar-se nesse debate, o *Clarín* não deixou de mostrar que muitos “terroristas” tentavam reingressar no país. No dia 23 de janeiro de 1984, o jornal informou aos seus leitores sobre a prisão de um “suposto *Montonero*”:

José Antonio Baravalia, de 31 años, supuestamente dirigente de la organización guerrillera Montoneros, fue detenido el viernes pasado, en el Aeropuerto Internacional de Ezeiza, cuando intentaba abordar al vuelo 577 de Alitalia.

De acuerdo con fuente confiables – al respecto no se suministró información oficial – **Baravalia había reingresado clandestinamente a la Argentina** hace unos diez días procedente de Italia. **Sobre el nombrado existe una causa abierta en el juzgado federal de la sexta nominación de la ciudad santafesina de Rosario, labrada en 1977, por tenencia de armas de guerra y explosivos.**

El procedimiento de detención estuvo a cargo de personal de escuadrón Ezeiza de la Policía Aeronáutica. Luego intervinieron efectivos de la Policía Federal, que trasladaran a Baravalia hacia la ciudad de Rosario, donde el supuesto dirigente subversivo había desarrollado su actuación. (*Clarín*, 23/01/1983- grifos meus)

Apesar de não haver nenhuma comprovação de que o retornado fosse efetivamente membro da organização armada, sua filiação foi assumida pelo jornal. Na notícia, que parece ter simples caráter informativo, enfatizaram-se diversas ideias: em primeiro lugar o caráter “subversivo” dos que retornavam ao país; depois mostrou que os desterrados encontravam meios para fugir da justiça, já que afirmou que o “terrorista” em questão havia entrado clandestinamente – apesar da informação não ser confirmada –, o que só podia ratificar sua culpabilidade; por último, confirmou o medo que muitos exilados sentiam de pisar em solo pátrio e acabarem presos.

Mais um detalhe que nos chama a atenção, mas que não mereceu qualquer consideração diferente do jornal foi o fato de que o “suposto *Montonero*” foi preso pela “polícia aeronáutica”, ou seja, por uma agrupação que fez parte dos antigos efetivos da repressão. Mesmo que os policiais em questão não tivessem efetivamente participado em nenhum momento de sequestros, torturas e desaparecimento, estavam sob comando dos homens que autorizaram tais práticas. Contudo, isso não parece fazer qualquer diferença nas acusações a que foi submetido José Baravalia.

Em 1984 o exílio também continuou a ser associado àqueles que atuaram na repressão. Ainda no mês de janeiro o *Clarín* intitulou de “*Revelaciones de un exiliado*” a entrevista de José Francisco Salpietro, na qual ele contou que muitos desaparecidos “(...) *fueron arrojados desde helicópteros y aviones sobre las zonas donde operaban subversivos con la intención de amedrentarlos.*” (*Clarín*, 29/01/1983). O depoente também informou que os presos levados ao Olimpo¹⁸² foram assassinados, além de confirmar a existência de outros campos.

A despeito de ficar clara que as informações eram dadas por um ex-agente da repressão – o que foi informado inclusive no texto da reportagem – o jornal não se encabulou de associá-lo a figura do exílio. Se não temos como afirmar o quanto a população se deixou levar por essa ligação, podemos inferir que nas páginas do jornal não havia diferenças entre vítimas e algozes: se estavam fora do país, eram asilados. Dessa forma, como garantir que apenas os que sofreram com a repressão retornariam? E como

¹⁸² No *Nunca Más*, informe da CONADEP, o Olimpo foi reconhecido como um campo clandestino de prisão, localizado na Rua Ramón Falcón y Oliveira, Floresta, Buenos Aires. Para mais informações, ver: **Nunca Más**, pp. 54-223

saber se as investigações levadas a cabo pelo governo democrático seriam capazes de alcançar a todos que contribuíram para a instalação e manutenção da violência? Os monstros que a Argentina democrática tinha de enfrentar pareciam assustar sempre mais nas páginas dos meios de comunicação.

Para levar a cabo os processos contra os líderes guerrilheiros era preciso trazê-los de volta à Argentina. Apesar das inúmeras mudanças de endereço e de país – o que se torna natural na vida clandestina – ambos os periódicos bonaerenses apontaram onde viviam, naquele momento, os dois “subversivos” mais procurados do país:

(...) ambos residen ahora en el famoso barrio de Ipanema, en Río de Janeiro. De acuerdo con esas informaciones, Firmenich tiene su domicilio en la calle Sadock 120, departamento 203, y Vaca Narvaja en la Rua Barão de Torre, a tres cuerdas de aquel. (*La Nación*, 12/02/1984)

Ao afirmarem que os “extremistas” viviam no “famoso bairro de Ipanema”, *Clarín* e *La Nación* reafirmaram uma ideia bastante cara às FF.AA.: a do “exílio dourado”. Afinal, como acreditar que esses homens eram vítimas de perseguição política quando aproveitavam a vida em um dos bairros mais conhecidos e caros da bela cidade do Rio de Janeiro? Observando essa afirmação, o leitor da grande mídia podia-se perguntar se eram essas as dificuldades a que se referiam os asilados. Será que os residentes de Paris, Madri, Cidade do México levavam vidas parecidas? Ao qualificar o bairro em que viviam os processados, os jornais não apenas informaram seus leitores, mas transmitiram a ideia de que o desterro nem sempre era recheado de tristezas como buscavam afirmar aqueles que viviam fora do país.

O *Clarín* ainda chegou a fazer uma ressalva quando à obtenção do endereço pela Justiça, afirmando que as fontes que deram a notícia “*Tampoco quisieron entrar en detalles cuando se les preguntó como llegaron a poder del gobierno argentino los datos consignados (...)*” (*Clarín*, 11/02/1983). Todavia, nenhuma crítica foi feita a relação do exílio à “subversão”.

No jornal dos Mitre, entretanto, essa associação era mais nítida, já que mesmo apresentando um exilado que sofreu as sevícias da repressão, esse foi considerado “subversivo”. Acompanhando o depoimento de Graciela Geuna, desterrada em Genebra, o matutino publicou:

“Una argentina exiliada en Ginebra, Suiza, afirmó (...) que permaneció detenida en el campo clandestino de prisioneros conocido como La Perla, a partir de 1976 (...)

Graciela Geuna dijo que fue secuestrada cuando tenía 20 años, en su domicilio del barrio General Paz de Córdoba, junto con su esposo, Jorge Omar Casarna, de 22 años.

(...) Estos me dijeron – recordó – ‘tu marido es boleta’, cinco minutos después llegamos a La Perla, a 17 kilómetros de Córdoba, y me mostraron su cadáver.

Después – narró – me torturaron, me picanearon, mientras me mostraban el cuerpo de mi esposo (...)

Luego de admitir ‘yo no voy a decir que no tuve nada a ver, yo tuve mucho a ver en lo que para mí fue el gran esperanza de mi vida, la de una sociedad mejor en la Argentina’ (...) (*La Nación*, 22/01/1984 – grifo meu)

No *La Nación*, a “admissão” de Geuna com a “*esperanza de uma sociedade melhor na Argentina*” ganhou ares de confissão, como se a depoente mostrasse que no seu caso havia razões para que o Estado agisse daquela maneira. Mesmo sem utilizar a palavra “subversão”, o jornal dos Mitre mostrou aos seus leitores que muitos daqueles que falavam a partir do exterior não poderiam ser considerados totalmente “vítimas”, já que haviam efetivamente participado das ações que levaram a instalação da repressão.

Enquanto as investigações da CONADEP ainda se desenvolviam, a sociedade, horrorizada com os depoimentos que surgiam sobre a violência estatal, passava a assumir o caráter de inocência dos desaparecidos. Contudo, não se podia fazer o mesmo com aqueles que deixaram o país, já que assumiam publicamente a participação nos movimentos de esquerda. Graciela Geuna era um exemplo: por mais que a sociedade argentina pudesse se solidarizar com seu sofrimento, não era possível vê-la como uma vítima total, já que a própria não alegava a completa inocência. Podemos perceber que a sociedade pensava a Argentina de um modo peculiar: de um lado, o Estado brutal e do outro aqueles que reagiram. Com isso, isentava-se aqueles que não se envolveram e que, portanto, não tinham as mãos sujas – nem pelo Estado, nem pela lutar armada.

O retorno dos exilados também representava um dilema para as organizações de Direitos Humanos, na medida em que defendiam a ideia da “inocência” das vítimas. Na luta por reparação, a prioridade era dos desaparecidos, e os exilados acabaram em segundo plano, a ponto de confundirem-se com a invisibilidade dos anos 1983-1989.

Com o passar do tempo, a extradição e o julgamento dos líderes da esquerda foram apontados na mídia como o caminho correto para a verdadeira restauração democrática,

impedindo assim a impunidade dos que tanto mal causaram. Essas ideias, expressadas pelos periódicos em diversos momentos, também ganharam respaldo das cartas escolhidas para publicação, como as de Marta L. M. Zavalla e Alicia J. Lisle:

Con estupor, hemos visto la propaganda mural de la J.P. que dice ‘Suelto los asesinos y encarcelados los patriotas. Libertad a Firmenich y a Obregón Cano’.

Nos duele, como argentinos, ver la palabra patriota (...) relacionada ahora con **la delincuencia, la subversión, la violencia, el secuestro con todas sus torturas, el asesinato cobarde** de personas atrapadas en sótanos, como el de Aramburu y la jactancia de ese crimen confesado cínicamente.

No es por ese camino, **propiciando la liberación de los delincuentes** – ya padecemos de esa triste experiencia con la amnistía de 1973 – como llegaremos a la pacificación de nuestra República y al florecimiento de la democracia que no significa, como muchos lo creen, un plano de igualdad entre buenos y malos, sino todo lo contrario: la exaltación del ciudadano honrado que lucha y trabaja por el bien de su patria. (*La Nación*, 09/04/1984 – grifos meus)

Na carta, bastante expressiva, as leitoras chamam os líderes da esquerda de “delinquentes e subversivos”, afirmando que agiam com o mesmo *modus operandi* dos grupos repressores: sequestros, torturas e assassinatos. Para elas, era inconcebível afirmar o patriotismo desses homens, independente do mal que os atingiu. Não havia espaço para compreensão. Assim como já havia afirmado o *La Nación*, local de publicação da carta, os antigos guerrilheiros deveriam tornar-se apátridas, pois na Argentina não poderiam mais encontrar seus lares.

Se em relação às adjetivações e ao vocabulário que acompanha as notícias sobre o exílio não encontramos modificações substanciais após a instalação da democracia, o mesmo não se verifica quanto às figuras identificadas com o desterro: os monstros eram outros naquele momento.

4.2 Os Montoneros e Firmenich: o exílio terrorista e o julgamento

Durante a agonia do regime os periódicos viram nos partidários do Peronismo e nos “subversivos” os exilados mais perigosos, sendo que poucas vezes fizeram referências a outros grupos. Com a chegada da democracia, as figuras associadas ao desterro foram ganhando novos rostos: era nas pessoas identificadas com a extrema esquerda, especialmente com os *Montoneros*, que estava fixado o medo argentino e a atenção da imprensa.

Poucos dias antes da posse de Alfonsín a carta do leitor Manuel Vila, já citada, reafirmou a igualdade da culpa entre repressores e guerrilheiros, especialmente na figura do líder *Montonero* Mario Eduardo Firmenich, que tornou-se figura constante nas páginas dos diários. A grande questão debatida pela mídia era se a democracia representaria o retorno dos líderes da esquerda armada, e como esses agiriam dentro do novo sistema. Ora, para os jornais estudados aqui, não havia possibilidade para que “terroristas” se integrassem de forma pacífica à sociedade, ou contribuíssem de alguma maneira na construção da democracia.

O editorial de sete de dezembro de 1983, também já citado nesse capítulo, trouxe a análise do *La Nación* sobre o “*Regreso de los Montoneros*”, título dado ao artigo:

El pueblo de la Nación Argentina siente un profundo rechazo moral hacía los hombres que hicieron del terrorismo, en sus más perversas manifestaciones, su arma favorita y que empujaron al país a uno de los más dolorosos momentos de su historia. (...)

Figuras representativas por excelencia de este fenómeno (...) ocupan su voluntad de retornar a la Argentina, amparados por el pronunciamiento popular que el 30 de octubre marcó el deseo común de los argentinos de vivir en paz y dentro del orden constitucional. Anuncian, ahora, sus convicciones en favor de este régimen, prometen no reincidir en sus propios errores y manifiestan su voluntad de reformas constitucionales para lograr sus objetivos.

La Republica tiene derecho a no creerlos. **Nada sería más saco para la suerte futura del país y de sus habitantes que su extrañamiento definitivo del territorio nacional.** (...)

Ante la misma conciencia que no puede **ni debe evitar ese sentimiento de rechazo frente al retorno anunciado**, se abre, sin embargo, un dilema crucial. Porque el pueblo argentino ha elegido el camino de la subordinación a la ley, de la libertad sin restricciones y del imperio de orden constitucional, resulta ineludible la admisión de todos los compatriotas que quieran habitar en el suelo común. Sólo la ley en la plenitud de su imperio, interpretada y aplicada exclusivamente por la Justicia, podrá decir luego si algunos de esos compatriotas merecen ser un hombre libre o si deberá satisfacer la pena que le corresponda por la violación de la ley. Y sólo se podrá recurrir al brazo armado del Estado para imponer la paz y el orden si la violencia es esgrimida otra vez como método para desatar el terror e imponer una ideología. (*La Nación*, 07/12/1983 – grifo meu)

O editorial demonstrou a preocupação do periódico com o retorno dos “subversivos-exilados”, que nada de bom fariam ao país. Admitindo ser absolutamente impossível que antigos “terroristas” convivessem dentro das leis democráticas, o matutino ainda enxergava a “subversão” como um problema, especialmente diante dos regressos.

Para o *La Nación*, a população teria papel fundamental no fim definitivo da violência da esquerda, deixando claro seu rechaço aos homens e mulheres que optaram por

ela e que, naquele momento, aproveitavam-se da situação de transição política para voltar ao país. Da mesma forma o governo civil tinha uma tarefa: criar mecanismos para que os “subversivos-exilados” não representassem um perigo para a Nação. Para o jornal dos Mitre, os retornados era motivo mais de preocupação e menos de festa.

Desde o final dos anos 1960 os membros dos grupos guerrilheiros haviam tornado-se a personificação do terrorismo. Durante o regime militar suas ações foram amplificadas como forma de justificar a repressão. No início da democracia, com o *ERP* praticamente inexistente, os *Montoneros* passaram a encarnar, na mídia, a concepção do mal.

A maior parte dos sobreviventes do grupo armado só conseguiu fugir das mãos dos repressores por ter-se refugiado no exterior. Nos países de acolhida foram feitas diversas tentativas de reagrupar os antigos *montoneros*, se não em uma organização armada, em agrupações de defesa dos Direitos Humanos. Dessa forma, a imagem do exílio foi-se confundindo com a do grupo de esquerda, o que se acentuou após a deflagração dos processos de extradição contra seus líderes. Daí seus partidários serem recuperados pela grande mídia como o exemplo de desterrado argentino, o que ainda condizia com o discurso sobre o perigo que os retornos representavam ao país.

Essa imagem do exílio povoou os jornais aqui trabalhados, sem que fossem feitas críticas a ela, mesmo quando sua ênfase era dada por antigos membros da repressão. Por exemplo, ao comentar a assinatura dos decretos que deram origem aos Julgamentos das Juntas e da esquerda, o ex-comandante do III Corpo do Exército, general Luciano Benjamín Menéndez afirmou ao *Clarín*:

Las **únicas voces que se levantan para denunciar los excesos** cometidos durante el gobierno militar **son las de la subversión** (...)

El general Menéndez consideró que **los hechos sucedidos en el país en los últimos años “habrá que juzgarlos desde ese punto de vista**, es decir, que se ha librado **una guerra en la que hubo dos bandos** y en la que se ha luchado.”

“Esto – enfatizó – no puede minimizarse, como quiere la subversión, a un tema de supuestos excesos que correrán por cuenta de quienes lo dicen y tendrán que probarlo.”

(...) **“se está hablando de excesos cuyas únicas voces son las levantadas por los subversivos** y que se está hablando como si esto hubiera sido la persecución de inocentes opositores a un supuesto gobierno militar.” Añadió que “se ignora que **todo ese problema de la subversión y de la contrasubversión ha consistido en una guerra**, es decir que de un lado estaban los subversivos, que querían destruir el Estado nacional para convertir esto en un Estado comunista, satélite de las órbitas rojas, y por el otro, estuvimos las fuerzas legales que por dos decretos del entonces poder constitucional, actuamos en esa lucha.

(...)

Finalmente, consideró que **la ley de amnistía** dictada por el gobierno militar “**fue un error**, no tenía sentido. Yo siempre sostuve que **no nos tenía que amnistiar** nadie y era **ridículo amnistiar a los delincuentes subversivos**, de manera que me parece lógica la derogación que se ha hecho”. (*Clarín*, 29/12/1983)

A fala de Menéndez, que não mereceu comentários por parte do jornal, insistiu na versão da *guerra suja*, além de incluir as organizações de Direitos Humanos na categoria de “subversivos”. O general ainda afirmou o erro em anistiar “subversivos delinquentes”, enquanto dizia que os militares não precisavam de perdão, pois tudo que fizeram foi lutar contra a tentativa de instalação da “ditadura comunista” no país.

Se a sociedade já não parecia compactuar com a teoria de que durante a *guerra suja* houve apenas poucos excessos – o que vinha sendo desmontado pela CONADEP –, também não abandonava a *Teoria dos Dois Demônios*. Dessa forma, a fala de Menéndez não encontrou total respaldo, mas não foi rechaçada de forma veemente pela comunidade civil. Com as investigações levadas a cabo pelo governo, enfatizou-se a ideia de que a sociedade argentina fora atingida pelos dois lados da luta, e agora exigia a reparação¹⁸³.

Continuando a estratégia midiática de ratificar o próprio pensamento a partir de cartas de alguns leitores, o *La Nación* publicou os rechaços da população aos grupos da esquerda armada. A carta de Enrique Herrera, já citada, reafirmou a visão identificada no periódico de que os *Montoneros* representavam a violência e o terror:

“El 30 de octubre, el país votó en forma por demás elocuente por la paz y la orden, en contra de la violencia en todas sus versiones. Empero, pareciera que algunos grupos no se hubieron enterado o, lo que es peor, han decidido emprender nuevamente el camino de la violencia.

A esta reflexión me lleva la lectura de la ‘carta abierta del Movimiento Peronista Montonero, la declaración del Movimiento de Intransigencia de la J.P. y el retorno de la siniestra organización que cubrió de luto la República, provocando la sangrienta represión que todos conocemos.

(...)

¿Es acaso creíble que estos contumaces asesinos profesionales hayan renunciado a sus métodos delictivos? De las propias manifestaciones del terrorista Bidegain

¹⁸³ A questão dos Direitos Humanos é muito mais difícil do que aparenta quando vista de longe. Apesar de a Argentina ser considerada um exemplo devido às investigações da CONADEP e às sentenças a que foram condenados os membros das Juntas; a equiparação das ações da esquerda à violência perpetrada pelo Estado e a condenação dos líderes guerrilheiros, perseguidos pelo regime e vítimas da repressão, tornam o caso argentino muito mais complexo do que muitas vezes se colocou. É preciso refletir quanto o *Julgamento das Juntas* foi uma forma de reparação às violações de Direitos Humanos cometidas pelo Estado e quanto serviu a afirmação da inocência da sociedade e a implantação de uma política de esquecimento e silenciamento em torno da violência perpetrada nos anos de chumbo.

surge lo contrario: sibilamente, anuncia la disolución del Movimiento Peronista Montonero, sin decir una palabra de la organización terrorista Montoneros (...).” (*La Nación*, 03/01/1984)

Herrera, que é apresentado pelo matutino como a voz majoritária na Argentina, identifica os *Montoneros* como os grandes responsáveis pela violência dos últimos anos. Para o leitor, a declaração do “terrorista Bidegain” sobre o fim da organização nada significava, já que não se declarou publicamente a deposição de armas. Os *Montoneros* poderiam até mesmo estar renunciando a participação como grupo político, mas não se podia confiar que deixariam de lado a violência com que sempre agiram. Para a segurança do país, era melhor mantê-los longe.

Porém não era apenas com o “terrorismo” da esquerda que a população deveria preocupar-se. O *Clarín* não cansava de informar que antigos agentes da repressão buscavam o desterro como forma de escapar da responsabilização judicial. No dia 13/01/1984, por exemplo, o jornal publicou:

“Miembros de grupos paramilitares argentinos eligieron España como refugio para burlar posibles acciones judiciales ‘derivadas de sus crímenes durante los recientes años de la dictadura’ en su país, informó hoy ‘Diario 16’. El matutino madrileño fundamentó la versión en declaraciones que dijo haber obtenido en Montevideo de Raúl David Vilariño, un suboficial de la Armada Argentina, que confesó (...) haber ‘secuestrado, matado y visto torturas en la Escuela de Mecánica de la Armada’. España ‘es lo más parecido a la Argentina, y es donde mejor puede cualquiera ocultarse, tengo una lista de compañeros, algunos de los cuales han entrado últimamente a España como turistas con la idea de fijar su residencia en territorio español’, dijo Vilariño, según la versión del ‘Diario 16’”. (*Clarín*, 13/01/1984 – grifo meus)

A denúncia da saída de membros dos grupos repressores interessou mais às organizações de Direitos Humanos – preocupadas que isso acabasse por significar a impunidade – do que à sociedade em geral. Vemos pouca discussão a esse respeito seja nas páginas da mídia, seja nos debates sobre a memória que incendiaram a sociedade nesses primeiros anos pós-ditadura. A maior preocupação que se tinha naquele momento não eram com os que deixavam o país, mas sim com os que retornavam a ele. Mostrar que os agentes da repressão viam no desterro o caminho para fugirem da Justiça acabou por enfatizar a ideia de que também fora esse o objetivo, anos antes, dos guerrilheiros que buscaram o exterior.

Dentre todos os “subversivos-exilados”, dois nomes eram constantemente citados: Fernando Vaca Narvaja e Mario Eduardo Firmenich. Apontados pelas FF.AA. como os grandes inimigos da Nação, ambos haviam abandonado o país ainda no início do regime militar, tendo consciência de que ficar significaria morrer.

Os pedidos de extradição enviados ao Brasil dos dois líderes *montoneros* foram acompanhados com grande afincamento pelos periódicos, especialmente o *La Nación*. Paralelamente a isso, outros grupos de exilados ganharam pouca atenção, encontrando um espaço maior no *Clarín*. Tal diferença de tratamento se deu, muito provavelmente, ao fato de que o jornal dos Mitre se apegou veementemente à *Teoria dos Dois Demônios*, considerando o retorno dos “subversivos-exilados” um dos maiores males que poderiam acontecer à Argentina democrática. Já o concorrente, se não via a entrada de todos os desterrados como benéfica, acreditava que havia muitos retornados que poderiam contribuir para a construção democrática do país.

Assim, a entrevista de Alfonsín ao madrileno *El País*, na qual o presidente afirmou a necessidade de retorno dos argentinos que viviam no exterior não mereceu mais que uma nota na edição de 12 de dezembro de 1983 do *La Nación*. Também os problemas identificados pelas Nações Unidas para que os desterrados empreendessem o caminho de volta apareceu em poucas linhas:

“El representante del alto comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) (...) manifestó que los refugiados que desean regresar – que suman vario miles – habían pedido oportunamente la protección del organismo internacional y agregó que se hallan viviendo actualmente en París, Madrid, Bruselas y México.

Dijo no tener cifras precisas, pero que ellas se hallan a disposición de los interesados en los países que los recibieron, que los problemas que se presentan estriban en lo referente al viaje de regreso y la mudanza de las familias, entre otros.” (*La Nación*, 17/12/1983)

Mesmo com a ONU afirmando que milhares de argentinos viviam pelo mundo buscando oportunidade para seu retorno, o matutino pouco se interessou por eles. Para o jornal dos Mitre, o leitor não precisava ser informado sobre cada desterrado, mas sim sobre aqueles que poderiam afetar sua vida, os mais perigosos, ou seja, sobre os “subversivos”.

Um dos poucos nomes que ganhou destaque na mídia nesse momento sem ter – ao menos não diretamente – relações com os *Montoneros* foi Jacobo Timerman. O ex-editor

do *La Opinión*, exilado primeiramente em Isarel e depois nos EUA, havia feito graves acusações aos militares, denunciando seus torturadores. Após a chegada de Alfonsín ao poder, o jornalista anunciou seu retorno. Mas suas declarações ganharam enfoques bem diferentes nos dois periódicos aqui analisados:

“El ex editor del diario *La Opinión*, Jacobo Timerman, quien reside actualmente en los Estados Unidos, anunció que regresará a la Argentina a fines de marzo o abril próximo para **reclamar la restitución de los bienes que le fueron confiscados**, al tiempo que formuló severas denuncias contra el ex jefe de la policía bonaerense, Ramón Camps.

[Timerman] **manifestó su intención de recuperar las instalaciones y las máquinas de *La Opinión***, lícitas por el gobierno militar en una operación que calificó de ‘fraudulenta’.” (*La Nación*, 24/12/1983 – grifos meus)

“El ex editor del diario ‘*La Opinión*’, Jacobo Timerman, anunció que regresará a la Argentina a fines de marzo o abril próximo, para reclamar la restitución de los bienes que fueron confiscados, entre ellos el diario, al tiempo que denunció que ex el jefe de la policía bonaerense Ramón Camps, ‘me torturó, me golpeó y me aplastó la cara contra la pared’.

Timerman, actualmente en Estados Unidos, formuló el anuncio de su regreso en una comunicación telefónica con un programa de Radio Mitre, en cuyo transcurso **acusó a Camps de ser el responsable por el secuestro y asesinato de los periodistas Rafael Perrota y Edgardo Sajón.**

(...) **afirmó que el ex jefe de la Policía bonaerense es un ‘asesino, lunático, paranoico, absurdo, fuera de esta época y al que toda la comunidad argentina debería condenar’.**

‘**Es un criminal** – añadió Timerman –, lo he comprobado en carne propia; **me torturó, me golpeó, me aplastó la cara contra la pared, se negaba a darme agua, se negaba a dejarme ir al baño, me humilló, me martirizó de todas las maneras posibles.**’

Reiteró, tal como aseguró en su libro ‘El caso Camps: punto final’, que cuando estuvo detenido en una cárcel clandestina, vio al ex director del diario ‘El Cronista Comercial’, Rafael Perrota, quién ‘fue golpeado y torturado hasta que se lo llevaron para asesinarlo y hacerlo desaparecer.’ (*Clarín*, 24/12/1983 – grifos meus)

O possível retorno do ex-editor só chamou a atenção do *La Nación* pelas intenções do exilado em recuperar seus bens tomados pelos militares. Não se deu destaque às denúncias perpetradas por Timerman ou mesmo ao uso da violência contra a classe jornalística. No jornal dos Mitre, a volta do dono do *La Opinión* não parecia interessante, assim como não o tinha sido o seu sequestro. Para o *La Nación*, Timerman não fazia parte do grupo de asilados com os quais a Argentina deveria ficar atenta.

Já nas páginas do *Clarín*, as denúncias do ex-editor contra o general Camps foram amplamente destacadas, ilustrando um pouco da tarefa a que se dedicava a CONADEP. Mesmo que o caso Timerman não tenha chamado a atenção do periódico em 1977, no

momento em que se investigava a aplicação do *Terrorismo de Estado* pareceu importante ao matutino ressaltar a selvageria do tratamento recebido pelo jornalista. Mais do que pela busca de possíveis compensações econômicas, o ex-editor ganhava destaque por confirmar as informações que vinham sendo publicadas desde o início do *show de horrores*.

No mês de janeiro de 1984 o jornalista tornou-se figura constante nas páginas do *Clarín*, que seguiu seus passos até o regresso definitivo, sempre atentando-se às declarações do desterrado:

“El exiliado periodista Jacobo Timerman regresará a la Argentina en los próximos meses para enjuiciar y llevar a los torturadores a la justicia (...) Timerman, quién escribió un libro describiendo su propia detención y torturas, dijo que su decisión de regresar mostraba cuánto había mejorado la situación política en la Argentina. (...) dijo que esperaba contar con la ayuda del nuevo gobierno para identificar a quienes torturaron, para que puedan ser llevados a la justicia. ‘Regresar a la Argentina es volver al país donde fui torturado’, dijo al ‘New York Times’. Y ‘los torturadores aún están libres’, añadió.” (*Clarín*, 02/01/1984)

“El editor argentino Jacobo Timerman anunció ayer que volverá a la Argentina el próximo sábado, después de su exilio de tres años. (...) anunció que adelantó su viaje (...) porque ‘la intensa actividad desplegada por el presidente Raúl Alfonsín y su equipo convierten a la Argentina en un país de absoluta democracia y esto crea las condiciones para que se repare el daño que me han hecho los militares’.” (*Clarín*, 05/01/1984)

Se durante esse processo as falas de Timerman foram ignoradas pelo *La Nación*, seu retorno em 08 de janeiro não passou despercebido. Em entrevista coletiva, o editor afirmou que possuiu ligações econômicas com o grupo Graiver¹⁸⁴, e apontou nomes de outros cidadãos que também o tiveram, mas que nem por isso foram molestados pelo regime – Timerman atribuiu seu caso ao fato de também se judeu. Entre os citados estavam Horácio Rodríguez Larreta, Hipólito Paz, monsenhor Antonio Plaza, José Alfredo Martínez de Hoz e Mariano Montemayor (*La Nación*, 08/01/1984).

¹⁸⁴ O chamado caso Graiver envolve a compra da Papel Prensa pelos jornais *Clarín*, *La Nación* e *La Razón*. David Graiver foi um financista acusado de colaborar com os *Montoneros*. Após sua morte em um acidente de helicóptero em 1976, as FF.AA. pressionaram os sócios do grupo econômico para que efetivassem a venda das ações da Papel Prensa aos meios de comunicação. Três meses após o negócio, parentes e sócios de Davi Graiver foram presos pelo aparato repressivo argentino, e todos os seus bens confiscados. As negociações em torno da compra da fábrica de papel foi alvo de suspeitas desde o início, e continua sob investigação até os dias de hoje. Para mais informações, ver: BORRELLI, Marcelo. *Una ‘batalla ganada’: Clarín y la compra de la papel prensa (1976-1978)*, pp. 33-41.

Dois dias após essas declarações, Hipólito Paz afirmou em carta publicada pelo *La Nación* que nunca possuiu relações com David Graiver, sendo que apenas o conhecia de vista devido ao trabalho (*La Nación*, 10/12/1983). A declaração de Timerman e seu rebatimento demonstraram que ainda se fazia importante aos cidadãos argentinos desconstruir as denúncias perpetradas pelas militares. O caso Graiver não tinha qualquer influência no início da democracia. Entretanto, ser ligado a ele abalava a imagem de “inocência” e desconexão com a “subversão” dos nominados, tornando-o desmerecedor da sociedade democrática, como defendia a grande mídia.

Outro retorno ao qual o *Clarín* deu certa visibilidade foi o de Raimundo Ongaro, ex-líder da CGT e exilado ainda no governo Isabelita. Seu regresso não teve a mesma repercussão do de Timerman, mas foi noticiado em março de 1984.

“El ex titular de la C.G.T. de los Argentinos, Raimundo Ongaro, al regresar ayer al país tras casi diez años de exilio, se pronunció en favor de ‘un frente de liberación nacional que apoye a este Gobierno elegido por el pueblo’(...)”

Ongaro fue recibido en Ezeiza(...) Estaban presentes el embajador Hipólito Solari Yrigoyen y el sindicalista Roberto Digón, entre otros.

(...)

Tras afirmar que seguirá fiel al Partido Justicialista, Ongaro remarcó: ‘Quiero dejarle aclarado al presidente Alfonsín (...) que tendrá en mí a un argentino más que va a garantizar el desarrollo de las instituciones democráticas, que va a hacer todo lo posible para impedir cualquier maniobra desestabilizadora (sic) (...)’

Manifestó también su deseo de que los cambios se hagan por evolución y en paz. ‘Aquí no hay que matar personas (...) Lo que tenemos que matar es una forma de poder, un régimen, un sistema que es inicuo, inmoral, que no tiene piedad de ancianos o niños, y en el que los que buscan el derecho a la vida no pueden hallarlo porque no tienen primero derecho al trabajo’.”(*Clarín*, 18/03/1984)

Ongaro, figura de importância na política argentina pré-golpe e cujo filho foi assassinado pela *Triple A*, mostrou a intenção de contribuir com a democracia sem abandonar suas convicções partidárias. Todavia, como sua figura não estava ligada aos *Montoneros* – mesmo que em outros momentos tenha sido ligada à “subversão” por defender os direitos dos trabalhadores –, não havia porque preocupar-se com sua declaração. Tanto que seu retorno não ganhou nenhuma menção no diário dos Mitre.

Nos meses seguintes o enfoque dos periódicos sobre o exílio continuou diferente, com uma maior ressalva do *La Nación* aos que regressavam. No dia 18 de janeiro, por exemplo, enquanto o *Clarín* publicou uma pequena nota sobre a mensagem de Raúl

Alfonsín aos exilados residentes na Espanha (*Clarín*, 18/01/1984), o correspondente Rolando Riviére comentou-a amplamente no concorrente:

El cónsul Izaguirre dijo a este corresponsal que calcula en unos tres cientos los que han recuperado sus pasaportes desde el triunfo del radicalismo en la Argentina. El promedio continúa a un ritmo de cuatro o cinco diarios. Hay otros datos. Por ejemplo **Oscar Bidegain no pasó nunca por nuestro consulado y viajó a Brasil desde donde fue a Buenos Aires con su cédula de identidad. Como otros refugiados han obtenido las ventajas de la doble nacionalidad con España no sería raro que usarán mecanismos similares.** (...)

La esperanza renacida domina a la gran diáspora argentina en España. Lo **afirman exiliados cuyo pensamiento discrepante con otros no los condujeron para asesinar como hizo un terrorismo del que quedan, desgraciadamente, herederos tan irracionales como su matriz.** Son los menos y, esto es fundamental. (*La Nación*, 18/01/1984 – grifos meus)

Na reportagem, Riviére cita Oscar Bidegain¹⁸⁵ como exemplo de exilado que utilizou-se de outros métodos para entrar na Argentina sem passar pelo “controle” dos consulados. Para o correspondente, esses mecanismos possibilitariam que “fugitivos” da justiça continuassem livres, sem responder por seus crimes em solo natal. Essa afirmação, que parece não ter maiores consequências, ajuda a enfatizar as declarações que o *La Nación* vinha fazendo há tempos à sociedade: não era possível confiar naqueles que retornavam. No final da reportagem o correspondente chegou a falar em desterrados inocentes, contudo sua ênfase já havia sido destinada a alertar à população: existiam meios que possibilitariam aos “subversivos” caminhar livremente pelo país.

Com o desenvolver do governo democrático, muitos exilados passaram a optar entre o retorno ao país natal e a definitiva fixação na terra de acolhida, transformando-se em imigrantes. Os cálculos de quantos argentinos viviam no exterior naquele momento eram bastante imprecisos, mas o *La Nación* anunciou aos seus leitores que entre 60 e 80 mil retornariam em breve (*La Nación*, 07/04/1984). Entretanto, apesar da apresentação de números tão altos, o alvo do periódico continuou a ser o “exilado-subversivo”, especialmente Firmenich contra o qual o governo juntava provas para exigir a

¹⁸⁵ Oscar Bidegain deixou o país em 1977, devido às ameaças sofridas por sua ligação com o partido justicialista e com a guerrilha armada. Retornou à Argentina logo após a eleição de Raúl Alfonsín juntamente com Obregón Cano, que foi preso devido a processos pendentes na justiça. A ordem de prisão contra Bidegain foi emitida em 21 de dezembro de 1983, devido a sua inclusão no processo contra os líderes *Montoneros*. Apesar disso, a prisão não foi efetivada, permitindo que o político partisse para o exílio novamente em 1984, onde ficaria até os indultos emitidos pelo governo Menem.

deportação¹⁸⁶. A extradição do líder *Montonero*, vista pela grande mídia e pelo governo argentino como essencial para a consolidação da democracia, era considerada aterrorizante no Brasil, país que também enfrentava os males de uma ditadura ainda em vigor. A possibilidade da extradição por crimes políticos parecia colocar em xeque as esperanças dos brasileiros de que a democracia representasse o fim das perseguições.

Dessa forma, nomes importantes do país como Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso e José Genoíno assinaram um manifesto contrário à extradição de Firmenich, publicado pelo *Clarín* mediante pagamento. Intitulado “*Solidaridad por la no extradición de Mario Eduardo Firmenich*” (*Clarín*, 19/06/1984), a publicação lembrou que a extradição seria ilegal pela legislação vigente no Brasil, além de chamar a Argentina à conciliação. Chama a atenção o fato de que grande parte daqueles que assinaram o manifesto eram ex-perseguidos políticos brasileiros, beneficiados pela lei de anistia que entrou em vigor em 1979. A extradição de Firmenich demonstrava a essas pessoas que, por mais que as democracias comesçassem a surgir, as heranças ditatoriais ainda eram extremamente fortes.

Independente das manifestações contrárias, a extradição de Firmenich foi concedida no final de junho de 1984. Negando a acusação de assassinato, considerada pelo Brasil como nula após a anistia de 1982, aceitou-se os processos por documentação falsa e porte ilegal de armas. Entretanto, o fato do líder *Montonero* não representar mais um perigo à solta não significou, na opinião da grande mídia, que a Argentina livrava-se definitivamente da “subversão”. Duas reportagens do *Clarín* deixavam claro à população que o guerrilheiro não era o único problema.

Em 23 de janeiro, em reportagem já citada, o matutino mostrou a seu leitor, ao informar sobre a prisão de “um suposto subversivo”, que muitos correligionários dos *Montoneros* poderiam ainda entrar no país (*Clarín*, 23/01/1984). Meses depois, o mesmo

¹⁸⁶ Segundo a legislação brasileira para a permanência e expulsão de estrangeiros do país, a extradição não seria realizada caso o acusado tivesse um filho brasileiro sob sua guarda ou que dele dependesse economicamente; e/ou se o crime pelo qual estivesse sendo processado fosse de cunho político, entre outras exclusões. Lei nº 6.964, de 09/12/1981.

Os advogados de Firmenich no Brasil buscavam demonstrar que o caso do argentino podia enquadrar-se nessas duas exclusões, afirmando que o líder *Montonero* era acusado por seus crimes políticos, além de enfatizar que o filho brasileiro do acusado havia acabado de nascer.

jornal demonstrou que a “subversão” ia além de Firmenich e Vaca Narvaja ao publicar a entrevista de Roberto Cirilo Perdía¹⁸⁷, intitulada “*Reportaje a un jefe montonero*”:

“La capacidad de movilización de los montoneros ‘es mucho mayor de los que la oligarquía está dispuesta a tolerar, pero mucho menor de lo que nuestro pueblo necesita para ganar’, declaró a esta agencia Roberto Cirilo Perdía, (...)

Desde Panamá, afirmó que los montoneros pretenden integrarse a la acción política en su país bajo formas legales e institucionales.

‘Somos los principales interesados en que la democracia no sea desestabilizada porque sabemos lo que cuesta recuperarla’, dijo.

(...)

Perdía fue uno de los miembros de la conducción nacional del M.P.M. junto con Mario Eduardo Firmenich (secretario general), actualmente detenido en Brasil en razón de un pedido de extradición.

(...)

Perdía admitió que los montoneros ‘resistieron de un modo incorrecto, con formas que no correspondían, a la agresión que padecemos por parte del terrorismo de estado de la ‘triple A’ en 1975’.”(*Clarín*, 15/04/1984)

Apesar das declarações de que os *Montoneros* apoiavam a democracia, que participariam da política legalmente e do arrependimento pela forma de resistência à ditadura, o jornal não pareceu considerá-las válidas. Se Firmenich estava cada dia mais perto de ir para a prisão, muitos outros “guerrilheiros” encontravam-se vivendo pelo mundo, e em pouco tempo poderiam reingressar na Argentina e desestabilizar a vida democrática do país. Era de extrema necessidade manter-se alerta sobre qualquer um que levantasse suspeitas, principalmente em relação àqueles que retornavam do exílio, sobre os quais tão pouco se sabia.

Porém, apesar das preocupações constantes, algumas figuras foram reabilitadas pela mesma imprensa que tratava do perigo “subversivo”. No dia 03 de maio de 1984, durante o acompanhamento do processo contra Mario Firmenich, o *La Nación* ouviu Juan Manuel Abal Medina, identificado ali como ex-secretário geral do Partido Justicialista. Ora, em junho de 1982¹⁸⁸ o mesmo nome foi citado pelo matutino como de um “chefe da subversão”.

“Con respecto a la detención de Firmenich en Brasil afirmo que ella no posee transcendencia política para el justicialismo. **Señaló que Firmenich ‘es responsable por graves sucesos políticos en la Argentina’ y sostuvo que su detención no reviste ‘excesiva transcendencia política’** en tanto sea determinada por la vías constitucionales y legales correspondientes. Aseveró que la cuestión

¹⁸⁷ Perdía, também processado pelo governo alfonsinista, permaneceu no exílio, e não há nenhuma referência a pedidos de extradição sobre ele.

¹⁸⁸ Reportagem publicada pelo *La Nación* em 01/06/1982, citada no capítulo anterior.

no tiene trascendencia por cuanto Firmenich ‘se desvinculó públicamente, por su propia voluntad, del justicialismo hace mucho tiempo’. (*La Nación* 03/05/1984 – grifos meus)

A fala de Medina mostrou como as modificações na conjuntura política determinam mudanças também na identificação do “inimigo”. Em 1982, ao afirmar a impossibilidade de vitória na Guerra das Malvinas, o líder Peronista foi chamado de “subversivo” e acusado de querer desestabilizar a ordem. Com a democracia instalada, a mesma voz tornou-se fala aceita inclusive contra Firmenich, esse sim um verdadeiro “terrorista”. A alteração no jogo político argentino significou a mudança no oponente, sem, entretanto, deixar de alertar a população sobre sua existência.

O retorno de Abal Medina, anunciado em julho de 1984 pelo *Clarín*, não produziu ressalva como as que eram feitas em relação aos *Montoneros*. O político, que também declarava-se a favor da democracia e disposto a ajudar o Justicialismo na reconstrução de suas bases, não era um símbolo da “subversão” na nova Argentina. Dessa forma, era possível entender que o líder Peronista falasse a verdade ao afirmar seu apoio ao governo democrático, o que não podia ser afirmado em relação àqueles que um dia participaram de movimentos armados.

A democracia havia trazido transformações à condição dos exilados. O discurso ditatorial, baseado na ideia de “subversivo foragido”, se não havia desaparecido completamente, não podia mais ser generalizado. Aos grandes meios de comunicação pareceu mais que urgente ensinar a população a identificar os bons e os maus desterrados, assegurando assim que apenas as “verdadeiras vítimas” encontrassem espaço na sociedade.

4.3 Os bons e os maus: separando os exilados

O início do processo contra os militares e as investigações da CONADEP confirmaram as denúncias feitas por organizações de Direitos Humanos, de Familiares e pelos exilados. Porém, isso não alçou esses últimos ao *status* de vítima, principalmente quando não declaravam o abandono de suas crenças e militância política. O medo de que o retorno dos desterrados significasse o reingresso de “ideias subversivas” estampou as páginas da mídia nos primeiros momentos da transição política.

Contudo, essa mesma imprensa já não trabalhava com a homogeneização do exílio, apesar de dar muito mais destaque às figuras consideradas chaves para a manutenção/desestabilização da democracia. Naquele momento, admitia-se que milhares de argentinos haviam deixado o país por medo da repressão, mesmo sem pertencerem a grupos guerrilheiros. Dessa forma, começamos a ver uma espécie de triagem do desterro feita pelos principais periódicos bonaerenses.

A carta do leitor Manuel Vila, já citada em outras ocasiões, foi utilizada pelo *La Nación* para mostrar que a população rechaçava o retorno de alguns exilados. Apostando na *Teoria dos Dois Demônios*, a publicação buscava indicar que grande parte da sociedade dispunha-se a repelir aqueles que não pudessem provar sua inocência frente à violência enfrentada nos últimos anos.

O editorial de 07/12/1983 do mesmo periódico, também já citado nesse trabalho, afirmou que a democracia tinha como empecilho a impossibilidade de impedir alguns cidadãos de retornar ao país, especialmente aqueles com ligações com o grupo *Montoneros*. Segundo o texto, não havia porque acreditar que antigos guerrilheiros aceitassem leis democráticas, apesar de todas as declarações em favor da abertura feitas pelas lideranças da organização. Nas palavras do *La Nación*, o retorno desses personagens só poderia significar o recrudescimento da violência e um perigo à democracia.

Em outra reportagem do jornal dos Mitre, igualmente já citada, o correspondente Rolando Riviére comentou o encontro do embaixador Yrigoyen com exilados em Madri, afirmando haver uma clara divisão entre aqueles que se encontravam no exterior:

Para tener la idea de la posición más extremista; y debe reiterarse francamente minoritaria de la excelente asamblea de ayer, habría que recurrir al talento histórico, con 'E' de Juan Gelman, que en la edición de hoy del diario El País, ataca sin concesiones al gobierno de Alfonsín, sugiriendo que si los militares juzgaran a sus pares, ¿por qué no se hace lo mismo con los subversivos para que juzguen a los subversivos?

Tales delirios no ingresan más que en **un irrelevante porcentaje de exiliados que probablemente no volverán, lo que es decididamente mucho mejor para el país.**

(...)

La esperanza renacida domina a la gran diáspora argentina en España. **Lo afirman exiliados cuyo pensamiento discrepante con otros no los condujeron jamás a empuñar las armas para asesinar como hizo un terrorismo del que quedan, desgraciadamente, herederos tan irracionales como su matriz.** (*La Nación*, 18/01/1984 – grifos meus)

Nas palavras do jornalista, os exilados dividiam-se entre aqueles com ligações terroristas e os inocentes. Essa divisão extremamente problemática – pois desconsidera as perseguições e define a culpabilização de parte das vítimas pela repressão – ajudaria a determinar os que poderiam ser aceitos e reintegrados à sociedade, e os que deveriam ser mantidos longe pelo bem do país. Para o correspondente, o exílio não deveria terminar para todos os argentinos. Ao contrário, seria melhor que alguns fossem desterrados definitivamente.

Foi, entretanto, em editorial de janeiro de 1984 que o *La Nación* dedicou-se a explicitar claramente quem eram os exilados que deveriam ser aceitos no país. Intitulado “*Los exiliados*”, o texto afirmou:

“El presidente de la República ha invitado a los exiliados a regresar al país (...) Nadie puede dejar de compartir la voluntad de que todos los hombres y mujeres nacidos en esta tierra encuentren en ella el ámbito apropiado para vivir. (...) Se esos compatriotas están alejados porque, además, un régimen injusto los obligó a hacerlo o porque no encontraban entre nosotros seguridad o sustento, hay doble motivo para compartir a la exhortación presidencial. Pero esos sentimientos no deben dejar de reconocer situaciones diversas. **Entre los exiliados argentinos deben distinguirse varios grupos bien diferenciados. Uno de ellos está constituido por quienes abandonaron el país en busca de mejores horizontes para su vida personal en el plano económico o cultural** y que, efectivamente, encontraron en otros ámbitos oportunidad propicia para desplegar y aprovechar sus capacidades. (...) Desde este punto de vista, el regreso de la mayoría de esos argentinos y, lo que es fundamental, la posibilidad de que su ejemplo no sea imitado, depende, esencialmente, de cómo evolucione la situación del país en todos los órdenes. Las exhortaciones, en tal sentido, son plausibles pero de poca utilidad. Nuestros compatriotas dejarán de alejarse, y otros retornarán solo cuando la tierra de origen comience a brindar perspectivas de estabilidad política y de desarrollo generalizado que permitan la realización de comprensibles y legítimas ambiciones personales. **Luego deben considerarse los numerosos exiliados que a lo largo de los últimos tres lustros dejaron las fronteras por motivos político o ideológicos. A su vez, deben distinguirse en dos grupos. El primero está constituido por los que vieron cegadas sus posibilidades de acción intelectual, docente, profesional e inclusive económica por restricciones de aquel carácter, o a raíz de sus ideas enfrentaron situaciones de inseguridad, de injusticia o de persecución, que en muchos casos se extendió a sus familiares y allegados. Cuando se haga por asegurar a éstos un regreso honorable debe ser apoyado sin retaceos de ningún tipo** y aunque ello implique, excepcionalmente, la necesidad de dictar disposiciones reglamentarias singulares. **Pero hay otro grupo que si dejó el país fue simplemente porque estaba comprometido de lleno en la subversión y en el terrorismo** que tantos males trajeron a la sociedad argentina. La derrota de esas bandas armadas, que desataron una represión cruenta cuyas consecuencias todavía padecemos, empujó a muchos de sus integrantes y de sus inspirados doctrinarios a un **exilio que no fue sino una tabla de salvación y que en no pocas ocasiones significó**

generosas acogidas de sus correligionarios en el exterior o de entidades o gobiernos que les brindaron facilidades, trabajos y hasta situaciones oficiales muy bien retribuidas.

Como dijimos en su oportunidad, en un editorial intitulado ‘El regreso de los montoneros’, aunque la ley no encuentre quizá hoy la forma de impedir su regreso, no es esta la clase de exiliados que la Argentina le interesa recibir. Antes bien, su retorno será prenda de nuevas luchas y de nuevos enfrentamientos.

El Presidente dijo (...): ‘En la Argentina impera la ley en su plenitud y sólo a su debido respeto estamos subordinados.’ Esos exiliados son quienes, precisamente, terminaron por hacer que la Argentina solo imperase la fuerza. Recuperar la ‘plenitud de la ley’ ha costado mucho y la lucha por hacer permanentemente esa conquista no ha terminado. **Será necesario evitar, pues, que el afán de abrir las puertas del hogar común para quienes hacían volver al trabajo honesto, en el marco de la ley, sea aprovechado por quienes sólo desean comenzar de nuevo su batalla hecha de crímenes, secuestros, extorsiones y atentados de toda índole.** El régimen democrático debe ser generoso con todos quienes quieran cobijarse bajo su imperio. Pero **la bandera del exilio no debe servir para encubrir por igual a quienes merecen amparo y a quienes tanto hicieron para abatir la democracia**”. (*La Nación*, 26/01/1984 – grifos meus)

Reproduzimos o editorial quase completo porque nele encontramos, de maneira clara, os estereótipos de exilados determinados pelo *La Nación*, assim como sua defesa dos tipos de recepção que estes deveriam ter. Valorizando a atitude do governo Alfonsín ao conclamar o retorno, o texto afirmou que esse não deveria valer a todos os argentinos que viviam no exterior.

O primeiro grupo identificado pelo periódico foi os que saíram em busca de melhores condições de emprego, trabalho e vida¹⁸⁹. O retorno desses – apontado como possibilidade remota – era valorizado já que ajudariam na reestruturação do país. Porém, o jornal afirmou que esse tipo de exílio só seria extinto com o desenvolvimento nacional, evitando que bons profissionais e estudantes buscassem suas oportunidades fora da terra natal. Mesmo vendo esse “êxodo de cérebros” como problemático, o matutino considerou que a presença de patriotas em cargos importantes pelo mundo era motivo de orgulho para a Nação. Não há no texto qualquer menção entre a saída desses grandes nomes e a perseguição política desenvolvida pela ditadura. Aparentemente, na crença do *La Nación*, aqueles que abandonaram a Argentina em busca de qualidade de vida podem até receber o

¹⁸⁹ Entendendo como exilado aquele que não pode voltar à sua terra, seja por meio de um ato legislativo, por imposição de uma pena ou por receio da repressão perpetrada, essa categoria não seria incluída na definição, já que aquele que busca por melhores oportunidades poderia voltar a residir na pátria de nascimento quando quisesse, o que o caracteriza como emigrante.

título de exilados, mas não o fizeram devido às condições sociopolíticas instaladas nas últimas décadas. A economia era o que teria definido sua opção.

Os outros dois grupos identificados no editorial envolviam aqueles que deixaram o país estritamente por conta da repressão. Dentre esses, o primeiro saiu por ver cerceadas suas oportunidades de trabalho e crescimento, caracterizando-se como vítima do Estado. Vide que o *La Nación* separa essas vítimas daqueles que considera como “grandes profissionais”, mesmo que ambos tenham motivos muito parecidos para deixar o país. Além disso, o matutino alega que esses homens, mesmo que tenham sofrido por conta de sua ideologia contrária ao regime militar, não eram “subversivos” já que não tinham participação em organizações armadas de esquerda. Dessa forma, seu retorno era bem-visto e nenhuma medida tomada em prol de seu acolhimento podia ser criticada.

Porém, os integrantes terceiro grupo – “ex-guerrilheiro subversivos” que só abandonaram o país devido à derrota na *guerra suja* – não deveriam ser considerados vítimas, mas sim culpabilizados pela repressão. Seu exílio, afirmou o jornal, não significou dor, pois foi “dourado” devido à ajuda calorosa de governos, correligionários e entidades de esquerda nos países de acolhida. Permitir que esses homens e mulheres retornassem à Argentina significaria convidar a violência a reestabelecer-se, já que eram incapazes de respeitar a lei ou agir em prol de outro interesse que não o próprio. Para o *La Nación* era bem claro que esses desterrados não contribuiriam com a redemocratização, sendo preferível que nunca deixassem essa condição.

Esse editorial acabou por enfatizar opiniões demarcadas de maneira menos clara em outras oportunidades pelo matutino. Ao fazer uma tipologia do exílio, o *La Nación* afirmou à sociedade que parte dos que viviam no exterior apregoando para si o título de “exilados” não deveriam ser considerados vítimas. Ao criar tipos de desterrados, o jornal manteve a ideia de que a “subversão” estava viva fora do país, mesmo que já não a generalizasse mais.

Dentro dessa perspectiva, o *Clarín* também trabalhou com seus leitores a diferenciação entre os argentinos que deixaram o país. Porém, seu olhar sobre os desterrados foi outro:

Más allá de la laudable intención y de la inevitable sencillez de la formulación burocrática del problema [de los argentinos que viven en el exterior], es conveniente asumir en toda su magnitud y con sus verdaderos contenidos el

macizo éxodo que desde hace muchos años ha significado una considerable sangría de la población activa del país. Faltan aún datos precisos, pero las estimaciones oficiales efectuadas después del censo de 1980 hacían ascender a casi dos millones el número de compatriotas que desde 1970 en adelante habían abandonado la Argentina.

La cifra actual es seguramente superior, y una tal dimensión del proceso emigratorio exige un análisis serio de sus causas y la elaboración de una política aún más seria para enfrentarlo cabalmente. **Aparte de los exiliados políticos en sentido estricto y de tantos ciudadanos que se han alejado en los años recientes por temor, prudencia o desesperanza, existe una gran masa de verdaderos emigrantes por la motivaciones básicas de todo fenómeno migratorio moderno: la falta de posibilidades económicas y sociales en su país de origen.**

(...)

La brevedad del plazo en que se ha producido tal fenómeno de reversión refleja dramáticamente nuestra declinación nacional. Por ello, la afirmación del alto funcionario de que se tratará de que los que no puedan volver no se marginen de los reclamos del país (...) cubre solo una parte de la cuestión.

A los que se han ido por falta de oportunidades, sólo se los podrá responder a la larga con el ofrecimiento de nuevas y reales posibilidades en nuestro país. Mientras tanto (...) la vida ha seguido, y fuertes lazos económicos y personales atan nuestros emigrantes a su nuevo contexto. Los hijos han dejado de ser en tantos casos menores “transportables”, para convertirse en adolescentes que estudian, trabajan, se relacionan y proyectan sus vidas en el nuevo medio (...) Tenemos ya así una Argentina de “ultramar” (...) con las que habrá de establecer relaciones humanas y culturales para las cuales no estábamos preparados. (...) Enfrentar este problema es impostergable, pero lo es más aún el **tratar de que las raíces del fenómeno sean extirpadas** para que cese el drenaje de hombres y mujeres útiles, con ganas de construir un futuro digno. Eso es la verdadera dimensión del desafío. (*Clarín*, 03/02/1984 – grifos meus)

O título já nos permite perceber a diferença de abordagem entre os dois jornais: enquanto o *La Nación* chama a todos os argentinos que saíram do país – independente da motivação – de exilados, o *Clarín* propôs-se a debater os “argentinos pelo mundo”. Assim, entendemos que para o jornal dos Nobre nem todos que estavam fora do país poderiam ser considerados desterrados políticos, já que havia aqueles que saíram pelo mesmo motivo que grupos deixam suas pátrias em todo o mundo: falta de oportunidades econômicas. Foi nesses argentinos que o periódico concentrou sua fala.

Para o diário, era obrigação do governo construir possibilidades para que os argentinos retornassem à Pátria. Para os que abandonaram o país por conta da repressão política, a consolidação da democracia seria a melhor resposta. Entretanto, os que saíram por conta da grave crise econômica só retornariam depois de recuperada a estabilidade financeira e incrementada as oportunidades, o que só aconteceria a longo prazo.

O jornal ainda retomou alguns problemas que vinham sendo debatidos em relação aos retornos, demonstrando que a viagem ia além da simples vontade. O *Clarín* admitia que a integração dos argentinos às novas sociedades, os laços sociais, trabalhistas e familiares criavam problemas que não se resolveriam com uma mudança legislativa ou governamental. Tomar o caminho de volta era uma decisão muito mais complexa do que muitos gostariam de admitir.

No entanto, a grande preocupação do editorial não era com a enormidade da saída causada pela perseguição política ou com os problemas enfrentados na repatriação, mas sim com a manutenção das causas que provocavam os êxodos. Segundo o jornal, mais importante do que promover a repatriação, era identificar as causas que geraram a emigração e erradicá-las, permitindo que os argentinos pudessem, enfim, colaborar na construção e desenvolvimento de seu país. Sem falar em “ex-guerrilheiros” ou defender a manutenção do desterro de qualquer grupo, o jornal preferiu não discutir benefícios/malefícios dos retornos, encarando que a democracia necessitava de seus filhos para consolidar-se.

Nesse sentido, o matutino trouxe ao conhecimento de seus leitores os pontos do acordo firmado entre o governo da Espanha e o Alto Comissariado da ONU para a criação de um programa de retorno à Argentina de cerca de 1.600 exilados. Segundo o jornal, o acordo constava de:

La inversión en el programa es de 500 millones de pesetas que serán apostadas en partes iguales de 250 millones por los intervinientes, y será concretada por la Comisión Española de la Ayuda al Refugiado.

(...) el programa consiste en el traslado de los exiliados y sus enseres, desde España a la Argentina, precisamente hasta el lugar de residencia que tenían los exiliados en el momento de abandonar el país por razones políticas.

En la ayuda (...) también se incluye la compra de la vivienda o de la adquisición de un medio de trabajo, aunque, explicó, la mayoría de los argentinos residentes en España solicitaron una unidad habitacional. También comprende la creación de fuentes de trabajo (compra de pequeños negocios), programas de becas, de ayuda sanitaria y de emergencia para aquellos que no cuenten con ningún recurso. (*Clarín*, 21/04/1984)

O plano, que não mereceu atenção do *La Nación*, foi descrito pelo diário dos Noble sem qualquer ressalva quanto aos que receberiam ajuda. Apontando um grande número de desterrados – fala em 12 mil somente na Espanha – o jornal não pareceu recear abalos à democracia pelo reingresso desses grupos. A instalação do governo alfonsinista, a criação

da CONADEP e principalmente os processos contra as Juntas Militares e as lideranças guerrilheiras aparentemente foram suficientes para que o *Clarín* considerasse a democracia como consolidada. Nas páginas do matutino, os “maus exilados” não representavam um perigo tão avassalador do que na concorrência.

Entretanto, se as preocupações da Argentina pareciam confluir cada vez mais para a crise econômica, abandonando o tópico das violações de Direitos Humanos, no *La Nación* ainda se falava na preocupação com os repatriados e na utilização do “título de exilado” por argentinos que não podiam ser considerados vítimas. Mostrando que suas preocupações encontravam reverberações na sociedade, o jornal dos Mitre publicou a carta de Juan Santiago Candiotti:

Permanentemente tenemos conocimiento de todos los ‘exiliados’ que, por una o otra razón han debido dejar nuestro país para desarrollar en libertad y huir de la despiadada persecución de que fueron objeto especialmente periodistas y artistas. Al respecto debo manifestar que **sólo conociendo el curriculum personal de cada uno podremos valorar estos héroes.** (*La Nación*, 14/05/984 – grifo meu)

Na carta, o leitor pedia que a sociedade atentasse àqueles que reingressavam ao país, pois somente o conhecimento do “currículo pessoal” de cada um poderia confirmar se esses foram heróis que lutaram contra o regime ou se eram pessoas que, após anos vivendo bem no exterior, buscavam obter vantagens passando-se por vítimas. A publicação nos permite inferir que, na opinião do leitor – compartilhada pelo jornal, já que este publicou a manifestação – somente teriam direito a alguma forma de reparação aqueles que, além de não terem envolvimento com determinados grupos políticos, tivessem vivido em condições difíceis no exílio. Os argentinos que encontraram nos países de acolhida as condições que a própria pátria lhes havia negado não podiam querer conchamar algum tipo de valorização no Pátria natal.

O anúncio da reincorporação de docentes demitidos por motivações ideológicas e políticas durante o regime militar também abriu espaço para críticas do *La Nación*. Em editorial, o jornal afirmou:

(...) es evidente que la decisión adoptada por la Municipalidad propende a lograr la superación de circunstancias que dejaron en la vida argentina huellas y heridas que es necesario tratar de cicatrizar. Reconocer esa realidad no significa, de ninguna manera, ignorar ni olvidar que en una época no lejana **se registraron en los ambientes educativos de nuestro país actitudes y hechos que constituyeron una amenaza efectiva para la**

subsistencia de las instituciones democráticas y de las expresiones fundamentales de la tradición cultural argentina. No es posible borrar de la memoria los signos de la infiltración ideológica que se advirtieron en los distintos niveles de la enseñanza en los años que siguieron a 1970 y los agresivos intentos de catequización que ciertas tendencias totalitarias – cuyas coincidencias con los sectores de la subversión no es difícil descubrir – pretendieron llevar adelante no sólo en las aulas universitarias sino también en las de los niveles restantes del sistema educativo.

Así como es imprescindible restañar las heridas y enmendar las injusticias que el autoritarismo o el ejercicio arbitrario del poder hicieron posible, **es preciso mantener es espíritu alerta para asegurar que las aulas sean en nuestro país reductos inviolables, cuidadosamente protegidos de influencias o estímulos puestos al servicio de intereses partidarios o de la difusión de ideologías contrarias al espíritu de nuestras instituciones fundamentales.** (*La Nación*, 06/07/1984 – grifos meus)

Recuperando um discurso das FF.AA. que alertaram para a presença da “subversão” nos meios educacionais, o matutino alegou que muitas dessas vítimas eram, na verdade, causadores do sofrimento nacional. Lendo as ressalvas do periódico, temos a sensação que o *La Nación* não considerou a perseguição promovida pelo regime militar totalmente injusta – mesmo que tenha sido desproporcional. Para o diário, não havia como negar a “subversão”, e sua infiltração na Argentina era um problema efetivo. A *Teoria dos Dois Demônios* explicava o redemoinho de terror a que fora submetida à sociedade, e a consolidação da paz somente seria possível com a extirpação definitiva dos males que a tinham levado àquela situação: os que pegaram em armas, que espalharam a “ideologia subversiva” e que colaboraram, de forma direta ou indireta, para que a violência de esquerda tornasse-se uma realidade não podiam ser readmitidos no país. Sua presença era um perigo, e nem mesmo o respeito à democracia deveria significar sua aceitação passiva.

Para o *Clarín* a apresentação do programa televisivo *Nunca Más* praticamente encerrou esse doloroso capítulo da história argentina, possibilitando a reconciliação com o passado. O exilado perdeu cada vez mais espaço no jornal dos Nobles, ficando relegado às páginas de cultura na figura do intelectual.

Já para o *La Nación*, a tensão continuou a existir, na medida em que ainda se tinham diversas ressalvas quanto aos que retornavam. Por mais que se admitisse um novo momento na vida política do país, a vigilância sobre os repatriados e a definição de seu caráter eram imprescindíveis para se ter certeza de sua inocência ou arrependimento. Em um dos meios de comunicação mais elitistas da Argentina, defendia-se a “separação entre o

joio e o trigo”, como diz a expressão bíblica, definindo assim quem eram as vozes válidas na reconstrução da democracia. A “guerra contra a subversão”, tantas vezes citada pelos militares, não parecia ter-se encerrado definitivamente nas páginas do *La Nación*.

Entretanto, as mudanças conjunturais a partir do final do primeiro ano democrático, fizeram que com que ambos os periódicos percebessem a chegada de um novo perigo a rondar a Nação: a crise econômica¹⁹⁰. Conforme se aproximou o final de 1984, as discussões em torno do exílio, da repressão e do passado recente foram sendo abandonadas. A grande questão na Argentina não era mais como reparar as violações de Direitos Humanos ou como estabelecer um regime democrático forte. O foco, naquele novo momento, era como sobreviver ao monstro da inflação.

¹⁹⁰ “A deterioração das condições socioeconômicas do país e a enorme dívida externa limitaram o âmbito de políticas macroeconômicas possíveis que o governo democrático poderia adotar. ‘Em junho de 1985, a inflação atingia 6.900% ao ano, o PIB declinava rapidamente (o crescimento do setor de produção era 13,2% menor que o do ano anterior), o desemprego aumentara em 30%, os salários reais diminuiram em 20% e o investimento em 15%’” - D. Erro, *Resolving the Argentine Paradox: politics and Development, 1966-1992*, Boulder, Colo., Lynne Rienner, 1993, p. 137, citado em RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**, pp. 59-60

Conclusão

Quando iniciamos essa pesquisa, a questão que se destacava em nosso estudo era qual imagem a grande mídia escrita havia transmitido do exilado nos anos 1970, e se essa transmissão havia sido determinante para que o tema fosse silenciado da memória/história da ditadura argentina por cerca de 30 anos.

Partindo do princípio de que o desterro não interessou aos responsáveis pela formatação da história do regime militar, concluímos que seria importante, num primeiro momento, entendê-lo como figura histórica. A partir daí pudemos ver uma clara diferenciação conceitual, obtida tanto nos textos da imprensa, como nas manifestações de organismos de direitos humanos e nos estudo historiográficos, entre o exílio dos anos 1970 e aqueles vividos em tantas outras épocas no país do Cone Sul. Sem enquadrar-se no perfil de intelectual perseguido, o asilado da última ditadura militar não conseguiu garantir para si as mesmas regalias concedidas àqueles obrigados a deixarem a Pátria em outros momentos. Dessa forma, não foi permitido a essas vítimas da ditadura dar a sua própria versão dos fatos.

Além disso, foi importante identificar as condições de saída, vivência e diálogo com a Argentina que esses desterrados mantiveram ao longo dos anos, buscando perceber como as vítimas encararam a violência que sofreram, afora a criação de mecanismos de aceitação social e superação do trauma. Nesse momento pudemos identificar um distanciamento entre as falas produzidas internamente pela sociedade argentina e aquelas reproduzidas pelos exilados, estivessem esses no exterior ou de volta à Pátria natal. Acreditamos que essa disparidade colaborou para que a imagem negativa do desterro ganhasse respaldo social. Contudo, foi nossa percepção de que o discurso de exclusão do exílio continuou presente na imprensa durante a redemocratização que permitiu-nos entender como o silenciamento em torno do tem pode permanecer por tantos anos.

Apesar de começarmos nossa análise da imprensa em um momento em que as FF. AA. ainda encontravam-se no poder, o enfraquecimento visível do *PRN* nos deu margem pra considerar que havia uma grande liberdade na produção dos discursos. Essa hipótese foi confirmada não apenas pela maior moderação que encontramos nos jornais em relação ao apoio dado ao regime, como também pelas críticas e pedidos de justiça que tornaram-se

comuns naquele momento. Daí, acreditamos que a divulgação da imagem negativa do exilado feita nesses periódicos atendeu muito mais a uma demanda que eles acreditavam ser necessária, do que a uma exigência dos militares.

Ao observarmos a linguagem utilizada pelo *La Nación* e pelo *Clarín* para adjetivar os exilados, assim como os personagens escolhidos por eles para ilustrar o exílio e os debates em torno das possibilidades de retorno, observamos que a imagem criada pelas Juntas sobre o desterro povoou as páginas dos principais meios da imprensa. Ao taxarem os exilados de “subversivos” e “criminosos”, os jornais corroboraram com a ideia de que aqueles que deixaram o país o fizeram por seu envolvimento com as organizações armadas, como afirmavam os militares. Além disso, ao identificar o exílio com determinados personagens políticos, negou-se a pluralidade do fenômeno.

No momento em que a violência utilizada pelas FF.AA. passava a ser escancarada para a população, e que os desaparecidos deixavam de ser culpabilizado pela própria desgraça, o exilado continuou a ser lido, pela mídia, na mesma chave da *DSN* criada pelo regime.

A chegada da democracia poderia ter significado um ponto de modificação no discurso jornalístico, afinal não havia mais uma enorme pressão sobre os meios de comunicação para que reproduzissem as falas dos ditadores. Entretanto, em relação ao exílio, foi justamente isso que continuou a acontecer. A imprensa não apenas não negou, como intensificou a imagem de “subversão” do desterro ao enfatizar a presença dos *Montoneros* no exterior.

Se nesse momento admitiu-se que nem todos aqueles que haviam saído o fizeram por conta de ligações com a guerrilha, os jornais passaram a defender a ideia de que havia exilados que não mereciam retornar. Ora, se a reparação pela violência sofrida não era necessária, como poderiam os desterrados ser considerados vítimas? Mais importante do que entender a situação daqueles que sofreram com a saída do país, era impedir que os indesejáveis voltassem livremente. Nas palavras dos diários, a sociedade tinha interesse e obrigação de manter-se atenta, pois ninguém poderia garantir a confiabilidade dos reinseridos.

Ao reproduzir as ideias presentes na *Teoria dos Dois Demônios* e associar o exílio aos grupos guerrilheiros, a mídia colaborou na manutenção da suspeição sobre aqueles que haviam deixado o país nos anos militares. Sem respaldo para contar suas próprias histórias, os exilados viram sua imagem ser associada à violência e ao medo, e tiveram de conviver com olhares de desconfiança e rechaço por muitos anos.

Acreditamos que as mudanças/continuidades dos discursos desses periódicos com a chegada da democracia também levam em consideração os públicos a que estavam destinados. Logo, o *La Nación*, cujos leitores pertencem a uma elite tradicional, optou por manter a ideia da *guerra suja* e da subversão, adotando um discurso cada vez mais próximo da *Teoria dos Dois Demônios*. Já o *Clarín*, cujo público mais diverso é composto pela classe média e por trabalhadores assalariados, modificou de forma mais clara sua fala em relação à repressão, afirmando a culpabilidade do Estado na perseguição aos desaparecidos, inocentes que lutaram contra a ditadura. Contudo, apesar de admitir a existência de exilados, o jornal dos *Nobles* não lhes concedeu o mesmo caráter de vítima que aos demais atingidos. Manter certa desconfiança sobre alguns dos envolvidos com as esquerdas e enfatizar os *Dois Demônios* ajudava os meios de comunicação a mostrarem-se como atores imparciais e não-colaboradores do Terrorismo de Estado.

O silenciamento em torno do exílio durante as primeiras décadas de debates sobre a ditadura não nasceu das páginas da imprensa. Ela tem causas mais profundas, como a acusações sobre o desterro feitas pelas Juntas, a exclusão dessa forma de violência do *Nunca Más* e a condução das questões de Direitos Humanos pelos governos democráticos. Entretanto, não podemos desprezar o papel da mídia na construção do imaginário social: repetindo e repercutindo determinados discursos, os veículos de comunicação ajudaram a enfatizar certos debates e discursos. Dessa forma, ao corroborarem com uma imagem negativa do desterro, os meios de imprensa colaboraram na desvitimização dos exilados, facilitando para que esses não encontrassem na memória um lugar compatível com a complexidade e as dificuldades enfrentadas naquele contexto histórico.

BIBLIOGRAFIA

ALTAMIRANO, Carlos. “Peronismo y cultura de izquierda en la Argentina (1955-1965)” in **Peronismo y Cultura de Izquierda**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

BALBINO, Ana Carolina. **Escrevendo lá fora: Luiza Valenzuela e a literatura de exílio**. Encontro de Graduação da Unicamp, 2012.

Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/Ana%20Carolina%20Balbino.pdf>, acessado em 28/05/2014

BORRELLI, Marcelo. *Hacia el “final inevitable”. El diario Clarín y la “caída” del gobierno de Isabel Perón (1975-1976)*. (Tese de Mestrado) Facultad de Ciencias Sociales: Universidade de Buenos Aires, volume 1, 2008.

Disponível em: <http://www.rehime.com.ar/escritos/documentos/idxalfa/b/borrelli/Marcelo%20Borrelli%20-%20Hacia%20el%20final%20inevitable.pdf>, acessado em 28/05/2014.

_____. “Escribiendo el epitafio: el diario Clarín en la antesala del golpe de estado de 1976” in **HOLOGRAMATICA – Facultad de Ciencias Sociales**, Año VII, Número 13, Vol. 2, 2010, pp. 13-14.

Disponível em: <http://www.rehime.com.ar/escritos/documentos/idxalfa/b/borrelli/Marcelo%20Borrelli%20-%20Escribiendo%20el%20epitafio-El%20diario%20Clarín%20en%20la%20antesala%20del%20Golpe.pdf>, acessado em 28/05/2014.

_____. “¿Víctimas, héroes o cómplices? Memorias en disputa sobre el rol de la prensa durante la última dictadura militar”. **Avatares**, nº 1, Buenos Aires: UBA, 2010, p. 2-17.

Disponível em: http://www.elortiba.org/pdf/Borrelli_Prensa.pdf, acessado em 15/03/2012.

_____. “El diario Clarín frente a la política económica de Martínez de Hoz (1976-1981) durante la última dictadura militar argentina” in **Jornalismo como conhecimento**. São Paulo, ano 9, vol. 1, nº 15, jan.-jul./2012, p. 8

Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/fotos/PDF/clarin.pdf>, acessado em 28/05/2014.

BLAUSTEIN, Eduardo e ZUBIETA, Martín. **Decíamos Ayer. La prensa argentina bajo el Proceso**. Buenos Aires: Ediciones Colihue, 2006

BROCATO, Carlos A. **El Exilio es el Nuestro**. Buenos Aires: Sudamericana/Planeta, 1986

BURELLO, Marcelo G.; ROMANDINI, Fabián Ludueña; TAUB, Emmanuel (editores). **Políticas del Exilio. Orígenes y vigencia de un concepto**. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011

CALVELO, Laura. “La emigración argentina y su tratamiento público (1960-2003)” apresentado no **III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP**. Córdoba: 24 a 26 de setembro de 2008.

Disponível em:
http://www.mininterior.gov.ar/provincias/archivos_prv25/9_la_emigracion_argentina_y_su_tratamiento_publico.pdf, acessado em 01/04/2014.

CANELO, Paula. **El Proceso en su laberinto. La interna militar de Videla a Bignone**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008

CANELO, Brenda Analía. **Exilio de Argentinos. Consecuencia histórica y construcción discursiva de las prácticas represivas de la década de 1970**. Instituto de Lingüística. FFyL – UBA

Disponível em:
http://www.pparg.org/pparg/documentos/represion/documentos_exilio/b/contentFiles/EXILIO_DE_ARGENTINOS.pdf, acessado em 11/07/2011

CASCO, José María. “El exilio intelectual en México. Notas sobre la experiencia argentina 1974-1983” in **Apuntes de Investigación del CECYP**. Año 11, número 13, junio 2008.

Disponível em: <http://www.apuntescecyp.com.ar/index.php/apuntes/article/view/273>, acessado em 18/03/2013.

CATELA, Ludmila da Silva. **Argentina: do autoritarismo à democracia, da repressão ao mal-estar castrense. 1976-1989**. Texto do Cpdoc nº 28, 1998.

Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6605/772.pdf?sequence=1>, acessado em 01/05/2014.

_____ e JELIN, Elizabeth (comp.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002.

CHAUVEL, Lucrecia Escudero. “Desaparecidos, pasiones e identidades discursivas en la prensa argentina (1976-1983)” in **Galáxia**, nº.3, 2002, pp. 73-92.

Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1256/760>, acessado em 20/05/2014

CONADEP. **Nunca Mas - Informe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas**. 14ª edição, Buenos Aires: EUDEBA, 1986.

CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008

FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina – balanços históricos e perspectivas**. São Paulo: Editora FGV, 2008.

FRANCO, Marina. “La ‘campaña antiargentina’: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso”. in Babot, Judith Casali de y Grillo, María Victoria (eds.)

Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina. Argentina: Universidad de Tucumán, 2002, pp. 195-212.

Disponível em: http://www.elortiba.org/pdf/Franco_Campana_antiargentina.pdf, acessado em 03/09/2013.

FRANCO, Marina. **El Exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008

GRAHAM-YOOLL, Andrew. **Memoria del Miedo (retrato de un exilio).** Argentina: Editorial de Belgrano, 1999

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia. Uma reflexão política.** RJ: J. Olympio, 1975.

GROPPO, Bruno e FLIER, Patricia (compiladores). **La imposibilidad del olvido. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay.** La Plata: Ediciones Al Margen, 2001

JENSEN, Silvina. **Suspendidos de la Historia/Exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976 - ...).** Tese de Doutorado. Universitat Autònoma de Barcelona. Abril de 2004.

_____. “¿Por qué sigue siendo políticamente incorrecto hablar de exilio? La Dificultosa inscripción del exilio en las memorias sobre el pasado reciente argentino (1983-2007)” in **Revista digital de la escuela de historia – UNR**, ano 1, nº1, Rosario, 2008

Disponível em: <http://www.revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/RevPaginas/article/download/1/13>, acessado em 12/02/2012.

_____. **Los exiliados. La lucha por los derechos humanos durante la dictadura.** Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

MARIANO, Nilson. **As Garras do Condor. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MARINO, Santiago e POSTOLSKI, Glenn. “Relaciones peligrosas. Los medios y la dictadura entre el control, la censura y los negocios” in **Eptic. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura.** Vol. 8, nº 1, jan.–abr. 2006, p. 6.

Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/299/286>, acessado em 27/05/2014.

MATTOS, Sérgio. **Mídia Controlada: a história da censura no Brasil e no mundo.** São Paulo: Paulus, 2005.

MENDES, Gláucia da Silva. “Grupo Clarín: Um conglomerado construído por intermédio de políticas de comunicação clientelistas” in **ALAIC – Revista Latinoamericana de Ciencia de la Comunicación.** Vol. 10, nº 18, jan.-jul./2013, p.164

Disponível em: <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/396/225>, acessado em 28/05/2014.

MEYER, Eugenia; SALGADO, Eva. **Un Refugio en la Memoria. La experiencia de los exilios latinoamericanos en México.** México: Editorial Oceano de México, 2002

MUCHNIK, Daniel. **Aquel periodismo. Política, medios y periodistas en la Argentina (1965-2002).** Buenos Aires: Edhasa, 2012

NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983. Do Golpe de Estado à Restauração Democrática.** SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2007

PARCERO, Daniel; HELFGOT, Marcelo; e DULCE, Diego (orgs). **La Argentina Exiliada**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985

QUADRAT, Samantha Viz. **A repressão sem fronteiras: perseguição e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul**. (Tese de Doutorado). Niterói, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. “Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros”. **IV Jornadas de Historia Reciente**, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, 2008.

Disponível em:
<http://www.riehr.com.ar/archivos/Investigacion/trabajo%20Samantha%20Viz%20Quadrat%5B1%5D.pdf>,
acessado 12/02/2012.

_____. Memórias do exílio argentino no Brasil. **X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

Disponível em:
http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270501287_ARQUIVO_MemoriasdoexilioargentinoBrasil-HistoriaOral.pdf, acessado em 28/03/2013.

RICÉUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

RONIGER, Luis e SZNAJDER, Mario. **O legado de violações de direitos humanos no cone sul**. São Paulo: Perspectiva, 2004

SABORIDO, Jorge e BORRELLI, Marcelo. (coordinadores). **Voces y Silencios: la prensa argentina y la dictadura militar 1976-1983**. Buenos Aires: EUDEBA, 2011.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SANJURJO, Liliana Lopes. **Narrativas do exílio argentino no Brasil: Nação, memórias e identidades**. Campinas, SP [s.n.], 2007. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: culto da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras/ Belo Horizonte: UFMG, 2007

SERVETTO, Alicia. “Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista)” in **Antíteses**, vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008, p. 7. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1596>, acessado em 18/03/2014.

SIDICARO, Ricardo. **La política mirada desde arriba. Las ideas del diario La Nación 1909-1989**. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1993

TOLENTINO, Marcos Oliveira Amorim. **O 16 de setembro sob a ótica da DIPBA – Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires (1990-1996)** (Tese de mestrado). Campinas, SP: [s.n.], 2012.

ULANOVISKY, Carlos. **Seamos felices mientras estamos aquí**. Buenos Aires: Debolsillo, 2011

_____. **Parén las rotativas 1970-2000**. Buenos Aires: Emecé, 2ª edição, 2011

VALENZUELA, Luiza. **Romance Negro com Argentinos**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Rios Ambiciosos/Autêntica, 2001

VARELA, Mirta. “Los medios de comunicación durante la dictadura: entre la banalidad y la censura” in **Camouflage Comics. Censorship, Comics, Culture and the Arts**

Disponível em: http://www.camouflagecomics.com/pdf/02_varela_es.pdf, acessado em 28/05/2014.

VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente – guerra, dictadura y sociedad en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2002.

YANKELEVICH, Pablo. “Exilio y Dictadura” in LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (compiladores). **Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de Estado**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2008

_____. **Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: El Colegio de México, 2010.

Lista de Fontes

La Nación: Carta de lectores – a las Fuerzas Armadas, 10/02/1982, p. 6; Subversivos. Afirmóse que no será autorizado su regreso, 13/05/1982, p. 5; Bidegain y Obregón Cano no regresarán, 19/05/1982, p. 5; Declaraciones de un jefe de la subversión, 01/06/1982, p. 2; Essomericq, exiliado, 20/06/1982, p. 6 (2ª seção); Carta de lectores – Difusión de la verdad, 19/07/1982, p. 6; Carta de lectores – Exilio dorado, 04/08/1982, p. 6; Compromiso de Miterrando acerca del terrorismo, 20/08/1982, p. 3; El estudio de una ley de amnistía, 01/09/1982, capa; Carta de lectores – Apuntes sobre la subversión, 05/09/1982, p. 8; Hechos que no favorecen a la imagen argentina, 10/09/1982, p. 2; Manifestaciones de protesta por los exiliados en Chile, 24/09/1982, p. 3; Carta de lectores – Ley de amnistía, 30/09/1982, p. 8; Luz nada favorable para la realidad Argentina, 25/10/1982, p. 2; Calvi alertó sobre intentos subversivos, 17/11/1982, capa; Doctrina francesa sobre asilo político, 21/11/1982, p. 6; Las FF.AA. no temen a la subversión, 13/12/1982, capa; Es necesario frenar el resentimiento, 20/12/1982, p. 5; Reflexiones sobre una ley de amnistía, 01/02/1983, p. 5; Anuncian el retorno de la Sra. De Perón, 10/02/1983, p. 4; Robledo: “La señora de Perón vuelve” Matera: “Hay que sostener a Bignone”, 20/02/1983, p. 14; Solari Yrigoyen anunció su retorno, 13/03/1983, p. 3; La libertad de la señora de Perón, 18/03/1983, p. 1; Nicolaides habló de una amnistía, 24/03/1983, capa; La lucha contra la subversión, 06/04/1983, p. 1; Impresiones sobre el documento referido a la lucha antisubversiva, 14/04/1983, p. 5; Excluyeron del acta a la ex presidente, 15/04/1983, capa; Quieren votar los residentes en EE.UU., 18/04/1983, p. 6; Un centenar de subversivos será inhibido de sus derechos políticos, 19/04/1983, p. 1; Carta de lectores – Confesión terrorista, 24/04/1983, p. 8; La Junta dio el documento final sobre la lucha antisubversiva, 19/04/1983, capa; Informe de la Junta sobre Montoneros, 21/05/1983, p. 1; La conducción de Montoneros en el exterior, 21/05/1983, p. 6; Carta de lectores – El terrorismo y su juzgamiento, 28/05/1983, p. 6; Nicolaides habló de la subversión, 03/06/1983, capa; Carta de lectores – Amnistía, 07/06/1983, p. 8; Carta de lectores – Antipatria, 12/06/1983, p. 10; Versión sobre el regreso al país de la señora de Perón, 19/06/1983, p. 1; Debate militar por la ley de amnistía, 22/06/1983, capa; La patria es de todos, 22/06/1982, p. 6; El fin del Proceso, 23/06/1982, p. 6; Diálogos en la oscuridad, 21/11/1982, p. 6; Perdonar sólo los arrepentidos, 02/02/1983, p. 8; Juego limpio, 04/02/1983, p. 8; Dos teorías sobre un retorno, 10/03/1983, p. 8; ¿Otra vez la violencia?, 21/05/1983, p. 8; Tratan la ley de amnistía y medidas contra la subversión, 12/07/1983, p. 5; La Junta analizará la ley de amnistía, 14/07/1983, p. 5; Acuerdo sobre la ley de amnistía, 17/07/1983, p. 1; Ley de amnistía para delitos políticos y comunes en Río Negro, 22/07/1983, p. 1; Rechazan el proyecto de la ley de amnistía, 22/07/1983, p. 6; Carta de lectores – amnistía, 23/07/1983, p. 6; Defensa contra la subversión, 27/07/1983, p. 8; Bignone y Aramburu trataron la amnistía, 29/07/1983, capa; Amnistía, pacificación y ética, 29/07/1983, p. 8; El presidente habló de la ley de amnistía, 02/08/1983, p. 4; Irreversibilidad de la ley de amnistía por sancionarse, 02/08/1983, capa; La amnistía aún es tema del equipo interfuerzas, 03/08/1983, p. 14; Carta de lectores – Amnistía, ¿para quién?, 05/08/1983, p. 8; Amnistía: expectativas por los definiciones militares, 08/08/1983, capa; Disidencias por la amnistía, 09/08/1983, p. 8; Entre la amnistía y el derecho canónico, 12/08/1983, p. 8; Alfonsín: “No poseerá efecto irreversibles”, 13/08/1983, p. 18; Trata el Ejército el proyecto de amnistía, 15/08/1983, capa; Carta de lectores – Amnistía o pacificación, 15/08/1983, p. 8; Carta de lectores – Reflexiones sobre la amnistía, 17/08/1983, p. 8; La anunciada ley de amnistía, 18/08/1983, p. 8; Carta de lectores – Ley de amnistía, 30/08/1983, p. 8; Interés de los argentinos y trabas para votar en el exterior, 20/09/1983, p. 5; Bignone alertó sobre a anarquía y el caos, 22/09/1983, capa; La ley de amnistía quedó sancionada; repercusión, 24/09/1983, capa; La ley de amnistía, 24/09/1983, p. 8; Carta de lectores – Ley de amnistía, 26/09/1983, p. 8; Fue declarada nula la ley de amnistía, 28/09/1983, capa; Dos jueces de instrucción declararon la nulidad de la ley de amnistía, 28/09/1983, p. 6; La ley de enjuiciamiento de terroristas, 06/10/1983, p. 8; Regresa C. Herrera, 23/11/1983, p. 16; Carta de lectores – Declaración, 23/11/1983, p. 8; El ingreso de los residentes en el exterior, 29/11/1983, p. 10; Firmenich será detenido si regresa a la Argentina, 30/11/1983, p. 1; Solari Yrigoyen dijo que los subversivos “deberán rendir cuentas”, 01/12/1983, p. 16; Regresó ayer a nuestro país Casildo Herreras, 01/12/1983, p. 16; Denegóse a Firmenich la eximición de prisión, 03/12/1983, p. 14; El presunto exilio de militares argentinos, 07/12/1983, p. 4; El regreso de los Montoneros, 07/12/1983, p. 8; Exortación para el regreso de exiliados, 12/12/1983, p. 3; Enjuician a ex miembros de la Junta y a cabecillas subversivos, 14/12/1983, capa; Las

causas contra terroristas, 15/12/1983, p. 13; Se gestiona el regreso de los exiliados, 17/12/1983, p. 11; La amnistía y los derechos adquiridos, 21/12/1983, p. 8; Anunció Jacobo Timerman su próximo retorno al país, 24/12/1983, p. 10; Los que cayeron no eran inocentes, 31/12/1983, p. 10; Carta de lectores – Montoneros, 03/01/1984, p. 8; Hizo declaraciones a su regreso al país, 08/01/1984, p. 11; Carta de lectores – Contestan a Timerman, 10/01/1984, p. 8; El llamado de Alfonsín y el deseado retorno, 18/01/1984, p. 2; Relato de un exiliada sobre un campo clandestino de detención, 22/01/1984, p. 12; Los exiliados, 26/01/1984, p. 6; Pedirán la extradición de dos extremistas, 12/02/1984, p. 7; El juez pidió la extradición, 16/02/1984, p. 1; Reincorporan a docentes, 06/04/1984, p. 5; Retornarán al país unos 80.000 exiliados, 07/04/1984, p. 4; Carta de lectores – Apología del crimen, 09/04/1984, p. 8; Carta de lectores – Volver al país, 10/04/1984, p. 8; Sobre la repatriación de refugiados en España, 15/04/1984, p. 7; Un exiliado querelló al gobierno argentino, 18/04/1984, p. 7; Nuevas pruebas contra Firmenich, 03/05/1984, p. 4; Carta de lectores – Exiliados, 14/05/1984, p. 8; Una comisión para el regreso de exiliados, 12/06/1984, p. 12; La fase final del proceso a Firmenich, 20/06/1984, p. 4; La defensa por el juicio a Firmenich, 25/06/1984, p. 5; El retorno de argentinos, 26/06/1984, p. 5; Docentes reincorporados, 06/07/1984, p. 8; Alfonsín: militares y civiles tuvieron culpas, 08/07/1984, capa

Clarín: Timerman exige nombres, 02/05/1983, p. 2; Niegan ingreso a exiliados, 19/05/1982, p. 22; “Pienso quedarme aquí”, 23/06/1982, p. 7; Amnistía para los que no respetaron la vida, 10/08/1982, p. 6; Confirman la inhabilitación política de la ex presidente, 25/08/1982, p. 9; En 1983 levantarán el estado de sitio, 17/09/1982, p. 7; Solari Yrigoyen, 03/10/1982, p. 7; El retorno de exiliados, 04/10/1982, p. 5; Analizan una ley de amnistía, 01/11/1982, p. 2; Alfonsín: “La justicia deberá investigar”, 08/11/1982, p. 6; El terrorismo volverá, dijo el general Anaya, 14/11/1982, p. 5; “La subversión intenta debilitar los estamentos políticos”, afirmó Calvi, 17/11/1982, p. 6; No está en estudio una ley de amnistía, 26/11/1982, p. 7; Simultánea en Roma, 16/12/1982, p. 4; En Roma, Madrid y México, 17/12/1982, p. 10; Las leyes de amnistía no pueden dictarlas los interesados, dijo Laguna, 26/12/1982, p. 3; Pugliese alertó sobre “un rebrote subversivo”, 28/12/1983, p. 5; La ley de inhabilitación de funcionarios fue sancionada, 21/01/1983, p. 5; Revisará la Junta la situación de la ex presidente Perón y de Miguel, 27/01/1983, p. 5; Raúl Alfonsín, con exiliado en París, 30/01/1983, p. 4; Absolvieron la señora de Perón en una causa judicial, 11/02/1983, p. 6; “El regreso de la ex presidente sería positivo”, 11/02/1982, p. 7; Oposición de políticos a una ley de amnistía, 08/03/1983, p. 8; La Corte Suprema dispuso que Solari Yrigoyen puede regresar al país, 12/03/1983, p. 7; Anunció Solari Yrigoyen que retornará al país, 13/03/1983, p. 7; Afirman que no volverá al país la ex presidente, 15/03/1983, p. 8; Ley de amnistía: no fue consultada la Iglesia, 15/03/1983, p. 5; El voto de los de afuera y adentro, 08/04/1983, p. 7; Revelaciones de un policía exiliado, 10/04/1983, p. 7; Alude la Policía a un ex inspector en el exilio, 14/04/1983, p. 11; Ratifican acusaciones al comisario Amirón, en España, 18/04/1983, p. 6; Dictarán una ley de amnistía, 30/04/1983, p. 6; ¿Voto de los emigrados?, 03/05/1983, p. 10; Denuncian los vínculos de la subversión, 21/05/1983, p. 3; Fue difundido el anteproyecto de la Ley de Pacificación Nacional, 27/05/1983, p. 3; Subsisten la diferencias sobre la sanción de una ley de amnistía, 02/06/1983, p. 7; Inició su regreso Solari Yrigoyen, 03/06/1983, p. 6; La junta analizó la ley de amnistía, 10/06/1983, p. 10; Aceleran los estudios para la sanción de la ley de amnistía, 11/06/1983, capa; Regresa hoy al país Solari Yrigoyen, 11/06/1983, p. 6; Regresó al país Solari Yrigoyen, 12/06/1983, p. 6; Detener la emigración, 12/06/1983, p. 12; Frondizi habló de la lucha antisubversiva, 13/06/1983, capa; Más fácil cambiar de país que de lenguaje, 02/07/1982, p. 10; Gestiones para el regreso de la señora de Perón, 14/07/1983, p. 6; Afirman que la señora de Perón retornará al país en agosto, 15/07/1983, p. 3; Entre el 25 de mayo de 1973 y el 18 de junio de 1982 habría amnistía, 17/07/1983, p. 2; Ongaro quiere retornar, 23/07/1983, p. 6; Luder: “El efecto de la amnistía es irreversible”, 02/08/1982, p. 5; El proyecto de la amnistía, 03/08/1983, p. 4; Amnistía: anula condenas por los delitos subversivos y represivos, 04/08/1983, capa; Dura condena de Solari Yrigoyen a la amnistía, 08/08/1983, p. 4; Cartas al país – Amnistía y debate, 08/08/1983, p. 14; “Volverán todos, menos los subversivos”, 26/08/1983, p. 8; Cartas al país – Rechazo a la ley de amnistía, 27/08/1983, p. 14; Informan a los mandos del Ejército y Fuerza Aérea sobre la ley de amnistía, 16/09/1983, p. 8; Isabel Perón regresará al país, 16/09/1983, p. 12; El Gobierno sancionó la Ley de Amnistía, 24/09/1983, capa; Se conoce el texto de la ley de enjuiciamiento a sediciosos, 27/09/1983, p. 4; Declaran nula la amnistía, 28/09/1983, p. 5; Tres jueces declaran a la amnistía inconstitucional, 01/10/1983, p. 10; Cartas al país – Paradoja de la amnistía, 04/10/1983, p. 15; Democratización y

derechos humanos, 18/10/1983, p. 2; **Volver, a pesar de todo**, 25/10/1982, p. 10; **50.000 exiliados**, 03/11/1983, p. 8; **Solari Yrigoyen**, 05/11/1983, p. 2; **Casildo Herreras volverá el sábado**, 23/11/1983, p. 8; **Presentaron un hábeas corpus en favor de Mario Firmenich**, 29/11/1983, p. 9; **Firmenich tiene una causa abierta**, 30/11/1983, p. 10; **Regreso**, 30/11/1983, p. 16; **Deniegan la eximición de prisión a Firmenich**, 03/12/1983, p. 8; **Cartas al país – Firmenich y Camps**, 05/12/1983, p. 12; **Pedido de exiliados**, 09/12/1983, p. 6; **¿Firmenich – Jaroslavsky?**, 10/12/1983, p. 13 (paga); **Retorno**, 22/12/1983, p. 15; **Persecución penal para subversivos**, 24/12/1983, p. 3; **Timerman dijo que el general Camps lo torturó**, 24/12/1983, p. 8; **“Los que hablan de excesos son subversivos”**, 29/12/1983, p. 5; **Timerman confirmó su regreso al país**, 02/01/1984, p. 4; **Timerman retornará el sábado**, 05/01/1984, p. 4; **Regresa al país Jacobo Timerman**, 07/01/1984, p. 7; **Regresó Jacobo Timerman, tras cuatro años de exilio**, 08/01/1984, p. 4; **¿Refugio en España?**, 13/01/1983, p. 10; **Piden antecedentes para el juicio a subversivos**, 13/01/1983, p. 11; **Anuncian ayuda económica para el regreso de exiliados al país**, 17/01/1984, p. 4; **España: mensaje a los exiliados**, 18/01/1984, p. 8; **Amenazas a una mujer exiliada**, 22/01/1984, p. 6; **Detienen en Ezeiza a un presunto subversivo**, 23/01/1984, p. 6; **Cita con exiliados**, 26/01/1984, p. 12; **Revelación de un exiliado**, 29/01/1984, p. 8; **Ayuda española a los exiliados**, 31/01/1984, p. 11; **Fue concedida una extradición**, 02/02/1984, p. 11; **Argentinos en el mundo**, 03/02/1984, p. 12; **Solicitarán la extradición de Firmenich y de Vaca Narvaja**, 11/02/1984, p. 10; **Trabas para algunos exiliados en Italia**, 12/02/1984, p. 13; **Piden a Brasil el arresto de Firmenich y de Vaca Narvaja**, 13/02/1984, p. 6; **Detuvieron a Firmenich**, 14/02/1984, p. 8; **Regresa Ongaro**, 15/02/1984, p. 3; **Regresa hoy Ongaro**, 17/03/1984, p. 4; **Raimundo Ongaro regresó al país**, 18/03/1984, p. 4; **Timerman recupera la nacionalidad**, 10/04/1984, p. 3; **Reportaje a un jefe montonero**, 15/04/1984, p. 10; **Retornarán 1.600 exiliados de España**, 21/04/1984, p. 6; **Solidaridad por la no extradición de Mario Eduardo Firmenich**, 19/06/1984, p. 10 (paga); **El Informe sobre desaparecidos. Dramáticos relatos**, 05/07/1984, p. 4; **España: retorno de los exiliados**, 07/07/1984, p. 7; **Abal Medina regresa al país**, 24/07/1984, p. 9; **Pianta: “La amnistía sería una base de reconciliación”**, 30/08/1984, p. 7; **El 20 entregan el informe sobre los desaparecidos**, 31/08/1984, p. 11; **Tróccoli negó que exista el proyecto de dictar la amnistía**, 02/09/1984, p. 2; **“La amnistía es una locura”, dijo Lanusse**, 05/09/1984, p. 11; **Posición de exiliados**, 16/09/1984, p. 7